



André Filipe Ferreira Martins Rodrigues

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXV Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**A percepção da comunicação social sobre a
actividade policial:**

As notícias televisivas dos grandes eventos de cariz político

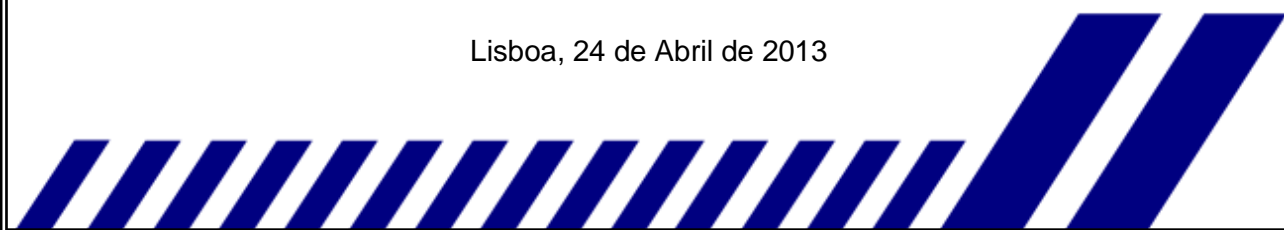
Orientador:

Prof.^a Doutora Lúcia G. Pais

Co-orientador:

Mestre Sérgio Felgueiras

Lisboa, 24 de Abril de 2013



André Filipe Ferreira Martins Rodrigues

Aspirante a Oficial de Polícia

**A percepção da comunicação social sobre a
actividade policial:**

As notícias televisivas dos grandes eventos de cariz político

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, elaborada sob a orientação da Prof.^a Doutora Lúcia G. Pais e co-orientação do Mestre Sérgio Felgueiras.

À minha família,
que sempre alimentou os meus sonhos...

Agradecimentos

Se decidisse nomear todas as pessoas que me estimularam a preparar as páginas aqui plasmadas, arriscar-me-ia a elaborar uma listagem fastidiosa para o leitor e a incorrer, por esquecimento, em omissões injustas. Assim, prefiro desde logo limitar-me aos que mais de perto acompanharam a elaboração desta Dissertação de Mestrado.

Como é da minha inteira convicção, somos sempre um pouco daquilo que aprendemos com quem trilhamos caminhos. Assim, esta tese reflecte um pouco da minha vivência com a minha orientadora Prof.^a Doutora Lúcia Pais, ao longo deste período de investigação. Não poderia deixar de lhe agradecer pelo seu pronto retorno, atenção e estímulo intelectual. Em tempos de tempo escasso, reconheço-lhe o tempo que para mim e para a construção desta investigação, despendeu.

De igual forma, não poderia deixar de agradecer ao Mestre Sérgio Felgueiras, meu co-orientador, o acompanhamento do trabalho desenvolvido, acima de tudo, pelas suas assertivas correcções e sugestões, no que toca aos assuntos de índole policial.

Uma palavra de apreço e consideração aos meus amigos e colegas de Curso e de linha de investigação, João Santos e Tiago Varela que, comigo, traçaram um caminho longo e sinuoso e que me ajudaram a ultrapassar os obstáculos que nele existiam.

Ao Gabinete de Imprensa e Relações Públicas (GIRP), na pessoa do Comissário Fábio de Castro, pela total disponibilidade e colaboração na elaboração deste trabalho, principalmente através da cedência das autorizações necessárias para a consulta da base CISION, que se tornou uma ferramenta essencial na pesquisa das notícias.

Agradeço também ao 25º CFOP, pela camaradagem, amizade e por todos os momentos salutareis passados neste Instituto e, também, fora dele.

É igualmente da mais elementar justiça mencionar o Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e o seu Corpo Docente, que me concederam, ao longo da minha formação, as condições materiais e intelectuais, respectivamente, que me permitiram efectuar este trabalho de estudo, reflexão e investigação.

À minha família e namorada agradeço por fim, abrangendo no abraço que lhes deixo todos os amigos que me acompanharam, sempre. Bem sei que não dispus do tempo que mereciam. Em sinal da minha eterna gratidão, é a vós que eu dedico esta Dissertação de Mestrado. Um sincero e sentido obrigado, pela compreensão.

Resumo

A influência dos conteúdos produzidos pelos órgãos de comunicação social (OCS) sobre o comportamento humano tem gerado activo debate e sido alvo de intensa investigação académica. Na sociedade actual, sedenta de informação, os OCS tornam-se cada vez mais importantes, dada a sua capacidade de criar realidades através dos conteúdos transmitidos nas notícias e de condicionar a percepção dos telespectadores sobre quais os assuntos tidos como socialmente importantes. Atendendo a que o Estado Português é a entidade responsável por garantir a segurança dos seus cidadãos e delega nas suas polícias tais funções, uma das tarefas da Polícia de Segurança Pública é garantir a ordem e a tranquilidade públicas da sociedade que serve. Para muitas pessoas, a única forma de contactar e se informar sobre a actividade policial é através dos OCS. Como tal, foi realizado este estudo exploratório sobre as notícias transmitidas pelos canais televisivos (RTP1, SIC e TVI), no contexto do policiamento de grandes eventos de cariz político, que tiveram lugar durante o ano de 2012. Através da análise do seu conteúdo, tentou-se perceber que tipo de informação é disponibilizada por estes OCS, fornecendo grelhas que facilitam a compreensibilidade das actividades policiais. Entre os principais resultados alcançados verifica-se que os canais televisivos dedicam a maioria do tempo de antena à explicação, caracterização e descrição dos acontecimentos e que as principais fontes utilizadas são os membros do governo.

Palavras-chave: mass media; comunicação social; polícia; policiamento; grandes eventos.

Abstract

The influence of the contents produced by the media concerning human behaviour has generated active debate and has been the target of intense academic research. In today's society, eager for information, the media become increasingly important, for its ability to create realities through the contents broadcasted on their news and by conditioning the perception of its viewers about the issues which are socially important. Given that the Portuguese State is responsible for ensuring the safety of its citizens and the police assign such functions, one of the tasks of the Portuguese Security Police is to ensure public order and tranquility of the society it serves. For many people, the only way to contact and get information about police activities is through the media. As such, this exploratory study was carried out considering the news broadcasted by television networks (RTP1, SIC, and TVI) concerning policing in major political events, during the year 2012. Through content analysis, we tried to apprehend what kind of information is made available by these media, providing grids that facilitate the comprehensibility of the police activities. Among the main results it appears that the television networks devote the majority of airtime to the explanation, characterization and description of the events and the main sources used are the members of the government.

Keywords: mass media; social communication; police; policing; major events

Índice

Índice de Anexos	IX
Índice de Figuras	X
Introdução	1
I - Enquadramento Teórico.....	4
1. Órgãos de Comunicação Social – O quarto poder	4
1.1. Teorias da Comunicação.....	6
1.1.1. A Teoria Hipodérmica.....	7
1.1.2. A abordagem empírico-experimental ou «da persuasão»	9
1.1.3. As teorias do Two-Step e do Multi-Step Flow of Communication.....	10
1.1.4. Teoria do agendamento e <i>Gatekeeping</i>	12
1.1.5. Do agendamento ao <i>Framing</i>	17
1.2. Notícia.....	18
1.2.1. A teoria do espelho	19
1.2.2. Teoria organizacional.....	20
1.2.3. Teorias Construtivistas: a estruturalista e a interaccionista	21
1.2.4. Fontes.....	22
1.2.5. Os critérios de noticiabilidade e os valores-notícia	25
1.3. A televisão	27
1.3.1. O telejornal.....	30
1.3.2. Limitações do jornalismo televisivo	31
1.4. Jornalismo realizado pelo Cidadão (<i>citizen journalism</i>)	33
2. A Polícia de Segurança Pública	34
2.1. Definição conceptual	34
2.2. Da Ordem Pública: a actuação policial em grandes eventos de cariz político.....	36
2.3. A Polícia de Segurança Pública e os Órgãos de Comunicação Social	39
3. Formulação do Problema de Investigação	41
II – Método	43
1. Abordagem Qualitativa.....	43
2. <i>Corpus</i>	43
3. Instrumento: Análise de conteúdo	44
4. Procedimento	46

III – Apresentação e Discussão dos Resultados	50
1. Corpo das notícias	50
1.1. Visão geral	50
1.2. Origem da informação	52
1.3. O evento, os discursos relativos ao evento e os seus participantes.	56
1.4. A subjectividade nas notícias	59
2. Rodapés.....	60
2.1. Visão geral	60
2.2. Origem da informação	61
2.3. O evento, os discursos relativos ao evento e os seus participantes.	62
2.4. A subjectividade nas notícias	63
3. Imagens	63
IV- Conclusões	65
Referências	70
Anexos.....	80

Índice de Anexos

ANEXO 1. Pesquisa administrativa e teoria crítica.....	81
ANEXO 2. A Abordagem empírico-experimental ou «da persuasão»: diferenças psicológicas individuais do público e os factores relativos à mensagem.....	82
ANEXO 3. A estrutura da organização e o <i>newsmaking</i>	85
ANEXO 4. Valores-notícia.....	86
ANEXO 5. Características do telejornal.....	88
ANEXO 6. Diferentes conceitos de Polícia.....	89
ANEXO 7. Pedido de autorização da consulta da base CISION.....	91
ANEXO 8. Quadro de distribuição de notícias.....	92
ANEXO 9. Quadro categorial.....	95
ANEXO 10. Resultados obtidos da codificação das notícias	101
ANEXO 11. Resultados obtidos da codificação dos rodapés das notícias	102
ANEXO 12. Tipos de imagens	103
ANEXO 13. Resultados obtidos da contabilização das imagens das notícias	105
ANEXO 14. Distribuição percentual das subcategorias da categoria Discurso Directo, nos rodapés.....	106
ANEXO 15. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Discurso Indirecto”, nos rodapés	107
ANEXO 16. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Instâncias”, nos rodapés.....	108
ANEXO 17. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Enquadramento/Descrição”, nos rodapés.....	109
ANEXO 18. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Manifestante”, nos rodapés.....	110
ANEXO 19. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “PSP”, nos rodapés.....	111
ANEXO 20. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Sistema Explicativo Espontâneo”, nos rodapés	112
ANEXO 21. Distribuição percentual das notícias, de acordo com a sua emissão ..	113
ANEXO 22. Distribuição do total percentual, por categorias, nas imagens	114
ANEXO 23. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Imagens da Polícia”, nas imagens das notícias	115
ANEXO 24. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Imagens de manifestantes”, nas imagens das notícias.....	116

Índice de Figuras

<i>Figura 1.</i> Distribuição do total percentual, por categorias, no corpo das notícias.	51
<i>Figura 2.</i> Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Discurso Directo”, no corpo das notícias.....	52
<i>Figura 3.</i> Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Discurso Indirecto”, no corpo das notícias.....	54
<i>Figura 4.</i> Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Instâncias”, no corpo das notícias.....	55
<i>Figura 5.</i> Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Enquadramento/Descrição”, no corpo das notícias.....	56
<i>Figura 6.</i> Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Manifestante”, no corpo das notícias.....	57
<i>Figura 7.</i> Distribuição percentual das subcategorias da categoria “PSP”, no corpo das notícias.	57
<i>Figura 8.</i> Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Sistema Explicativo Espontâneo”, no corpo das notícias.....	59
<i>Figura 9.</i> Distribuição do total percentual, por categorias, nos rodapés.	60

Introdução

O Homem começou a sentir a necessidade de comunicar desde que começou a viver em sociedade, fosse como um sinal de alerta ou para expressar a sua cultura, sentimentos, experiências e emoções. Watzlawick (1996, p.235) vai até mais longe quando refere que “a comunicação e a existência constituem conceitos inseparáveis”.

Cazeneuve (1999, p.68) é da opinião que a comunicação “é um processo essencial, não só da socialização, mas também da formação do indivíduo, na medida em que este adquire consciência de si interiorizando (...) os comportamentos na troca de mensagens significativas”, de tal forma que para Sá (2002, p.3) “o cidadão, é, em sentido eminente, aquele que tem a capacidade de comunicar”.

Todas as datas que se conhecem sobre o estudo da evolução da comunicação são datas presumidas, sem muita exactidão, mas parece bastante plausível afirmar que o estudo da comunicação sempre existiu, e acompanhou a evolução biológica do Homem. Para Santos (1992, p.9) “o acto de comunicar é uma das formas mais fundamentais de existência. Tudo o que é vida é comunicação, porque implica necessariamente o transporte de ideias e objectos de um ponto para o outro”. Perante isto, Sousa (2006, pp.21-22, negrito do autor) afirma que “**ao Homem é impossível não comunicar** como também, para o Homem, o mundo é **cheio de significados** e só é inteligível e compreensível porque lhe atribuímos significados e o interpretamos”, referindo Poster (1990) que o Homem é constituído por actos e estruturas de comunicação.

Como refere Dias (2005, p.9), “ao longo dos séculos esta necessidade de comunicar foi-se desenvolvendo e aperfeiçoando com a invenção da escrita, as discussões na ágora grega, a invenção do papel e, finalmente, a descoberta da imprensa por Gutenberg”. Foi pois com a descoberta da imprensa que começaram a ser escritas as primeiras notícias sobre os acontecimentos quotidianos. Se nessa altura as notícias apenas se cingiam aos acontecimentos ao nível local ou nacional, hoje, século XXI, tal já não acontece, chegando à casa de todas as pessoas notícias de todos os cantos da Terra. De acordo com esta afirmação Fontcuberta (2002, p.7) refere que “a notícia é um conceito aberto, ela vai-se adaptando às mudanças e acompanha o evoluir da história. A notícia reflecte a realidade do momento”.

Sabemos pois que para muitas pessoas as notícias fornecidas pelos órgãos de comunicação social (OCS) são a única forma de contacto com a realidade exterior; já em 1922 “Walter Lippmann (...) argumentava que os meios de comunicação social [essencialmente a imprensa, à data dessa afirmação] eram a principal ligação entre os acontecimentos do mundo e as imagens desses acontecimentos na nossa mente” (Traquina, Cabrera, Ponte, & Santos, 2001, p. 21). Como tal importa assimilar de que

forma essa informação é transmitida e perceber se existem enviesamentos ou deturpações da realidade que possam, eventualmente, condicionar a forma como essas mesmas pessoas irão construir o seu pensamento, nomeadamente no que toca à actuação da Polícia de Segurança Pública (PSP). Segundo Santos (1992, p.131) “vivemos num pseudo-ambiente, um mundo formado pelas percepções dos meios de comunicação de massas que influi no próprio real”. Tal facto motiva o desenvolvimento deste trabalho acerca da percepção da comunicação social sobre a actividade policial nos grandes eventos de cariz político, que será constituído por quatro partes distintas.

Neste contexto, serão numa primeira parte exploradas e analisadas as teorias da comunicação de maior relevância e pertinência, que irão constituir parte integrante do conteúdo da fundamentação teórica. Esta análise revela-se de uma importância estrutural para a compreensão das notícias, uma vez que existe todo um processo que altera a essência do acontecimento (desde a situação que lhe dá origem até à sua criação enquanto notícia e posterior transmissão). Segundo Sousa (2006, p.212) “embora as notícias representem determinados aspectos da realidade quotidiana, pela sua mera existência contribuem para construir socialmente novas realidades e novos referentes”.

Importa aqui referir que os OCS estudados são os canais televisivos, pelo que iremos analisar as características da notícia televisiva. Segundo Sousa (2006, p.580) a fundamental característica da televisão “é a sua onnipresença em cada lar, onde se converteu quase num elemento mais da família [tornando-se] assim, preponderante entre os *mass media*, cumprindo várias funções, aliás comuns a outros meios de comunicação: informar, formar, entreter”. Uma das grandes armas da televisão é que lhe permite destaque entre todos os outros meios de comunicação social prende-se com a transmissão de imagens e de som, muitas vezes em directo. Como refere Jespers (1998, p.72) “a imagem televisiva é um excelente vector da emoção (a afectividade, a violência, os sentimentos, as sensações)”. Outro aspecto importante prende-se com a influência da imagem televisiva e a veracidade da mesma. Segundo Sousa (2006, p.580), “obviamente, ver televisão gera efeitos no receptor: modelação do conhecimento, integração de novos referentes sobre o mundo, as coisas e as pessoas, etc...”. Mendonça (2011, p.12) acrescenta que “já em veículos como a televisão, por exemplo, onde a expressão opinativa nem sempre possui a mesma frequência, o modo como é transmitida a opinião e a visibilidade pública dos seus emissores (...) acabam produzindo uma sensação diferenciada no receptor destas mensagens, que acabam por vezes adotando essa expressão opinativa como opinião própria”. Percebe-se, pois, que especial atenção deve ser dada à televisão. Tendo esta a capacidade de influenciar a opinião de quem a vê, é importante perceber a qualidade do que é emitido e os efeitos que esse conteúdo terá nos receptores. Correia (2006, p.17) afirma que “frequentemente os

critérios comerciais revelam-se contraditórios com os critérios jornalísticos, o que gera uma conflitualidade latente e cria sérios constrangimentos à autonomia jornalística e ao direito do público a informar-se e a ser informado”. Assim, segundo Jespers (1998, p. 38), a veracidade e a qualidade da notícia poderá ser alterada na procura contínua “de maximizar o impacto dos anúncios publicitários que são a principal fonte de rendimento desse media”. De igual modo, poderão também as notícias que se relacionam com a actividade da Polícia, em concreto a Polícia de Segurança Pública, ser desvirtuadas de forma a serem mais chamativas para o público.

Para que a análise do conteúdo das notícias sobre o policiamento de grandes eventos de cariz político seja possível, será necessário explorar o universo policial e a definição de grande evento. Para além da definição legalista da instituição policial, será explorada a actuação da PSP, tendo em conta os seus fins de manutenção da ordem e tranquilidade públicas. Serão igualmente analisados os seus modelos de policiamento e as teorias de desordem pública que estão na sua origem. Será também explorado o conceito de grande evento, partindo da definição do *Coordinating National Research Programmes on Security during Major Events in Europe* (projecto EU-SEC II, 2007), como meio de selecção das notícias que irão formar o *corpus* do trabalho.

A segunda parte do trabalho consistirá na narrativa do método utilizado na vertente empírica do mesmo. De referir que não existem hipóteses para posterior confirmação ou infirmação, pelo que o estudo proposto terá um carácter exploratório, e não é expectável nem previsível qualquer tipo de resultado em concreto.

Usar-se-á uma abordagem qualitativa, procurando-se uma descrição e análise interpretativa das notícias com a intenção de produção de inferências. Este tipo de abordagem constitui, segundo Bardin (1977, p.115), “um procedimento mais intuitivo, mas também mais maleável e mais adaptável a índices não previstos, ou à evolução das hipóteses”. Para tal será utilizada a análise de conteúdo como instrumento de análise das notícias. Para Bardin (1977, p.44) “a análise de conteúdo visa o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica, etc., por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares”.

Na terceira parte serão apresentados e discutidos os resultados obtidos através da análise de conteúdo do *corpus* do trabalho.

Na quarta e última parte, atendendo aos resultados obtidos, extrair-se-ão algumas conclusões e reflexões finais, procurando que exista uma interligação e relacionamento entre os nossos resultados e a fundamentação teórica existente, de modo a produzir inferências com validade e sustentabilidade.

I - Enquadramento Teórico

1. Órgãos de Comunicação Social – O quarto poder

Antes de aprofundar esta temática é deveras importante referir o amplo poder que os OCS possuem na estrutura organizativa da sociedade, tornando-se já um dado adquirido a sua importância e universalidade. Segundo Cazeneuve (1999, p.69)

o que mais importa, (...) não é tanto o conteúdo das mensagens, mas sim o modo de transmissão utilizado, isto é, o *médium*, o sistema técnico que assegura a difusão do conteúdo (...) [o que] significa que a cultura difundida é transformada pelo órgão da difusão.

Nas sociedades desenvolvidas, sobretudo as ocidentais, “os meios de comunicação exercem, há longos anos, um poder não instituído mas que ninguém nega – também porque dificilmente se conseguem delinear os seus exactos contornos” (Aureliano, 2004, p.48). Esse poder estará provavelmente ligado com a vasta capacidade que os meios de comunicação possuem para veicular mensagens, fazendo-as chegar a um grande número de pessoas, ou seja, a aptidão de tornar públicas quaisquer mensagens (Aureliano, 2004). Segundo a mesma autora, “assumir os meios de comunicação social como “«o quarto poder» é reconhecer-lhes algumas características que todos os poderes têm: autonomia (relativa), legitimidade e autoridade” (Aureliano, 2004, p. 49). No que toca à autoridade, a autora explica que esta pode ver-se na forma como os meios de comunicação interagem com os restantes poderes, principalmente no que toca à pressão que exercem sobre o poder legislativo e sobre a esfera executiva. Quanto ao poder judicial, não têm também sido raras as vezes que os *media* são acusados de exercerem pressões sobre as decisões tomadas no âmbito judicial, pelo que só essa possibilidade confere aos media uma importância considerável.

Contudo, há que perceber que, de acordo com Aureliano (2004), a autonomia dos *media* não é total, dado que são dependentes de lógicas concorrenciais e económicas, mas a sua autonomia é tanta ou maior do que a dos restantes três poderes instituídos, o que atribui aos *media* autoridade. Quanto à legitimidade, a autora refere que esta é dada pelas próprias pessoas, que fazem dos meios de comunicação uma entidade que as influencia e pode condicionar a sua mudança de comportamentos.

De igual modo, Correia (2006, p.22, *italico no original*) refere que o poder dos *media* está condicionado e não pode ser analisado independentemente do poder de *quem manda nos media*. O poder dos *media*, ou seja, a força da sua influência sobre o público (ou os públicos), não é algo que possa ser analisado em abstracto, esquecendo quem comanda os mecanismos que fazem com que essa influência se exerça neste ou naquele sentido.

O mesmo autor acrescenta (2006, p.23) que “a concentração da propriedade dos principais *media* (...) mostra até que ponto é falacioso falar dos *media* como um novo poder, seja o quarto ou seja, como agora se pretende, o primeiro”.

Hodiernamente, poder-se-á afirmar que olhar para os meios de comunicação social como o “quarto poder” já não é tão linear como poderia parecer à primeira vista. Aliás, segundo Estrela (2004, p.47), “torna-se evidente que o chamado quarto poder é hoje reconhecido como sendo o primeiro”. A mesma autora refere ainda que

mais do que nunca só existe o que é mediatizado. (...) Uma ninharia promovida pela comunicação social facilmente se transforma no caso do dia, da semana mesmo, que é discutido à mesa, no café, no consultório, no barbeiro ou no *shopping*. Em suma, só existe porque alguém lhe atribuiu valor mediático (Estrela, 2004, p.48).

Segundo a opinião de Mattelart e Mattelart (1997, p.63) os meios de comunicação “são descritos e aceites (...) como mecanismos de ajustamento, (...) tornam-se suspeitos de violência simbólica e são apreendidos como meios de poder e de domínio”. Contudo, Baudrillard (cit. in Mattelart & Mattelart, 1997, p.84) considera que

não é enquanto veículo de um conteúdo, é pelas suas próprias forma e operação que os *media* induzem uma relação social. E essa relação não é de dominação, é de abstracção, de separação, de abolição do intercâmbio. (...) O que caracteriza os *media* de massas é o serem antemediadores, intransitivos, é fabricar não-comunicação.

Para Sá (2002) o aparecimento de meios como a rádio e a televisão, cujo fim se traduz numa massificação da comunicação, não pode deixar de ter como resultado a extinção da comunicação propriamente dita. Deste modo o autor refere que a tentativa de expandir o público crítico, através do alargamento do mesmo a toda a sociedade através dos *mass media* acaba por levar não ao desaparecimento da sociedade enquanto massa não crítica, mas a própria massificação daquilo que originalmente fora um público mais crítico e diferenciado. A unilateralidade dos *mass media*, da rádio e da televisão, longe de estimular o confronto e a discussão, o raciocínio e a comunicação na horizontalidade de um mesmo plano, impedem uma verdadeira comunicação, confundindo-a com a estrutura vertical e unidireccional que é própria da propaganda e da manipulação nos mais variados domínios, desde o político ao comercial. A este propósito refere Serra (2006a, p.7) que se quer atribuir aos *media* um carácter “homeostático e regulador que está longe de ser o seu (...) [, atendendo que os *media* são] um sistema que produz de forma simultânea, o consenso e a dissensão, a transparência e a intransparência, a regulação e a desregulação”.

Cunha (cit. in Aureliano, 2004, p. 51) é da opinião que “os *media* são muito importantes, porque o seu lugar central hoje é privilegiado em termos de discurso e de poder. E nesse sentido, os *media* podem tanto sensibilizar como criar estereótipos ou

preconceitos”. Esta posição é corroborada por McQuail (cit. in Wolf, 2003, p.17) quando o mesmo se refere aos meios de comunicação como “instituições que exercem uma actividade-chave que consiste na produção, reprodução e distribuição de conhecimentos (...) que podem dar um sentido ao mundo, moldam a nossa percepção e contribuem para o conhecimento do passado e para dar continuidade à nossa compreensão presente”. Assim, percebe-se a opinião de Junqueiro (2002) quando o mesmo exterioriza que os meios de comunicação acabam por ter uma abrangência quase imediata e de certo modo personalizada. Para tal, basta ter a capacidade e meios de acesso e quase imediatamente poderemos saber o que está a ocorrer em qualquer lugar do mundo, com níveis de pormenorização e detalhe nunca antes imaginados.

De certa forma, poder-se-á resumir a estrutural importância dos *media* nos dias que correm com a afirmação de Bazalgette (cit. in Baltazar, 2006, p.5), que nos diz “ninguém pode ser alfabetizado no século XXI, a menos que seja alfabetizado em todos os meios de comunicação que são usados para comunicar”.

1.1. Teorias da Comunicação

Contrariamente ao que poderia ser esperado, o objectivo deste trabalho não se prende com uma exploração exaustiva de todas as teorias de comunicação existentes. Na realidade, este apenas versará sobre aquelas que demonstraram no decorrer do mesmo ser mais relevantes e pertinentes, de tal forma que justificaram a sua presença e exploração. Assim, pretende-se criar um leque de conhecimento suficientemente abrangente que permita a resposta às questões de investigação que serão colocadas.

Ainda que se possa tentar seguir uma ordem cronológica (tanto quanto possível), a mesma afigura-se difícil. Segundo Mattelart e Mattelart (1997, pp.7-8) “essa persistência fundamental [de tensões e antagonismos] invalida qualquer abordagem por demais cronológica de uma história das teorias. Fluxo e refluxo das problemáticas tornam impossível que se conceba esta trajectória de modo linear”. É igualmente importante salientar que “tais teorias não surgem sucessivamente ou seguindo uma ordem exata, são coexistentes, sendo estabelecidas muitas vezes por um processo de permuta caracterizado pela oscilação do próprio objeto da teoria, ou seja, a comunicação” (Silva & Júnior, 2009, p.3), sendo constantemente “contestadas, adaptadas e/ou modificadas ao longo do tempo” (Almeida, 2010, p.1), não sendo necessariamente puras ou independentes umas das outras, tendo fronteiras muito ténues entre elas (Vizeu, 2002a).

Um outro problema é apontado por Mattelart e Mattelart (1997, p. 8) quando os mesmos sublinham que a noção de teoria da comunicação é problemática, pois “também ela é geradora de clivagens. Primeiramente o estatuto e a definição da teoria, (...) opõem-se vigorosamente de uma escola para a outra, de uma epistemologia para outra”.

Traquina (1999a, p.133) refere até que “a utilização do termo «teoria» é discutível porque significa somente uma explicação interessante e plausível e não um conjunto elaborado e interligado de princípios e proposições”. Aliás, desde cedo se percebe a complexidade do estudo da temática da comunicação. Segundo Wolf (2003, p.16) “a consciência progressiva de que os problemas relativos aos meios de comunicação são extremamente complicados e requerem uma abordagem sistemática e complexa, percorreu pouco a pouco – e com sorte diversa – toda a história da pesquisa sobre os *mass media*”. O mesmo autor considera todavia que “se renunciar a seguir todas as correntes de pesquisa para se expôr «apenas» as tendências mais difundidas e consolidadas daquilo que, neste complexo domínio, se transformou ou está a transformar em «tradição» de estudo, a tentativa parece então ser possível” (Wolf, 2003, p.13).

De acordo com Serra (2007, p.2) as teorias da comunicação existentes actualmente são o resultado de muitos anos de estudo dos meios de comunicação de massas, sobretudo com “o desenvolvimento exponencial dos *media*, e em particular dos chamados *mass media*, a partir dos finais do século XIX, que chamou a atenção para a necessidade de uma «pesquisa em comunicação» (*communication research*)”. Segundo Botelho (2004, p.1), a investigação sobre a comunicação “dominou por muito tempo os estudos sobre os *Media*, marginalizando outras correntes teóricas que surgiram”. Abordando esta marginalização, deve-se referir que existem duas tendências nos estudos e implicações sobre as teorias da comunicação: a pesquisa administrativa e a teoria crítica. Para um aprofundamento das mesmas, deve ser consultado o Anexo 1.

Ainda assim, acrescenta Serra (2006b, p.2) que embora “cada teoria da comunicação não pode deixar de ser vista como uma descrição unilateral e parcial desse fenómeno mais geral e complexo a que chamamos «comunicação»” ressalva-se que “essas escolas e tendências (...) contribuíram e continuam contribuindo para as reflexões em torno dos fenómenos da comunicação na sociedade contemporânea” (Almeida, 2010, p.4). As visões distintas sugeridas por essas leituras não devem ser desconsideradas, mesmo que algumas sejam questionáveis. Não se pode contestar as suas contribuições para a ampliação do pensamento comunicacional das sociedades de massa”.

Importa, pois, analisar algumas das teorias próximas da *communication research*.

1.1.1. A Teoria Hipodérmica

Poder-se-á afirmar que terá sido o economista político Karl Bücher, em 1916, ao criar o Instituto para o Estudo dos Jornais (*Intitutfür Zeitungskunde*) (Serra, 2007) o precursor dos estudos de comunicação, através de um olhar atento aos OCS e ao seu papel na sociedade. Ainda assim, acaba por ser nos Estados Unidos da América que irá surgir aquilo que Traquina (2000, p.15) refere como “o primeiro paradigma dos estudos

dos «efeitos» dos *media*, a teoria hipodérmica”, e que Botelho (2004, p.2) refere como “o primeiro elemento conceitual do *mass communication research*”. Segundo Pichel (2005) foi a partir do seu estabelecimento que as teorias elaboradas nesta primeira época pela *mass communication research* centram a sua atenção no estudo dos efeitos, principalmente com o objetivo de estabelecer fórmulas ótimas de penetração na sociedade de uma determinada mensagem política de carácter propagandístico.

Segundo Wolf (2003), a teoria hipodérmica surge num momento de expansão dos meios de comunicação de massa, entre as duas grandes guerras, em simultâneo com as trágicas experiências do período totalitário e, acrescenta Serra (2012, p.5), “nesta altura a sociedade encontrava-se frágil e passível de partilhar uma ideologia generalizada, criando a ideia de massa e a possibilidade de se desenvolverem muitos comportamentos idênticos”. De acordo com esta teoria “cada elemento do público é pessoal e directamente ‘atingido’ pela mensagem” (Wright, cit. in Wolf, 2003, p.22), reagindo “como um alvo amorfo que obedece cegamente ao esquema estímulo/resposta” (Mattelart e Mattelart, 1997, p.31). Santos refere que (1992, p.18) “foi estabelecida uma relação causal entre exposição à mensagem e acção. Quem lesse ou escutasse, mesmo que distraidamente, uma mensagem, passaria a actuar como um *zombie* em telecomando”. Segundo Santos (2005, p.383) “ao considerar que o novo fenómeno da época, a massa, era uma organização social em que os indivíduos estariam isoladamente expostos às mensagens e separados entre si, esta teoria via a relação dos homens com os meios de comunicação como baseadas na fórmula reduzida do estímulo-resposta”. Esta abordagem acaba por se concentrar na eficácia persuasiva, de tal forma que predomina a noção de que os efeitos desejados podem ser administrados através de mensagens adequadamente estruturadas (Wolf, 2003). Pode-se pois dizer que o indivíduo se encontra indefeso e impotente diante da informação, que o manipula e influencia. Assim, esta teoria sustenta o princípio da propaganda, ou seja, da manipulação de massas e o conceito de sociedade de massa é fundamental para a compreensão da teoria hipodérmica (Wolf, 2003).

Já numa segunda fase, Lasswell (in Wolf, 2003) propõe um novo modelo uma vez que refere que teoria hipodérmica é insuficiente para explicar os fenómenos comunicativos porque, segundo o mesmo, ignorava o contexto no qual ocorria a comunicação. Lasswell através da sua fórmula *Quem?* (emite a mensagem), *Diz o que?* (conteúdo da mensagem), *em que canal?* (qual o canal usado para a transmissão da mensagem) e *com que efeito?* (qual o efeito que a mensagem tem na sociedade) estrutura as variáveis que definem o estudo da comunicação:

qualquer uma destas variáveis define e organiza um sector específico da pesquisa: a primeira caracteriza o estudo dos emissores, ou seja, a análise do controlo sobre o que é

difundido. Quem, por sua vez, estuda a segunda variável, elabora a análise do conteúdo das mensagens, enquanto o estudo da terceira variável dá lugar à análise dos meios. Análises da audiência e dos efeitos definem os restantes sectores de investigação sobre os processos comunicativos de massas. A fórmula de Lasswell, ordenando aparentemente o objecto de estudo segundo variáveis bem definidas, sem omitir nenhum aspecto relevante dos fenómenos em causa, na realidade depressa se transformou – e assim permaneceu durante muito tempo – numa verdadeira teoria da comunicação, em ligação estreita com o outro modelo comunicativo dominante na pesquisa, isto é, a teoria da informação (Lasswell, in Wolf, 2003, p.29-30).

Ainda que traga aperfeiçoamento, no modelo de Lasswell os papéis do comunicador e do destinatário situam-se isolados, independentes das relações sociais e culturais (Schultz, in Wolf, 2003). Tal aspecto continua a ser uma das fortes críticas apontadas a este modelo, razão pela qual ele acaba por ser posteriormente superado.

Seja como for, o modelo de Lasswell foi, segundo Santos (1992, p.24) a “primeira fórmula comunicacional, tendo sido adaptada e desenvolvida por quase toda a pesquisa posterior. O modelo representa hoje a contribuição mais significativa da teoria das balas mágicas [também conhecida como teoria hipodérmica] para o estudo da comunicação de massas”. Santos (1992) refere que embora criticável, a teoria hipodérmica acabou por erguer os fundamentos das ciências da comunicação, uma vez que as modernas teorias constituem modificações e substituições dos postulados primordiais estabelecidos pela teoria hipodérmica.

1.1.2. A abordagem empírico-experimental ou «da persuasão»

Esta abordagem é composta por duas diferentes vertentes, uma empírica e outra psicológica experimental, que, complementando-se e concorrendo na explicação dos efeitos causados pelos *mass media*, superam as premissas da teoria hipodérmica, levando ao seu abandono (Wolf, 2003).

Segundo o Wolf (2003, p.34) esta abordagem consiste “na revisão do processo comunicativo entendido [até à data] como uma relação mecanicista e imediata entre estímulo e resposta [proposta pela teoria hipodérmica]” referindo que existe uma “oscilação entre a ideia de que é possível obter efeitos relevantes, se as mensagens forem adequadamente estruturadas e a certeza de que, frequentemente, os efeitos que se procurava obter não foram conseguidos” (p.34).

A presente teoria vai evidenciar pela primeira vez a “complexidade dos elementos que entram em jogo, na relação entre emissor, mensagem e destinatário” (Wolf, 2003, p.34). A mesma considera que persuadir os destinatários é possível se a mensagem se adequar aos factores pessoais que são activados pelo destinatário ao interpretá-la (Wolf, 2003). De facto, segundo De Fleur (cit. in Wolf, 2003, p.34) “a mensagem dos meios de

comunicação contém características particulares do estímulo que interagem de maneira diferente com os traços específicos da personalidade dos elementos que constituem o público”. O avanço desta teoria consiste no facto de a mesma passar a levar em conta as diferenças psicológicas individuais do público que recebe a mensagem (o interesse em obter informação e também a exposição, percepção e memorização selectivas), assim como os factores relativos à mensagem *per si* (com base na credibilidade do comunicador, na ordem da argumentação, na integralidade das argumentações e na explicitação das conclusões). Para uma pormenorização destes factores que estão, possivelmente, relacionados entre si, atente-se ao Anexo 2.

Esta teoria dos meios de comunicações de massa adstrita às pesquisas psicológico-experimentais, vem redimensionar a abissal capacidade manipuladora atribuída aos *mass media* pela teoria hipodérmica. Estas pesquisas demonstraram-no, segundo Wolf (2003, p.46)

ao especificar a complexidade dos factores que intervêm para provocar uma resposta ao estímulo, atenua-se a inevitabilidade dos efeitos maciços; explicitando as barreiras psicológicas individuais que os destinatários põem em funcionamento, evidencia-se o carácter não-linear do processo comunicativo; salientando a peculiaridade de cada receptor, analisam-se os motivos da ineficácia da campanha.

1.1.3. As teorias do Two-Step e do Multi-Step Flow of Communication

Com as teorias do fluxo de comunicação em dois passos e em múltiplos passos (*Two-Step e do Multi-Step Flow of Communication*) que se inserem na chamada “abordagem empírica de campo ou «dos efeitos limitados»” (Wolf, 2001, p.46), dá-se o abandono definitivo das premissas que definiam a sociedade como sendo “constituída por «átomos» de indivíduos aglomerados em massas uniformes, que respondiam de forma imediata e directa aos estímulos da comunicação social” (Santos, 1992, p.18) ou uma “massa de indivíduos isolados uns dos outros, passivos e inermes perante os mass media”, conforme refere Serra (2007, p.152). Embora o objectivo destas teorias continue a ser o estudo dos efeitos dos meios de comunicação, já não se coloca nos mesmos moldes das teorias suas antecessoras. Assim, enquanto a teoria hipodérmica era relativa à propaganda e manipulação e a teoria psicológica-experimental abordava a persuasão, estas teorias relacionam-se não só com a influência exercida pelos mass media como igualmente com uma influência mais lata, resultante das relações comunitárias (Wolf, 2003), de tal forma que “leva a pôr em questão o carácter ilimitado, directo e imediato da influência dos mass media” (Serra, 2007, p.152).

Estes pressupostos são colocados em causa pelas investigações no âmbito do *Bureau of Applied Social Research*, fundado em 1941 na Universidade de Colúmbia por

Paul Lazarsfeld. Tais investigações foram levadas a cabo para “estudar o mecanismo por detrás das decisões de voto dos eleitores” (Santos, 1992, p.26) no decurso da campanha presidencial de 1940, nos Estados Unidos, e vieram a culminar na formulação da teoria do *Two-Step Flow of Communication* (fluxo de comunicação em dois passos, ou níveis), que é sugerida na conclusão da obra que tem por título *The people’s choice: How the voter makes up his mind in a presidential campaign*, publicada por Lazarsfeld, Berelson e Gaudet em 1944 (Serra, 2007).

Mattelart e Mattelart (1997, p.39) fazem referência a esta teoria explicitando que “no primeiro patamar há as pessoas relativamente bem informadas, porque directamente expostas aos *media*; no segundo há as que frequentam menos os *media* e que dependem das outras para obter informação”. Assim, esta teoria ficou marcada pela percepção dos pesquisadores de que as pessoas recebiam não só informação como também influência directamente de outras pessoas, levando à descoberta da figura do líder de opinião, “uma personagem que fazia a ligação entre os meios de comunicação e o eleitorado. Os líderes de opinião estavam intensamente expostos às campanhas eleitorais, e era a eles que recorriam as outras pessoas, submetidas a menores níveis de exposição e que procuravam informações e conselhos” (Santos, 1992, p.27). Para Sousa (2006), eram mediadores entre os *media* e as pessoas, cuja acção se exerce ao nível da comunicação interpessoal, levando portanto à criação de um patamar mediador entre o público em geral e os meios de comunicação social. O mesmo autor acrescenta que líderes de opinião são

mais receptivos a receber informação, promovem a circulação da informação que recebem no seu contexto social imediato e também conseguem influenciar as pessoas no seu entorno. Percebe-se, assim, que os *meios de comunicação não são os únicos agentes que influenciam as decisões das pessoas* e que, por vezes, nem sequer são os mais poderosos desses agentes (2006, p.495).

Dessa forma percebe-se a afirmação de Santos (1992, p.29) quando o refere: “a imprensa, a rádio e a televisão não actuam num vácuo social, mas numa rede complexa de relações sociais”, o que leva ao rompimento “com a linearidade mecanicista do modelo hipodérmico centrado no indivíduo” (Demétrio, 2003, p.6).

Embora seja inegável o avanço que a Teoria do Two-Step Flow of Communication trouxe à comunidade científica, alguns dos seus aspectos vieram a revelar-se incompletos ou incorrectos (Santos, 1992). Um desses aspectos prende-se com a inconsistência de uma sociedade dividida apenas em líderes e seguidores uma vez que “os líderes de opinião não recebem necessariamente as suas informações directamente dos meios de comunicação, mas também de outros líderes de opinião” (Santos, 1992, p.30). Alias, o próprio Lazarsfeld ao reconheceu esse facto, e sugeriu o abandono da

comunicação a dois passos e a passagem para a comunicação a vários tempos, designada de *Multi-Step Flow of Communication* (Santos, 1992).

A este propósito e embora Gitlin (in Serra, 2007, pp.154-155) refira que a Teoria do *Two-Step Flow of Communication* se tenha tornado o paradigma dominante na sociologia dos meios de comunicação social não a isenta de críticas tecendo-lhe um conjunto vasto que se podem resumir nos seguintes pontos:

- i) oculta o poder dos media, ao colocar a ênfase no propalado poder das audiências; ii) Concebe os «efeitos» dos media em termos comportamentalistas, observáveis e de curto prazo – as famosas «decisões»; iii) Não se interroga sobre o significado social, político e económico dos media, que dá como adquirido; iv) Assenta numa pesquisa de carácter «administrativo» e instrumental”.

Wolf (2003, p.57) acrescenta que a teoria do fluxo comunicativo a dois níveis

pressupõe uma situação comunicativa caracterizada por uma baixa difusão de comunicações de massa, bastante diferente da de hoje. Nos anos 40, a presença relativamente limitada dos *mass media* na sociedade realça a papel difusivo desempenhado pela comunicação interpessoal: a situação actual, pelo contrário, apresenta níveis de quase-saturação na difusão dos *mass media*.

Embora longe de ser perfeita e apesar de todas estas críticas, a teoria do *Two-Step Flow of Communication* “teve a grande virtude de chamar a atenção dos investigadores para a articulação entre a comunicação de massa e a comunicação interpessoal, para o facto de que ambos os tipos de comunicação constituem domínios interdependentes” (Serra, 2007, p.156).

Certamente, devido a estas teorias, “a recusa da ideia de que a «comunicação» dos produtos mediáticos é um processo mediante o qual um sujeito passivo e amorfo, elemento potencial de uma massa indiferenciada e homogénea, sofre os «efeitos» e adopta os «conteúdos» dos *media* é hoje praticamente da ordem da evidência” (Serra, 2007, p.158). Como refere Esteves (2002), estas teorias continuam a ter uma fragilidade bem vincada ao centrarem-se apenas nos efeitos a curto prazo. Percebendo-se que urge o estudo dos efeitos a longo prazo, surgem teóricos que se propõem a estudá-los, sendo a teoria do *agenda-setting* (teoria do agendamento) uma das teorias precursoras desses mesmos efeitos a longo prazo.

1.1.4. Teoria do agendamento e *Gatekeeping*

Em 1922, Walter Lippmann, com a publicação do livro *Public opinion* levantou a possibilidade dos meios de comunicação de massas “estarem a reproduzir não a realidade mas representações da realidade” (Santos, 1992, p.96), ao que Pena (2005, pp.144-145) acrescenta que “a influência dos Media é admitida na medida em que ajuda a estruturar a imagem da realidade social”. Com esse problema da construção de

representações da realidade, ele “apresentou a hipótese de os meios de comunicação social terem um poder não intencional até aí subestimado. Um desses poderes é a sua capacidade para agendar temas” (Santos, 1992, p.97).

Tendo sido elaborada a partir do estudo da campanha eleitoral para a Presidência dos Estados Unidos, em 1968 e apresentada por McCombs e Shaw em 1972, a Teoria do Agendamento (*Agenda-Setting*), destaca que “os meios de comunicação têm a capacidade (não intencional nem exclusiva) de agendar temas que são objecto de debate público em cada momento” (Sousa, 2006, p.501), pese embora esta percepção não constitua uma total surpresa, uma vez que já em 1901 Gabriel Tarde (cit. in Sousa, 2006, p.501) havia referido que os meios de comunicação “impõem aos discursos e às conversas a maior parte dos seus temas quotidianos”. Segundo Traquina (1999a, p.11), essa capacidade de agendamento prende-se com a determinação de “quais são os acontecimentos (assuntos e problemáticas) com direito a existência pública e que, por isso, figuram na agenda de preocupações, como temas importantes da opinião pública”.

A este propósito Shaw (1979, p.96) refere mais tarde que

em consequência da acção dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descuid, realça ou negligencia elementos específicos da cena pública. As pessoas tendem a incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os media incluem ou excluem dos seus conteúdos. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflecte de perto a ênfase atribuída pelos mass media aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas.

Segundo Fields (2006, p.3) “o que nós sabemos, pensamos e acreditamos sobre o que acontece no mundo, fora da nossa experiência pessoal, é modelado, e alguns até dirão orquestrado, pelo modo como estes acontecimentos são reportados nos jornais e comunicados através da rádio e televisão”. Assim, as pessoas agendam os seus assuntos e conversas em função do que os media veiculam (DeFleur & Rokeach, 1993).

A este propósito Santos (1992, p.99) afirma que a representação do real (as imagens) tornou-se mais importante do que o próprio real, acrescentando que

o *agenda-setting* constitui, na verdade, um problema de representação do real. Cada vez mais, o grande público que vive nas sociedades industrializadas deixou de ter contacto com importantes fatias da realidade, ficando por isso dependente da mediação exercida pelos meios de comunicação de massas. A comunicação social transformou-se numa espécie de extensão cognitiva do homem (...) e o seu efeito de agendamento parece reflectir-se, um primeiro nível, na definição do que constitui ou não um tema da actualidade. A um segundo nível, o *agenda-setting* vai ainda mais longe, ao estabelecer a própria hierarquia e prioridade dos temas

Esta percepção é corroborada por grandes investigadores da comunicação como é o caso de Lippmann (1922), Lang e Lang (1981), Noelle-Neumann (1973) mencionando que o *agenda-setting* não defende que os *mass media* queiram persuadir, mas sim que os mesmos, ao descrever e pormenorizar a realidade, mostram ao público uma panóplia de temas sobre os quais é necessário ter uma opinião e capacidade de discussão. Como é do entendimento de Shaw (1979) o sentido que as pessoas têm de grande parte da realidade social é-lhes proporcionado, quase que por empréstimo, pelos meios de comunicação de massas. Silva (1997, p.4) tem uma posição mais extremada acerca da teoria do agendamento, afirmando que “a liberdade de expressão é um conceito vazio dados os critérios editoriais do tipo *agenda-setting*, que condicionam a opinião pública e a manipulam, tornando-a opaca”. Já Sousa (2006, p.505) é da opinião que “os meios de comunicação têm êxito em dizer às pessoas *sobre* o que pensar e *como* pensar”.

Ao aprofundarem o estudo sobre a teoria do agendamento, procurando “testar a hipótese avançada por McCombs e Shaw” (Traquina, 2000, p.31), Rogers, Dearing e Bregman (in Traquina, 2000) sustentam que o processo de agendamento engloba três elementos distintos: a “agenda mediática”, a “agenda pública” e a “agenda política governamental”. Dada a sua importância, mostra-se pertinente explorar estes conceitos.

A agenda mediática (*media agenda-setting*) é constituída pelo conjunto de temas da actualidade que integram os conteúdos das notícias produzidas pelos OCS. Efectivamente, há uma diferença substancial entre aquilo que são as informações que chegam ao conhecimento dos jornalistas e aquelas que acabam por ser do conhecimento do público. Neste processo de selecção, há a intervenção de certos profissionais, denominados de *gatekeepers*.

Para Cascais (2001, p.98) os *gatekeepers* são “instituições ou indivíduos que estabelecem ou fiscalizam normas e valores ou que seleccionam e decidem o que deve ser impresso, difundido, produzido pelos *media*”, funcionando como uma espécie de “controladores do fluxo de informações”(Mattelart, 1997, p.43). De acordo com Traquina (1999a), o termo *gatekeeper* surgiu em 1947, sendo introduzido pelo psicólogo social Kurt Lewin num artigo relacionado com as decisões domésticas de aquisição de alimentos. Contudo, foi White (in Santos, 1992) o precursor da aplicação do referido conceito ao jornalismo, com a publicação em 1950, na revista *Journalism Quarterly*, de um estudo sobre os *gatekeepers* da informação. Traquina (1999a, p.134) refere que

na perspectiva do *gatekeeping* o processo de produção da informação é concebido como uma série de escolhas onde o fluxo de notícias tem de passar por diversos «portões» (os famosos *gates*) que não são mais do que áreas de decisão em relação às quais o jornalista (*gatekeeper*) tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não, ou seja, a notícia acaba por passar pelo «portão» ou a sua progressão é impedida, o que na prática

significa a sua morte (a notícia não será publicada, pelo menos, nesse órgão de informação).

Aliás, a figura do *gatekeeper* é de tal forma importante que Wilbur Schramm, em 1949 refere que nenhum aspecto da comunicação é tão impressionante como “o enorme número de escolhas e rejeições que têm que ser feitas entre a formação do símbolo na mente do comunicador e o aspecto de um símbolo afim na mente do receptor” (Schramm, cit. in Beltrão, 1986, p.151).

Segundo Santos (1992) esta pesquisa de White não teve em conta alguns aspectos considerados essenciais no processo de selecção de notícias, tendo uma visão demasiado simplista e dando demasiada prevalência à ideia que só existe um *gatekeeper*, pois “as decisões do jornalista eram altamente subjectivas e dependentes de juízos de valor baseados no «conjunto de experiências, atitudes e expectativas do gatekeeper»” (Traquina, 1999a, p.134) e de igual modo “ignorou que o esquema só funciona porque está integrado numa lógica organizacional” (Santos, 1992, p.82). Os estudos sobre esta temática continuaram, tendo-se complexificado. Assim, em 1957 num artigo da autoria de Westley e MacLean (in Santos, 1992), o *gatekeeping* deixou de ser visto como um processo realizado por indivíduos isolados passando a ser visto como uma função institucional e onde os mesmos já não seleccionam as notícias que são do seu interesse pessoal mas sim aquelas que presumem ser do interesse do público. Para um maior aprofundamento sobre esta temática, deve ser consultado o Anexo 3.

No que toca à agenda pública (*public agenda-setting*) esta é definida como sendo um conjunto vasto de temas, que, dada a sua pertinência, são do interesse e da atenção públicas. McCarthy, Smith e Zald (1996, p.293) fazem referência à mesma como sendo “o conjunto dos acontecimentos aos quais é atribuída uma importância pelo público em geral e por públicos mais restritos”. Neste campo, é de ressaltar a relação que é comumente estabelecida entre a agenda mediática e a agenda pública. Vários foram os autores que desenvolveram estudos sobre esta ligação e chegaram à conclusão de que existe uma relação entre ambas estas agendas, uma vez que os problemas que mereciam a atenção do público coincidiam com aqueles que os OCS mediatizavam.

Por fim, temos o terceiro tipo de agenda, que é a agenda política (*policy agenda setting*), cujos estudos se concentram na agenda das entidades governamentais (Traquina, 2000), nomeadamente, de acordo com Colling (2001), como os meios condicionam as percepções dos representantes políticos. Segundo Correia (2004b, p.57) “o objectivo primordial da luta política consiste em fazer coincidir as suas necessidades de acontecimentos pragmaticamente motivadas com as dos profissionais do campo jornalístico”, constituindo assim o campo jornalístico um alvo estratégico prioritário dos diversos agentes sociais, particularmente dos profissionais do campo político (Traquina,

2000). A este propósito, poder-se-á ter como exemplo a campanha orquestrada pelo Governo da Suécia para consciencializar o país para os problemas ambientais. O governo sueco recorreu à influência dos *media* pois “o principal objectivo das actividades centrais / nacionais era transformar a questão da mudança climática numa questão pública, estabelecendo-o na agenda dos Media e na arena pública” (Uggla, 2008, p.724), tendo em conta que “as mudanças climáticas são hoje retratadas e concretizadas de várias maneiras como um risco para o ambiente, através nomeadamente de uma substancial e recorrente cobertura dos *media*” (Uggla, 2008, p.719).

Para finalizar, há que referir que a teoria do agendamento possui igualmente algumas limitações. Entre as críticas que os investigadores lhe atribuem encontra-se o facto de se tratar de uma teoria que pode subestimar a própria realidade, pois de acordo com Sousa (2006, p.503) “o valor do real pode sobrepor-se à influência da agenda dos meios de comunicação na definição da agenda pública”, fazendo com que haja um “problema de representação do real” (Santos, 1992, p.99) em certas ocasiões e que a agenda estabelecida pelos meios de comunicação de massas possa ser diferente da agenda do público (Santos, 1992). A mesma posição é partilhada por Neuman, Just e Crigler (in Sousa, 2006), que afirmam que a agenda mediática dificilmente aborda temas que sejam importantes para a vida das pessoas, levando à criação de uma discrepância entre a agenda mediática e a agenda pública.

É, igualmente, reconhecido por Sousa (2006) que a reacção pública a um determinado assunto pode definir a agenda dos *media*, isto é, a agenda dos *media* pode também ela ser influenciada pela agenda do público, de forma que “em certos casos, é a comunicação social que chama a atenção para um problema e, noutros, é o público que, pela violência da sua reacção a uma determinada política, atrai a atenção dos jornalistas” (Santos, 1992, p.100). De igual modo a agenda de um OCS pode ter influência directa na agenda de outro OCS distinto.

Outro aspecto importante é, segundo McCombs (in Sousa, 2006), o facto de os efeitos do agendamento nem sempre se verificarem da mesma maneira, pois dependem dos assuntos e das pessoas. Assim, refere Traquina (2000) que o efeito do agendamento ocorre em pessoas que têm uma enorme necessidade de informação e que por esse motivo se expõem mais ao *media*, sujeitando-se mais aos efeitos do agendamento, o que corrobora a posição de Lazarsfeld (cit. in Colling 2001, p.93) ao referir que “o alto grau de exposição aos meios de comunicação, é uma condição prévia para eventuais efeitos da agenda”.

1.1.5. Do agendamento ao *Framing*

Na senda do que foi dito anteriormente, Colling (2001) é da opinião que os mais recentes estudos sobre o agendamento têm concluído que os *media* não têm apenas o poder de nos oferecer o conjunto de assuntos que serão alvo da nossa preocupação e conversa, como tem igualmente a capacidade de estabelecer como devemos pensar acerca dos temas existentes na agenda dos *media*.

Os pesquisadores têm explicado esse mesmo facto através do conceito de enquadramento (*framing*). Segundo Traquina (1999a) este conceito foi aplicado inicialmente por Erving Goffman à forma como organizamos a vida quotidiana para compreendermos e respondermos às situações sociais e “corresponde à principal ideia organizadora que é utilizada para dar sentido ao acontecimento (assunto ou até mesmo problemática) e que, subsequentemente, influencia todo o processo de selecção e de construção da notícia” (Traquina, 1999a, p.252). Para Colling (2001) produzir um enquadramento é seleccionar alguns aspectos da realidade percebida e dar-lhes um destaque maior no texto comunicativo, gerando uma interpretação e avaliação moral.

Segundo Traquina (1988), Schudson (1988) e Tuchman (1978) (cit. in Sousa, 2006, p.246) “as notícias transportam consigo os «enquadramentos» (*frames*) em que foram produzidas”, dando-se a “«imposição» de um quadro interpretativo àquilo que foi intensivamente coberto”(Wolf, 2003, pp.175-176). A este propósito refere Correia (2004a, p.32) que “a construção da notícia implica a utilização de enquadramentos, *frames*, como quadros de experiência que desempenham uma função estruturante dos fluxos comunicacionais e auxiliam o seu utilizador a localizar, perceber, identificar e classificar um número infinito de ocorrências”.

Entre as várias explicações do poder do *framing*, Kahneman e Tversky (in Colling, 2001) fizeram uma experiência em que definiam que o governo dos Estados Unidos precisava de anunciar à população que estava em acção uma grave doença que atingia 600 mil pessoas, mas o governo tinha projectos para a combater. Contudo, o governo estava em dúvida sobre qual dos projectos colocar em prática. Se adoptar o projecto A, 200 mil pessoas serão salvas. Se adoptar o projecto B, um terço das 600 mil pessoas atingidas serão salvas e outros dois terços irão morrer. Posto este panorama, os investigadores perceberam que 72% optaram pelo projecto A e 28% pelo projecto B. O certo é que as duas opções são idênticas, apenas muda a forma como o problema é colocado, ou seja, o seu enquadramento. Ainda assim o *framing* “não tem um efeito universal em todos” (Entman, 1993, p. 2).

1.2. Notícia

De acordo com a perspectiva de Park (in Frazier & Gaziano, 1979), o Homem habita num mundo no qual ele é a figura central e onde as dimensões desse mesmo mundo se definem pela direcção e pela distância em que as notícias o alcançam.

Assim, percebe-se a importância estrutural que este “género mais elementar de todos os géneros jornalísticos” (Pinto, cit. in Dias, 2005, p.9) tem no nosso quotidiano. Ainda que importante, é difícil definir com exactidão o que é a notícia. Para Fontcuberta (2002), o conceito de notícia é aberto uma vez que se vai adaptando às mudanças e acompanhando a evolução da história, reflectindo a realidade do momento. É quase impossível sobreviver sem as notícias, tanto na vida profissional como na privada. A notícia é já considerada como um direito primário, equiparando-se assim a outros direitos como a saúde, a habitação e a educação (Dias, 2005).

Segundo Dias (2005, p.10) a necessidade de escrever notícias vem do facto de as mesmas “representarem determinados aspectos da vida quotidiana e de também contribuírem para a construção social de novas realidades e de novos referentes”, definição essa que é completada por Sousa (2002, p.3) quando o mesmo menciona que “uma notícia é um artefacto linguístico que representa determinados aspectos da realidade, resulta de um processo de construção onde interagem factores de natureza pessoal, social, ideológica, histórica e do meio físico e tecnológico” (Sousa, 2006, p.212). Assim se percebe a perspectiva de Rodrigues (1988), quando o mesmo considera que a notícia é mesmo um meta-acontecimento, um acontecimento que se debruça sobre outro acontecimento, levando muitas vezes a que a própria notícia funcione como um acontecimento susceptível de desencadear novos acontecimentos.

É do entendimento de Cascais (2001, p.140) que a notícia é o “género básico do tratamento jornalístico da actualidade. Texto relativamente curto ou conjunto breve de imagens que representam um acontecimento, respondendo às questões de referência pertinentes no caso (quem, onde, quando, o quê, como, porquê)”. De opinião semelhante partilha Szymaniak (2000,p.164) tomando-a como um “género jornalístico constituído pelo conjunto de dados essenciais sobre qualquer acontecimento ou ideia actuais ou actualizáveis e que possuam factores de interesse informativo e projecção social”.

Ao longo da história, a notícia foi definida como a comunicação de um facto acabado de se produzir ou de ser divulgado pelos meios de comunicação social. Aliás, no que toca ao aspecto da actualidade/novidade, Gaillard (1971, p.28) observa que “a notícia é, por definição, algo de novo, e o público está longe de se enganar a esse respeito”, acrescentando Lopes (1981, p.92) que “o interesse e a actualidade caracterizam a importância de uma notícia”.

Molotch e Lester (1999, p.34) referem que “toda a gente precisa de notícias. Na vida quotidiana, as notícias contam-nos aquilo a que nós não assistimos directamente e dão como observáveis e significativos happenings que seriam remotos de outra forma” Para o mesmo autor “as notícias são assim o resultado desta necessidade invariante de relatos do inobservado, desta capacidade de informar os outros, e o trabalho de produção daqueles que estão nos media” (1999, p.34).

Embora aqui esteja definida por diversos autores, a notícia está longe de ser um fenómeno compreendido em toda a sua totalidade, de tal forma que “a notícia é o fenómeno que deve ser explicado e previsto pela teoria do jornalismo e, portanto, qualquer teoria do jornalismo deve esforçar-se por delimitar o conceito de notícia” (Sousa, 2002, p.2). É portanto bastante pertinente explorar o processo de elaboração das notícias, como veículo privilegiado de transmissão de informação.

1.2.1. A teoria do espelho

Esta teoria foi a primeira a brotar no meio jornalístico visando a explicação do porquê das notícias serem como são. De acordo com Traquina (1999a, p.133), a teoria do espelho

estipula que as notícias apenas reflectem o mundo exterior porque os jornalistas são observadores neutros (...) [que] ainda mais obrigados pelas normas profissionais, limitam-se a recolher a informação e a relatar os factos, porque, enfim, os jornalistas são simples mediadores que «reproduzem» o acontecimento na notícia.

Assim, nesta teoria, o jornalista é visto como “um comunicador desinteressado que descreve os acontecimentos reproduzindo a realidade com objectividade” (Traquina, 2001, p.65), onde “as notícias são um discurso centrado no referente, onde a invenção é uma violação das mais elementares regras jornalísticas, onde a «realidade» não pode deixar de ser um factor determinante do conteúdo noticioso” (Traquina, 1999a, p.133).

Pena (2005) explicita que para esta teoria as notícias são da forma como as conhecemos uma vez que é a realidade que assim as determina e a imprensa funciona como um espelho do real, transmitindo um reflexo claro dos acontecimentos do quotidiano. Por seu lado, Gomes (2009, pp.6-7) refere que “esta teoria vê o jornalismo como um contrapoder, capaz de, através da imagem não expurgada da realidade, corrigir e compensar as injustiças do sistema”.

Contudo, é perceptível que esta teoria, tal como é aqui apresentada, está longe de corresponder à realidade. Traquina (1999a) faz uma forte crítica ao explicitar que os jornalistas estão longe de ser simples observadores passivos e que de facto participam activamente no processo de construção da realidade, uma vez que, da mesma forma que o acontecimento cria a notícia, por sua vez a notícia também cria o acontecimento.

Acrescenta Vizeu (2002a, p.1) que a ideia de “concepção do jornalismo como um espelho da realidade desconhece a dimensão simbólica da actividade” referindo Stamm (1976) que, dentro desta concepção, o máximo que se poderá admitir é a possibilidade de as notícias reflectirem o ponto de vista do jornalista.

1.2.2. Teoria organizacional

A teoria organizacional resulta de um estudo levado a cabo por Breed em 1955, intitulado *Controlo social da redacção: Uma análise funcional*, onde se explicita que as notícias registam os constrangimentos organizacionais, o que acaba por condicionar todo o processo produtivo (Breed, 1999, in Traquina, 1999b).

Segundo o mesmo autor (1999b, p.169) “as decisões tomadas pelo jornalista no processo de produção de notícias (*newsmaking*) só podem ser entendidas inserindo o jornalista no seu contexto mais imediato – o da organização para a qual ele ou ela trabalham”. Assim, percebe-se que esta teoria não observa factores de construção da notícia existentes no âmbito externo ao da organização jornalística, limitando-se apenas aos factores ligados a esta (Traquina et al., 2001) e onde é sublinhada a importância de uma cultura organizacional em detrimento de uma cultura profissional (Traquina, 2004).

Neste campo, diversas pesquisas ao longo dos anos têm mostrado estes constrangimentos organizacionais. Assim, como narra Sousa (2006) baseando-se nos trabalhos de vários autores, as notícias são influenciadas por factores como a rede que os órgãos jornalísticos estendem para capturar acontecimentos dignos de se tornarem notícia, o desejo de lucro, os mecanismos de socialização que impelem os jornalistas a seguir as normas organizacionais, a competição entre editores e editorias, os recursos humanos, financeiros e materiais, a hierarquia e a organização internas, a dimensão e a burocracia interna, os constrangimentos temporais, o clima interno das organizações, etc.

Breed (1999), no seu estudo pioneiro, faz igualmente referência à existência de um conjunto de factores que fariam o jornalista aceitar estes mesmos constrangimentos organizacionais, nomeadamente: a autoridade exercida pela instituição e as sanções aplicadas; as aspirações de mobilidade do jornalista; os sentimentos de obrigação e de estima do jornalista para com os seus superiores hierárquicos, evitar conflitos de lealdade, assim como o clima agradável do trabalho e as próprias notícias como valor. Estes factores são os que, segundo Correia (1997), acabam por levar a que jornalistas potencialmente inflexíveis na defesa de uma linha editorial e política antagónica à do jornal em que trabalham se vejam obrigados a escrever de acordo com os desígnios dessa mesma linha editorial.

Contudo, Breed (1999) faz também referência no seu estudo a um conjunto de factores que ajudam o jornalista a contornar os constrangimentos organizacionais, a

saber: a pouca clareza da linha editorial, o que permite uma margem de manobra; o facto de o jornalista ter uma certa liberdade na escolha dos elementos que constituem a notícia, permitindo-lhe interpretações diversas; a possibilidade de o jornalista ceder a sua notícia a um outro jornal que a possa publicar, tornando assim o acontecimento importante; o facto de o jornalista poder ter, por vezes, um conhecimento superior ao do editor, permitindo-lhe assim ter um maior controlo sobre os aspectos a abordar na notícia; e, por último, o elevado estatuto alcançado por alguns jornalistas, que lhes permite algumas fugas à linha editorial sem que haja alguma punição ou chamada de atenção.

Ainda que tais fugas possam existir, segundo Traquina et al. (2001), na generalidade das situações a linha editorial é seguida pois o jornalista tem uma noção bem clara que o seu trabalho será posteriormente alvo de escrutínio por parte dos seus superiores hierárquicos e como tal tem que o adequar o mais possível àquilo que são as expectativas dos mesmos.

Em conclusão, percebe-se que o trabalho do jornalista está dependente de um conjunto vasto de factores editoriais, logísticos, económicos e organizacionais, dando real valor à convicção de Leo Bogart (cit. in Traquina, 1999b, p. 169) quando mencionou que “o jornalista não é um Homem só mas um Homem de uma organização”.

1.2.3. Teorias Construtivistas: a estruturalista e a interaccionista

Embora seja essencial fazer a diferenciação entre a teoria organizacional atrás explanada e a teoria construtivista que aqui nos propomos a aprofundar, urge admitir certas semelhanças entre ambas.

De acordo com o entendimento de Traquina (1999a), ambas as teorias concordam que as notícias são o resultado de um conjunto vasto de processos de interacção social e negociações, levando a uma construção da notícia. Igualmente, ambas as teorias têm posições semelhantes no que é relativo ao papel político das notícias.

Assim, ainda com uma modesta partilha de premissas provenientes da teoria organizacional, Traquina (1999a), no que toca ao caso concreto da teoria construtivista, resume-a e distingue-a de forma objectiva quando afirma que a teoria construtivista sublinha a importância da cultura profissional como factor determinante, dá ênfase às práticas diárias e aos procedimentos rotineiros e examina em maior detalhe as relações entre os jornalistas e as fontes de informação, considerando esta uma componente fundamental do processo de produção. Percebe-se, pois, que nas teorias construtivistas há a percepção de que a notícia acaba por não transmitir a realidade mas sim uma versão alterada da mesma, devido a um conjunto vasto de factores. Traquina et al. (2001) refere mesmo que as notícias jamais poderão ser o espelho da realidade, acrescentando Sousa (2006, p.229) que

as características da realidade, do jornalismo, do ser humano e da sua situação conspiram para impedir que o sujeito se aproprie integralmente do objecto de conhecimento. A distorção, ainda que involuntária, é inevitável. Aliás, mais do que em distorção e parcialidade haverá que falar em construção.

As teorias construtivistas vêem os jornalistas como “observadores activos da realidade, que alteram os fenómenos observados” (Sousa, 2006, p.229), de tal forma que o jornalista é entendido como “um participante activo no processo de construção da realidade” (Traquina, 1999a, p.168).

Especificando estas teorias, a teoria estruturalista explica que “as notícias são um produto socialmente construído que reproduz a ideologia dominante e legitima o *statu quo*” (Sousa, 2004, p.8). Acrescenta Silva (2010), que os *media* têm o papel de reproduzir as definições de grupos que possuem um acesso privilegiado aos factos, colocando-se numa posição subordinada e estruturada em relação àqueles que primeiramente detêm as informações reais dos acontecimentos. Assim, torna-se perceptível que “as notícias condensam essa relação estrutural entre os *media* e os definidores de sentido para os acontecimentos e ajudam a construir uma sociedade consensual e normalizada, em função da ideologia dominante hegemónica” (Sousa, 2004, p.8).

No que toca à teoria interaccionista, nela há o entendimento de que as notícias “resultam de um processo de percepção, selecção e transformação de acontecimentos em notícias, sob a pressão do tempo, por um corpo de profissionais relativamente autónomos e autorizados, que partilha de uma cultura comum” (Sousa, 2004, p.9).

Há igualmente a mencionar que as notícias são encaradas como uma construção social, limitada pela essência da realidade. As notícias registam igualmente os constrangimentos organizacionais, os enquadramentos e narrativas culturais que regem a expressão jornalística, as rotinas que norteiam e condicionam a produção de notícias, os valores-notícia (que serão abordados no ponto 1.2.5) e as negociações entre jornalistas e fontes de informação (Traquina, 2002), fontes essas que iremos abordar mais pormenorizadamente no ponto seguinte.

1.2.4. Fontes

O contributo das fontes, ainda que possa ser marginalizado pelo realçar do papel activo dos jornalistas, é deveras um factor determinante para a qualidade da informação produzida pelos *mass media* (Wolf, 2003), sendo um “elemento fundamental na produção da notícia” (Santos, 2006, p.75).

Para Santos (2006, p.75) a fonte é “a entidade (instituição, organização, grupo ou indivíduo, seu porta-voz ou representante) que presta informações ou fornece dados ao

jornalista, planeia acções ou descreve factos, ao avisar o jornalista da ocorrência de realizações ou relatar pormenores de um acontecimento”.

Já para Fontcuberta (2002, p.46) as fontes de informação são “pessoas, instituições e organizações de todo o tipo que facilitam a informação de que os meios de comunicação necessitam para elaborar notícias” e para “se manterem ao corrente dos acontecimentos da actualidade” (Rodrigues, 2000, p.51). A este propósito Dias (2005, pp.27-28) tem o entendimento de que

as fontes de informação podem ser consideradas como os *gatekeepers* externos aos órgãos de comunicação social, pois as fontes também seleccionam as informações que passam aos jornalistas e às organizações noticiosas. Mas também os próprios jornalistas ao escolherem as fontes que vão usar no seu trabalho, estão já a influenciar o conteúdo das notícias.

Acrescenta Fontcuberta (2002) que essa transmissão de informação é crucial, pois como se compreende, são raras as vezes que o jornalista é testemunha presencial dos factos que está a relatar. Segundo Sousa (2006, p.207) “as fontes de informação são um capital imprescindível do jornalismo e dos jornalistas. Não existiria investigação jornalística sem fontes de informação. Mais: grande parte da informação jornalística não existiria sem fontes de informação”. Por este motivo é perfeitamente compreensível que o relacionamento entre jornalista e fonte de informação seja sagrado e protegido pela Lei da Imprensa (Lei n.º 2/99, de 13 de Janeiro, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 9/99, de 4 de Março e alterada pelo artigo 57.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho) que concede o direito ao sigilo profissional, pela alínea c) do artigo 22º, estando estabelecido igualmente “o direito ao jornalista de, mesmo em tribunal, não revelar a identidade da sua fonte de informação” (Traquina, 1999b, p.172), conforme corrobora Rodrigues (2000, p.51) quando refere “o direito e a deontologia profissional protegem o anonimato das fontes de informação, constituindo um dos aspectos do segredo profissional dos jornalistas”. Aliás, como refere Castanheira (cit. in Traquina, 1999b, p.172),

uma informação (...) pressupõe uma relação de confiança e lealdade entre o informador e o jornalista. Implica o cumprimento de determinadas regras. Ao jornalista compete, se não houver nada em contrário, manter o sigilo sobre a identidade da fonte. Ao informador, por sua vez, cabe responder pela autenticidade dos factos que revela

ressalvando-se contudo que alcançar “a confiança entre fonte noticiosa e jornalista é um processo lento” (Santos, 2006, p.84).

No que toca especificamente às fontes, existem vários tipos e formas de as classificar, de acordo com as diferentes perspectivas. É do entendimento de Sousa (2006) que as formas mais comuns de se poderem classificar as fontes são: quanto ao

tipo (humanas, documentais, electrónicas); e, quanto à proveniência, em que podendo ser internas ao órgão informativo (os colegas, por exemplo), externas (uma testemunha de um acidente, o público em geral, etc.), ou mistas (um jornalista que presenciou um acontecimento que está a ser noticiado por outro jornalista do mesmo jornal, etc.). Importante é também a classificação face ao estatuto: oficiais estatais (Assembleia da República, etc.); oficiais não estatais (partidos políticos, sindicatos, associações, etc.); oficiosas (um assessor de um ministro que dá a sua versão dos acontecimentos, etc.); e, informais (a testemunha de um crime, o polícia patrulheiro, etc.).

É igualmente exequível distinguir as fontes em função do seu índice de actividade: activas (fontes interessadas que dão informação sem lhes ser solicitada, geralmente porque possuem interesse em passar determinadas mensagens para o espaço público); e, passivas (só dão informação quando ela é requerida). Podem também ser, no que toca à continuidade da sua actividade, classificadas como: estáveis ou permanentes (fontes regulares de informação); e, pontuais ou circunstanciais (fontes que apenas pontualmente facultam informação sobre determinados acontecimentos). A classificação das fontes pode também ser feita de acordo com a sua proveniência geográfica: locais; regionais; nacionais; e, internacionais.

Percebe-se pois que, como refere Wolf (2003, p.223), “as fontes não são, por isso, todas iguais e todas igualmente relevantes, assim como o acesso a elas e o seu acesso aos jornalistas não está uniformemente distribuído”. Para Santos (2006, p.77) “devido a condicionamentos em tempo, espaço e recursos, os jornalistas ligam-se a um número reduzido de fontes (...) que os alimentam com informação”. Como tal, percebe-se que os jornalistas atendem a certos critérios para definir quais as fontes que mais lhes agradam. Wolf (2003) narra que entre esses critérios está a produtividade, ou seja, a capacidade que uma fonte tem de transmitir as informações necessárias para fazer a notícia, evitando assim que os órgãos de informação tenham de recorrer a demasiadas fontes. Outro critério é a credibilidade, que define que as fontes devem ser credíveis ao ponto de que a informação fornecida necessite do mínimo de necessidade de confirmação possível. Para Traquina (1999b, p.172) as fontes mais adequadas são aquelas que “já demonstraram a sua credibilidade e nas quais o jornalista pode ter *confiança* (...) [devido a referir-se a credibilidade da autoridade, que afirma que] quanto mais alta é a posição do informador melhor é a fonte de informação”.

Efectivamente, são estas as razões que levam os jornalistas a optar normalmente pelas fontes oficiais em detrimento das restantes, não só pela sua maior produtividade e credibilidade como também porque transmitem a versão oficial, quando há concepções diferentes acerca dos mesmos acontecimentos. Aliás, segundo Santos (2006), as fontes mais poderosas (como as fontes oficiais governamentais e as grandes instituições), têm à

sua disposição recursos mais vastos, garantindo com facilidade a colocação dos seus acontecimentos nos jornais, televisão e rádio. Essa posição é corroborada por Wemans (cit. in Santos 2006, p.78) uma vez que “com frequência, os jornalistas operam mais no domínio da obtenção de declarações e opiniões de fontes poderosas e interessadas na sua divulgação e menos na busca de factos novos e correlação com outros factos”.

Neste âmbito, como a credibilidade e fiabilidade das fontes são muito importantes para o jornalista, Jespers (1998) enuncia nove critérios para a sua aferição, a saber: a segurança do documento; a implicação do narrador (é mais credível o testemunho em primeira mão); a convergência das fontes; a congruência da narração; o interesse da testemunha ou da fonte; o estado físico e mental da testemunha; as circunstâncias em que o facto foi observado; o tempo que decorreu entre o acontecimento narrado e o seu relato; assim como a maneira como o testemunho foi transmitido.

Ainda assim, mais importante do que as fontes, antevê-se uma outra questão: quais os acontecimentos que devem ser efectivamente noticiados?

1.2.5. Os critérios de noticiabilidade e os valores-notícia

Para Gaillard (1971, p.26) “nenhum jornal pode publicar (...) tudo o que, pelas vias de que dispõe, chega diariamente ao seu conhecimento. O primeiro trabalho do jornalista (...) é, pois, escolher os acontecimentos que vai transformar em notícias, publicando-os”. Tal tarefa avizinha-se ingrata, uma vez que, nas palavras de Tuchman (cit. in Wolf, 2003, p.188), “a selecção implica, pelo menos, o reconhecimento de que um acontecimento é um acontecimento e não uma sucessão causal de coisas cuja forma e cujo tipo se subtraem ao registo”.

Assim, quando as notícias saem nos meios de comunicação social, já foram previamente sujeitas a um processo de selecção (Dias, 2005) que, dada a sua complexidade, leva à percepção de que apenas os acontecimentos que cumpram uma série de critérios podem ser transformados em notícia. Isto é corroborado por Canavilhas (cit. in Dias, 2005, p.11, **negrito nosso**) uma vez que o autor define notícia como “o acontecimento que cumpre **pelo menos um dos critérios de noticiabilidade**”.

Entenda-se por critérios de noticiabilidade o “conjunto de valores-notícia que determina se um acontecimento é susceptível de se tornar notícia, ou, por outras palavras, ser julgado merecedor de ser considerado matéria noticiável (*newsworthiness*)” (Traquina, 1999a, p.20). Na perspectiva de Cascais (2001, p.126) o critério de noticiabilidade é visto como “um conceito cruzado entre vários factores que os media e os jornalistas analisam constantemente ao seleccionarem a informação e que contribui para a escolha do acontecimento e do seu ângulo”. Estes critérios acabam por funcionar como verdadeiros atalhos cognitivos que vão indicar aos jornalistas quais os acontecimentos

que detêm em si matéria, pertinência, significância e relevância suficientes para serem noticiáveis. Segundo Traquina (2002, p.203) “os valores-notícia são um elemento básico da cultura jornalística, partilhado pelos membros desta comunidade interpretativa. Servem de «óculos» para ver o mundo e para o construir”.

Contudo, é do entendimento de Wolf (2003, p.190) que “tudo o que não corresponde a esses critérios é «excluído»”, acrescentando que estes acontecimentos ao não serem noticiados acabam por se perder por entre a variada informação que os OCS não conseguem transformar e que, por conseguinte, nunca chegarão ao conhecimento do público. De certo modo, o respeito por estes critérios parece criar uma bitola pela qual os jornalistas se guiam, acabando por criar uma certa previsibilidade nas notícias, uma vez que “«faz notícia» aquilo que, depois de tornado pertinente pela cultura profissional dos jornalistas, é susceptível de ser «trabalhado» pelo órgão informativo” (Wolf, 2003, p.191). A mesma posição é defendida por Dias (2005, p.13) ao referir que aquando do processo de selecção dos acontecimentos “os jornalistas limitam-se a seguir uma espécie de guia que os ajudam a catalogar os acontecimentos de noticiáveis ou de não noticiáveis de uma forma muito mais rápida e prática (...) quase automática, sem necessidade de reflexão”. Estes aspectos que os jornalistas consideram pertinentes e que os influenciam na escolha da informação a noticiar são tidos como os valores-notícia.

Os valores-notícia são definidos por Golding e Elliot (cit. in Wolf, 2003, p.196) como “qualidades dos acontecimentos, ou da sua construção jornalística, cuja presença ou cuja ausência os recomenda para serem incluídos num produto informativo”. Isto significa que se um acontecimento exhibe estas qualidades, maiores são as suas possibilidades de ser incluído.

Segundo Correia (1997, p.137) os valores-notícia são aplicados em todas as fases da actividade jornalística uma vez que, para este autor, o apelo e aplicação dos valores-notícia “surge quando se avalia a noticiabilidade do acontecimento, ao apreciar se as suas características o tornam ou não merecedor de ser notícia; mas prossegue em todo o restante percurso da actividade jornalística, até à apresentação e edição dos noticiários”.

Autores como Galtung e Ruge (1999), Ericson, Baranek e Chan (in Santos, 2001), Wolf (2003) e Traquina (2002) propõem diferentes critérios que concorrem na selecção de acontecimentos para serem registados como notícia. Para uma apresentação aprofundada atente-se ao Anexo 4.

Em linhas gerais, o que podemos reter dos autores atrás mencionados é a percepção de que a importância de um acontecimento centra-se geralmente nos indivíduos que se vêem envolvidos na situação e na relevância dessa mesma situação para a audiência. A teoria de Traquina (2002) acaba por sintetizar as ideias de Wolf (2003) e de Galtung e Ruge (1999), sendo que a diferença entre estes autores reside no

facto de Wolf considerar que todo o processo jornalístico sofre a influência dos valores-notícia, agrupando-os em quatro tipos de critérios (Dias, 2005).

As teorias de Galtung e Ruge (1999), em traços gerais, mantêm a sua actualidade e pertinência, talvez porque, como Stephens (1988) notou, os valores-notícia são historicamente estáveis, uma vez que “vão-se alterando ao longo dos tempos, mas mantêm sempre a sua essência. No mundo jornalístico, os maus acontecimentos foram sempre e continuam a ser óptimas notícias, respeitando assim a máxima «Bad News is Good News»” (Dias, 2005, p.24).

1.3. A televisão

Nesta secção iremos aprofundar o OCS televisão, tentando perceber quais as características que o tornam tão singular e específico face aos restantes, assim como as particularidades intrinsecamente associadas às notícias televisivas.

O termo televisão apresenta hodiernamente um duplo significado uma vez que designa quer “a transmissão por ondas hertzianas ou por cabo de imagens e de sons que são recebidos num ecrã ou gravados para visão posterior, quer os serviços e os organismos, públicos ou privados, que asseguram a transmissão de emissões televisivas” (Rodrigues, 2000, p.118). Ainda assim, a televisão está longe de ter apenas essa função relativamente modesta de transmissão de imagem e som. Aliás, segundo Torres (2011, p.17), “face à revolução digital, a televisão tem demonstrado uma capacidade de adaptação e de reinvenção que outros *media* não conseguiram”, de tal forma que, segundo o mesmo autor, “nem mesmo a intromissão da internet reduziu a atracção da TV. Antes pelo contrário, parece tê-la aumentado” (Torres, 2011, p.47). Esta adaptação deve-se em parte à capacidade da televisão de se conectar a outras plataformas informáticas, como os jogos de vídeo, telemóveis e até a própria internet (Sousa, 2006).

No que toca à ligação entre televisão e internet, surge a evidência que a televisão está e estará cada vez mais ligada à internet, de tal forma que ambas as tecnologias “parecem não ser concorrentes podendo mesmo ser complementares entre si, permutando-se e adequando-se às diferentes contingências e disposições do quotidiano” (Cardoso, Vieira, & Mendonça, 2011, p. 20), verificando-se que a tendência é para que a televisão evolua de uma espécie de espelho para um *media* participativo. Assim, dá-se início a uma nova fase de modernidade em que a televisão tende a integrar características dos vários meios interactivos (onde se inclui a internet) e onde o indivíduo se transforma em produtor, receptor e utilizador (Loureiro, 2008). Neste sentido, Loureiro (2008, p.331) destaca que a televisão actual caminha no sentido da hipertelevisão, numa verdadeira evolução capaz de conjugar “a televisão generalista, geradora de comunhão social, participação democrática e identidade partilhada” (2008, p. 331) e outras alusões

que permitem aos indivíduos “desenhar um caminho totalmente autónomo, independente e individualizado” (2008, p.331).

A televisão tem uma importância tão elevada no nosso quotidiano que segundo Santos (2000) é o centro da vida moderna, acrescentando Cardoso, Espanha e Araújo (2009, p.248) que “em todos os escalões etários, grupos socioprofissionais ou região de origem, a televisão é o *media* favorito, tanto para entretenimento como para informação”, funcionando, como “a plataforma mestra na sociedade” (Torres, 2011, p.39).

Esta realidade talvez fique a dever-se ao facto da televisão poder oferecer algo que mais nenhum OCS consegue: a imagem. A importância da imagem é de tal forma estrutural que, segundo Peltzer (1991), muito antes de qualquer escrita, os primeiros habitantes das grutas comunicavam com os seus semelhantes através de imagens, o que demonstra a enorme importância da expressão visual para o Homem.

Para Santos (2000, p.16), o próprio fascínio com a televisão deve-se à “*intensidade impressiva* (itálico no original) da imagem e da sua rapidez sequencial (...) [em que] o ver prevalece sobre o falar, no sentido em que a voz *off*, ou de um falante, é secundária, está em função da imagem, comenta a imagem” (2000, p.19). Assim “as coisas representadas em imagens contam e pesam mais do que as coisas ditas com palavras” (Santos, 2000, p.19). Como refere Betti (1998, p.34), “ao propôr uma nova associação entre a imagem e a linguagem, a televisão molda também novas maneiras de percepção”, o que faz com que a televisão, ao articular a imagem e o som, seduza o receptor, fascinando-o e entretendo-o. Canavilhas (2001, p.7) refere até que a imagem é “o elemento que torna a televisão no meio de comunicação social mais poderoso”. Já Ramonet (1999, p.27) é da opinião que

a televisão impõe aos outros meios de informação as suas próprias perversões, acima de tudo, o fascínio pela imagem [pois] só o que se vê merece ser objecto de informação; aquilo que não é visível e que não tem imagem não é televisivo, portanto, não existe do ponto de vista mediático.

Segundo Estrela (2004, p.48) “o que não for noticiado pela televisão é praticamente inexistente. Pela mesma ordem de ideias os *media*, sobretudo a televisão, transformam em acontecimento o que é irrelevante” acrescentando Aureliano (2004, p.54) que “todos sabemos que a imagem é um requisito obrigatório para que um acontecimento chegue a ser noticiado. Sem imagem não há notícia em televisão”. De igual forma o autor refere que esta limitação apenas existe nas notícias televisivas uma vez que para o mesmo “a imagem não é problema para a imprensa, para a rádio, nem para a Internet” (2004, p.55).

Este fascínio faz da televisão um objecto indispensável para o quotidiano das pessoas e cada vez de maior poder. Segundo Torres (2011, p.18) “a televisão permanece

o principal meio de comunicação social de massas a formatar, enformar e a confirmar atitudes e comportamentos, crenças e valores, iconografias e aspirações”. Ramonet (1999) refere também que a televisão produz um impacto bastante forte na mente do público de tal forma que os outros *media* se sentem obrigados a acompanhar este impacto e a prolongá-lo.

Como se percebe, a imagem assume uma importância tal que torna difusa a noção de realidade. A este propósito refere Santos (2000, p.22) que “foi-se estabelecendo (...) a ilusão de que ver é compreender [porque] o universo televisivo justapõe-se cada vez mais ao real. A tal ponto que, no plano da comunicação, se pode dizer que só é real o que é televisivo”. Percebe-se este aspecto porque, segundo (Santos 2000, p.36), “ver é um acto imediato, empírico, instantâneo, universal”, acrescentando Sartori (cit. in Santos, 2000, p.36) que “a imagem é pura e simples representação visual (...) simplesmente, vê-se; e para ver basta a visão”. Compreende-se pois que ver não vai “implicar nenhuma mediação, nenhum acto de natureza mais reflexiva” (Santos, 2000, p.36). Para esse perigo alerta Eco (1984a, p. 379) ao afirmar que “não se deve esquecer a natureza de carácter emocional, intuitiva, irreflexiva de uma comunicação através da imagem”, posição essa corroborada por Sartori (cit. in Santos, 2000, p.126) ao referir que “a televisão traduz os problemas em imagens; mas se, depois, as imagens não são retraduzidas em problemas, os olhos comem a mente”.

A televisão assume assim uma natureza panóptica (Santos, 2000) em que o real é “reconhecido pelo que resulta da visão televisiva, permanecendo como irreal tudo o que ficar fora deste campo de visão, dessa óptica planetária em que se transformou a televisão” (Santos, 2000, p.56) o que é reforçado por Eco (1984b) quando o mesmo explana que a televisão criou uma espécie de ilusão acerca da realidade, transformando-a de um veículo de factos para um de produção de factos, acabando assim a televisão por ser uma produtora de realidade.

Perante este cenário Santos (2000) procede a uma enunciação de cinco características associadas à televisão e ao seu discurso. Essas características são a dilatação, repetição, imediatidade, banalização, universalização/absolutização.

No que toca à dilatação refere Santos (2000) que a televisão aumenta a dimensão dos eventos e dos significados associados aos mesmos, posição essa que é consolidada por Pinto (cit. in Lopes, 2007, p.10) ao afirmar que “a televisão tende a tornar-se progressivamente auto-referencial, fabricando e espectacularizando dimensões extremamente redutoras da vida real”, acrescentando Canavilhas (2001, p.5) que o impacto da informação televisiva “reside na capacidade de oferecer uma imagem do mundo mais completa do que aquela que o telespectador pode colher directamente no local. Este processo de aumentar da realidade é, só por si, uma espectacularização da

informação”. Para a característica da repetição novamente Santos (2000) explica que a televisão permite repetir momentos únicos e espectaculares, o que pode prender e fascinar o olhar. Para a imediatidade, refere que como a linguagem da televisão é centrada em imagens, a apreensão da mensagem é imediata, pois não necessita de uma decodificação específica exigida pela compreensão de uma língua, por exemplo. No que toca à banalização refere Santos (2000) que uma vez que se trata de uma visão à distância da realidade, todos os conteúdos acabam por ser relativizados. Por último, para a universalização/absolutização afirma o mesmo que a televisão dá relevo público aos acontecimentos que são considerados de interesse público, logo, de valor universal. Isto acontece porque a divulgação desses acontecimentos torna-os virtualmente universais, já que são difundidos por imagens universalmente apreensíveis.

1.3.1. O telejornal

O telejornal é o veículo pelo qual a informação noticiosa é transmitida na televisão. Segundo Sousa (2006) o primeiro telejornal diário só surgiu nos Estados Unidos no final da década de quarenta do século XX e a pedido da Comissão Federal das Comunicações do governo americano, porque até então apenas o entretenimento fazia parte das grelhas de emissão das cadeias de televisão americanas. São inúmeras as definições que existem de telejornal. Para Pinto (2000, p.231), é visto de uma forma bastante simples, sendo um “espaço dedicado por uma estação de televisão para apresentação de peças de carácter informativo”. No entendimento de Cascais (2001, p.186), o telejornal é um “nome genérico e corrente dos espaços de informação diária na televisão. (...) É considerado o principal meio de informação e o reflexo do mundo próximo e longínquo para vastas camadas da população.” Já para Jaspers (1998, p.175) é “um género televisivo em si, com as suas próprias regras de selecção – hierarquização, estruturação narrativa, mediação, etc.”, que “é constituído por um conjunto de temas debitados a alta velocidade e organizados de determinada maneira, prosseguindo objectivos previamente determinados”(Campos,1994, p.29).

Ramonet (1999) e Canavilhas (2001) atribuem ao telejornal um conjunto vasto de características, que se encontram pormenorizadas no Anexo 5.

Vizeu (2002) afirma que o telejornal é, na sua essência, o discurso da actualidade. Não da actualidade cronológica, uma vez que entre o momento do acontecimento do facto e a notícia existe um interregno mediado pelo telejornal, mas sim da actualidade do noticiário televisivo. Efectivamente, até mesmo um evento transmitido em directo se submete ao tempo e à formatação do telejornal: há um recorte sobre a realidade (pelo ângulo, pela forma de enquadramento, etc), sendo a actualidade uma ligação central que se estabelece entre a audiência e o jornal.

Assim, referem Silva e Júnior (2009) atentando especificamente para os telejornais, que “o potencial de manipulação pode ser exacerbado, isto porque a credibilidade que os telejornais conseguem vincular, a formalidade, seriedade e assiduidade que este tipo de programação mantêm, sugerem a sua coerência como algo inquestionável”, sendo prontamente aceites como uma fonte de informação segura.

Ainda que seja visto como fonte de informação segura, Jespers (1998) explica que o telejornal não é a única forma de transmissão de informação, existindo igualmente o *talk-show*, o debate e a emissão especial, que têm a peculiaridade de versarem sobre temas mais específicos. Além disso, nos dias que correm, a informação circula a uma velocidade nunca antes possível ou imaginável e, diga-se, na maioria dos casos não chegam ao nosso conhecimento pelas mãos dos jornalistas, mas sim pelas testemunhas presenciais dos acontecimentos. É esse facto que será explorado adiante no ponto 1.3.3.

1.3.2. Limitações do jornalismo televisivo

Embora seja inegável o extraordinário potencial do jornalismo televisivo, ele parece estar, mais do que nunca, exposto a algumas limitações. Segundo Jespers (1998) o jornalismo televisivo assenta numa lógica de imediatismo da informação. Desta feita, embora a transmissão das informações seja hoje mais célere do que nunca, é sabido que muito raramente os telejornais têm a possibilidade de fornecer notícias transmitindo acontecimentos em directo, ainda que tal possa acontecer por prévia programação dos acontecimentos ou pelo mero acaso de o jornalista se encontrar no local do acontecimento a noticiar.

Segundo Dias (2005, p.31) os canais de televisão “pretendem apenas a obtenção do lucro e para isso necessitam de captar o maior número possível de audiência. Dessa forma, a aposta é feita nos telejornais de *prime-time* – os programas televisivos mais conhecidos e mais vistos”. A mesma autora acrescenta que com vista à obtenção desse mesmo lucro, a televisão procura sobretudo emoções e drama, pois são esses factores que mexem com os sentimentos do público e o prendem às imagens. A este propósito refere Brandão (2002, p.85) que “a informação televisiva tem apenas de ser espectacular e sensacional, isto é, deve sempre descrever uma dramatização da actualidade”.

Canavilhas (2001) discorre sobre essas limitações referindo-se ao sensacionalismo, como forma inequívoca das televisões fazerem subir as audiências. Neste âmbito acrescenta Dias (2005) que se tenta ganhar mais audiência a todo o custo, nem que para isso seja preciso distorcer a realidade e confundi-la com a ficção. Aliás, explicita Ramonet (1999) que os jornalistas acabam por procurar o sensacionalismo uma vez que pretendem ser os primeiros a chegar ao terreno e a enviar imediatamente imagens. Outra limitação avançada por Canavilhas (2001) é a uniformização, uma vez

que o directo não possibilita formular vários pontos de vista acerca de um acontecimento, já que as imagens são colhidas em bruto, sem uma contextualização do acontecimento, de forma a que resta apenas liberdade para comentários. Efectivamente, a falta de estrutura de suporte conduz a uma uniformização dos comentários e à redundância, de tal forma que as referências históricas são inexistentes. A este propósito Postman e Powers (1992) afirmam que parece existir um esquecimento ou deturpação da função histórica do jornalismo. Outra limitação apontada por Canavilhas (2001) prende-se com o facto de as televisões terem uma enorme ânsia de mostrar cada vez mais, o que leva aos directos e às simulações sem base que as suportem. Uma vez que a informação actual é de tal modo rápida, o telespectador é induzido a efectuar o seu próprio juízo de valor com base naquilo que lhe chega ao conhecimento.

Segundo Canavilhas (2001, p. 9) há a “necessidade de informar mais rapidamente e com mais pormenor [de modo que] a incansável procura de factos faz com que alguma informação se assemelhe perigosamente a uma farsa”.

Outra limitação estrutural que a televisão possui é porventura o seu elemento mais distintivo: a imagem. Essa limitação faz-se sentir quando “para se obter imagens de choque (...) se desvaloriza a necessidade de confirmar informações, de respeitar a privacidade dos indivíduos, de conseguir obter as informações o mais próximo possível daquilo que é a realidade que nós estamos a tratar” (Pinto, cit. in Dias, 2005, p.35).

Outro aspecto importante ligado à imagem prende-se com os enquadramentos que são feitos da realidade. A este propósito afirma Lopes (2007, p.19) que a televisão “poderá não ser o meio que restitui a imagem mais transparente e menos fragmentária do real”. Assim, e no que toca à polícia, Jaspers (1998) refere que as próprias notícias sobre a polícia e sobre a actividade por ela desenvolvida tendem a ser desvirtuadas para provocar a adesão do público, onde maioritariamente são vistas imagens dos elementos policiais em acção, numa tentativa de responder à vontade do público. Assim, o mesmo autor explicita um exemplo de um enquadramento muito pouco representativo do real comparando os enquadramentos de dois canais belgas: num, são mostradas imagens de elementos policiais a carregar sobre um manifestante sem motivo aparente, no outro são apresentadas imagens desse mesmo manifestante a atacar previamente esses elementos policiais com uma barra metálica. Como é perceptível, o enquadramento dados às imagens adultera completamente o sentido do acontecimento e por conseguinte, a percepção do que realmente se verificou. Esta é uma realidade preocupante quando “a esmagadora maioria dos portugueses [é] quase totalmente dependente da televisão para a obtenção de informação” (Torres, 2011, p.55), posição essa que é reforçada por Lopes (2007, p.19) quando refere que a televisão “poderá não ser o melhor meio para conhecer a realidade, mas será aquele através do qual um

número significativo de pessoas acede ao que se passa”. A isto acresce a ideia defendida por Sartori (2000, p.62) de que

com a televisão, a autoridade está na própria visão, é a autoridade da imagem. Não importa que as imagens possam enganar mais do que as palavras (...) o olho acredita naquilo que vê (...) [pois] surge como real, e isto implica que surge como verdadeiro

Outro grande crítico da televisão em geral e das notícias televisivas em particular é Mander (1999), ao ser da opinião que a televisão distorce a esfera sensorial e altera a percepção do mundo, afirmando igualmente que o meio televisivo, independentemente do uso que dele se faça, é produtor de distorção, ilusão e inversão do real.

Assim se percebe que o potencial informativo da televisão, embora enorme, não consegue fugir a algumas limitações que aqui foram elencadas e que introduzem sérias dificuldades ao trabalho desenvolvido pelos jornalistas. Uma coisa há que ter em conta: “a televisão é alvo de paixões e ódios, mas aquilo com que todos concordam é que a televisão provocou profundas alterações a nível social, económico e político” (Dias, 2005, p.6). Como Marcelo Caetano afirmou “a televisão não é boa nem má, depende do uso que se faça dela” (cit. in Dias, 2005, p.6).

1.4. Jornalismo realizado pelo Cidadão (*citizen journalism*)

Nos últimos anos as telecomunicações, a informática e as indústrias audiovisuais evoluíram de forma tão expressiva que metamorfosearam por completo os fluxos comunicacionais. Como tal, as comunicações desenvolveram-se de um modo que tornam hoje irreconhecível o cenário das comunicações (Cruz, 2002). Numa era marcada pelos avanços tecnológicos que fizeram evoluir e aumentar a capacidade de comunicação e de partilha de informação, é pertinente afirmar-se que estaremos na presença de uma sociedade da informação ou sociedade tecnológica que é tida como “um fenómeno recente na história do homem e é mais fácil senti-la do que descrevê-la, porque o mote principal de sua existência se deve a complexos fatores que fizeram emergir novos paradigmas na produção, recepção e percepção da informação” (Perles, 2007, p.14).

No entendimento de Jambeiro (1998, p.3) na base tecnológica da mudança introduzida tem estado um “intenso desenvolvimento científico e tecnológico que, desde os anos 70, vem apontando fortemente para a convergência entre a eletrónica, a informática e as comunicações”. Este avanço permite então que, com a tecnologia já disponível, qualquer pessoa tenha a capacidade de gravar som e imagem de uma forma muito fácil e pouco onerosa. Tal realidade permite registar uma vivência do quotidiano e partilhá-la com a comunidade, através de um conjunto de plataformas electrónicas como as redes sociais, os blogues ou a internet em geral. A propósito da internet, refere Vieira (2007, p.183) que este novo meio estimula o jornalismo feito pelo cidadão “já que

qualquer um tem a possibilidade de criar e difundir a sua própria informação e opinião, quer seja nos sites já existentes, quer seja em páginas próprias, de criação imediata e gestão elementar – os blogues”.

Perante esta realidade os *media* tiveram necessidade de se adaptar, acabando muitos deles por abrir espaços específicos nos seus *websites* para a participação do público, onde é possível alojar imagens e vídeos (Vieira, 2007). Há assim uma percepção generalizada de que o jornalismo realizado pelo cidadão possui um potencial de tal ordem elevado que é do interesse das organizações noticiosas que a comunidade partilhe as informações recolhidas (Greer & McLaughlin, 2010). Contudo, Vieira (2007, p.185) alerta que esta informação não possui “o critério de prova da verdade dos factos usado pelos jornalistas”, mas que ainda assim “apesar das sérias reservas com que é necessário encarar a fiabilidade do material informativo assim recebido, esta é uma tendência que se generaliza” (Vieira, 2007, p.183).

2. A Polícia de Segurança Pública

Sabendo-se que o nosso trabalho se prende com a percepção da actividade policial pelos OCS no que é relativo aos grandes eventos de cariz político, urge fazer uma abordagem a essa mesma actividade. Assim, neste capítulo, iremos explorar o que é a Polícia e quais as suas funções (com especial importância as de manutenção de ordem pública), assim como a sua relação com os OCS.

2.1. Definição conceptual

Segundo Oliveira (2000, p.5) “todas as sociedades desde as épocas mais remotas professam um conjunto de regras necessárias à vida em sociedade, sem as quais seria a anarquia e o completo atropelo às mais elementares regras de convivência entre os Homens”. Uma instituição policial é, por regra, aquela que visa a prossecução da ordem, paz e tranquilidade públicas, assim como o cumprimento das regras (sob a forma de leis), para que qualquer sociedade possa assegurar a sua estabilidade e funcionamento, não possuindo contudo o monopólio de aplicação da lei. Neste âmbito, salienta-se o entendimento de Marcelo Caetano quando o mesmo define a polícia como sendo o “modo de actuar da autoridade administrativa que consiste em intervir no exercício das actividades individuais susceptíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objectivo evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que as leis procuram prevenir” (Caetano, 1990, p.1066). Contudo, a polícia não se limita ao cumprimento da lei, uma vez que “a polícia também desempenha um conjunto alargado de tarefas relacionadas com a resolução dos problemas da comunidade” (Fernandes, 2005, p.332).

Vários são os autores e perspectivas sobre as quais o conceito de polícia é definido. Alguns deles podem ser consultados no Anexo 6.

No ordenamento jurídico português a Polícia encontra-se legitimada ao exercício das suas funções através da Constituição da República Portuguesa (CRP), no seu artigo 272.º n.º1, que lhe atribui as funções de “defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos”. A Polícia, através da sua actividade, encontra-se vinculada a fazer cumprir a lei e a sua missão em concreto encontra-se plasmada no artigo 272.º n.º 3 da CRP, que refere a prevenção da criminalidade, “incluindo os crimes contra a segurança do Estado”, sempre com o respeito pelo princípio da tipicidade legal e pelo princípio da proibição do excesso (que inclui os princípios da necessidade, da exigibilidade e da proporcionalidade), e onde a defesa dos direitos dos cidadãos não é apenas um limite da actividade da polícia mas um dos fins da sua função (Canotilho & Moreira, 1993).

Acresce a este diploma legal um outro, a Lei n.º 53/2007, de 31 de Agosto, que aprova a orgânica da PSP e que prevê no seu artigo 1.º, n.º 2, que a sua missão é “assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, nos termos da Constituição e da lei”. O mesmo diploma, no seu art. 3.º, n.º 2, refere ainda como atribuições da PSP, entre outras, “a) garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos, bem como o pleno funcionamento das instituições democráticas, no respeito pela legalidade e pelos princípios do Estado de direito”, assim como “ b) garantir a ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e a protecção das pessoas e dos bens”. O art. 4.º deste diploma refere-se à missão da PSP no que concerne à sua acção, referindo que a mesma “ não pode dirimir conflitos de natureza privada, devendo, nesses casos, limitar a sua acção à manutenção da ordem pública”.

Percebemos então que é dever da PSP a manutenção da ordem pública, assim como a garantia da própria segurança e defesa dos direitos dos cidadãos, de entre os quais se enquadra a participação em grandes eventos, como é o caso das manifestações de índole política. A segurança assume igualmente aqui uma importância estrutural, uma vez que é do entendimento de Valente (2009, p. 95), que ela é um

bem jurídico colectivo ou supra-individual que não pode ser visto apenas na perspectiva limitativa dos demais direitos fundamentais, mas, tão só e numa visão humanista e humanizante, como garantia da liberdade física e psicológica para o pleno exercício dos direitos fundamentais.

Outro diploma revelante é Lei n.º 53/2008 (Lei de Segurança Interna) que estabelece no seu art. 1.º, n.º 1 que

a segurança interna é a actividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática

Neste contexto, a polícia é entendida como um garante dos fins pretendidos pelo Estado, uma vez que para Valente (2009, p. 99) a Polícia deve ser

capaz e eficiente na protecção das pessoas contra quaisquer ameaças ou agressões de outrem ou dos próprios poderes públicos que ponham em causa a sua vida, a sua integridade física ou moral, que seja eficaz não só na protecção, como também na promoção do bem-estar material das pessoas, que passa pela protecção dos seus bens

Assim, e ainda que a polícia possua um amplo raio de acção como foi supramencionado, o seu fim máximo continua a ser a manutenção e/ou reposição da ordem pública, assegurando a salutar e livre vivência em sociedade. Como o nosso trabalho versa sobre a actuação policial em grandes eventos de cariz político, em concreto, as manifestações, é de todo o interesse aprofundar as funções da Polícia na manutenção da ordem pública, já que as manifestações são um bom exemplo de uma alteração ao normal funcionamento da sociedade.

2.2. Da Ordem Pública: a actuação policial em grandes eventos de cariz político

Antes de se avançar em pormenor sobre esta temática, cabe-nos alertar para a noção de ordem pública, expressão essa que, ainda que bastante utilizada, é de difícil definição consensual, dadas as inúmeras definições existentes. Ainda assim, todas as diferentes definições, no que se refere ao funcionamento das sociedades democráticas, tendem a convergir em certos aspectos, pelo que se poderá afirmar, segundo o entendimento de Oliveira (2000), que a ordem pública é o conjunto das necessidades fundamentais para o normal funcionamento destas sociedades, permitindo o cumprimento dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos num ambiente de tranquilidade, segurança e salubridade públicas. Ainda segundo Oliveira (2000, p.24) a ordem pública “encerra em si um duplo sentido, isto é, ela acarreta alguns limites às liberdades individuais mas é ao mesmo tempo servidora dessas mesmas liberdades”. A este propósito refere Clemente (2000, p.264) que a ordem pública está ao serviço dos cidadãos e das instituições, uma vez que

representa o princípio da segurança, sem o qual não há justiça, nem paz, nem sequer convivência social pacífica em liberdade, ou seja, a ordem pública não é um fim em si mesma, tão-só um meio instrumental (...) [e] enforma-se num compromisso entre a

liberdade e a segurança, ou melhor, entre a livre manifestação de vontade de uns e o respeito pelos direitos dos outros

por forma a que seja “o ponto de equilíbrio entre a desordem suportável e a ordem indispensável”, como refere Jean-Marc Berlioz (cit. in Oliveira, 2000, p.37).

Segundo Oliveira (2000) a responsabilidade da manutenção da ordem pública, em Portugal, é uma das tarefas prioritárias das autoridades policiais, razão pela qual os responsáveis policiais devam estar conscientes de que a ordem pública democrática tem exigências que derivam de uma sociedade cuja defesa da pessoa, da sua liberdade e felicidade são os valores que se pretendem alcançar. Esta posição é corroborada por Gleizal (cit in Clemente, 2000, p.261) ao afirmar que “a especificidade da polícia é expressa através de um objetivo que é a ordem pública”.

Uma vez que “a finalidade de actuação policial consiste, em primeiro lugar, na manutenção da ordem pública e, em segundo lugar, no seu restabelecimento” (Clemente, 2000, p.261) urge distinguir-se essas duas realidades.

É do entendimento de Oliveira (2000, p.39) que a expressão “manutenção da ordem” designa em sentido restrito as diversas manobras policiais executadas por “formações ou unidades policiais de dimensão variável com o objectivo de fazer face a eventos de natureza colectiva, organizados ou espontâneos, hostis ou amigáveis, violentos ou pacíficos, de carácter reivindicativo ou festivo”, que se desenrolam na via pública ou em áreas abertas ao público. Contudo, em sentido lato ela é definida como o garante da ordem, sossego, tranquilidade, segurança e salubridade públicas, abrangendo no seu conceito uma parte importante da missão policial, de onde se inclui o conjunto de medidas de cariz preventivo face à vagabundagem, mendigos, venda ambulante e comportamentos ruidosos, entre outros (Oliveira, 2000). Assim, sempre que existir um evento que encaixe nas características acima referidas, deverá a polícia intervir, com vista à manutenção da tranquilidade e segurança públicas, e permitindo o real funcionamento das instituições de um Estado de direito e a convivência dos cidadãos, na medida em que exerçam os seus direitos, liberdades e garantias individuais e colectivas (Oliveira, 2000).

Assim, poderá a polícia actuar em manutenção ou reposição da ordem dependendo das realidades com que é confrontada. Tomando por exemplo o caso de uma manifestação pacífica, a polícia apenas terá de garantir que a ordem é mantida e que não ocorrem incidentes que perturbem a tranquilidade e paz públicas, tanto no que diz respeito aos manifestantes como no que diz respeito aos demais cidadãos. Já no caso de uma manifestação violenta, torna-se necessário incrementar operações policiais para repor a ordem que foi comprometida através dos actos de violência. Deste modo, “a polícia age quotidianamente como símbolo pacificador e de apoio às populações nas

mais diversas situações” (Clemente, 2000, p.264). Tomando como exemplo este caso das manifestações, mesmo quando a polícia tem necessidade de actuar, ela rege-se por um conjunto de princípios e normas de actuação, e mesmo perante a extrema necessidade de recurso aos meios coercivos, é preferível, segundo Oliveira (2000), actuar de forma preventiva em vez de reactiva e mesmo quando há necessidade de reacção, a mesma deve ser feita com base no máximo respeito pelas pessoas e bens.

Mais investigação existe no que toca à actuação policial durante as manifestações. Um dos investigadores é Waddington (2007), que afirma que as acções da polícia influenciam claramente as reacções dos manifestantes. Concretamente, o autor avançou a ideia de que num cenário de desordem onde a violência se faz sentir, um comportamento de fraqueza ou hesitação por parte da polícia torna-se um foco motivador dos manifestantes para fazerem frente ao corpo policial. De igual modo, quando a polícia tem um comportamento demasiadamente agressivo ou ostensivo, ele pode ser percecionado/avaliado pelos manifestantes como desproporcional ou injusto e pode originar solidariedade por parte de outros presentes na manifestação e, assim, gerar uma situação disruptiva. De igual modo, este facto pode ser válido para os transeuntes, não participantes na manifestação, que tenham o mesmo tipo de percepção acerca da actuação policial e também eles poderão acabar envolvidos na situação disruptiva. O mesmo autor chegou igualmente à conclusão que quanto maior for a comunicação e negociação que a polícia encetar com os manifestantes, menor será a possibilidade de ocorrerem situações de violência, o que vem ao encontro da ideia de Oliveira (2000, p.31) quando o mesmo afirma que “é preferível negociar do que reprimir”. Percebe-se então que a vertente comunicacional possui uma importância estrutural neste tipo de evento, salientando o manual de EU-SEC II (2007) que a Polícia deverá informar o público que a sua função pauta-se por garantir a ordem e tranquilidade públicas, possibilitando que o evento ocorra em segurança e permitindo, sempre que possível, que o papel dos restantes actores presentes seja cumprido.

Também della Porta (1996) aprofundou investigações acerca da actuação policial em manifestações, tendo concluído que um policiamento de índole mais repressivo e coercivo tende a desencorajar a maioria dos manifestantes pacíficos e, em simultâneo, a alimentar as minorias mais radicais e violentas. De igual forma, um policiamento mais amistoso e tolerante favorece, na generalidade, o protesto.

Acreditamos pois que o policiamento de manifestações será sempre algo complicado de se efectuar, uma vez que os manifestantes lutam pela defesa dos seus direitos, enquanto a polícia luta pela garantia da ordem e da tranquilidade dos manifestantes e de todas as outras pessoas. della Porta (1996) conclui que nesta relação entre manifestantes e polícias existem influências de parte a parte nas escolhas

estratégicas durante o desenrolar da manifestação, de tal forma que há uma constante necessidade de mudança e adaptação às movimentações mútuas.

2.3. A Polícia de Segurança Pública e os Órgãos de Comunicação Social

De uma forma muito genérica, pode dizer-se que parte da relação que se estabelece entre os OCS e as Polícias no geral prende-se com a noticiabilidade do crime.

De acordo com o entendimento de Hall, Chritcher, Jefferson, Clarke e Roberts (in Traquina, 1999a), as notícias são moldadas tendo em conta uma concepção específica de sociedade como um consenso, de tal modo que os acontecimentos noticiáveis são aqueles que quebram as fronteiras desse consenso. Segundo Hall et al. (cit. in Traquina, 1999a, p.237) “o crime envolve o lado negativo desse consenso, visto a lei definir aquilo que a sociedade julga ser tipos de acção ilegítimos”.

Como refere Erikson (cit. in Traquina, 1999a, p.237) “confrontos entre «transgressores marginais» e os agentes de controlo têm sempre atraído uma boa porção da atenção do público (...) Uma parte considerável daquilo a que chamamos «notícia» é dedicada a reportagens sobre desvios comportamentais e as suas consequências”. Assim, o crime é notícia porque o seu tratamento “evoca ameaças mas também reafirma a moralidade consensual da sociedade; desenrola-se perante nós uma peça de moralidade moderna na qual o «demónio» é expulso tanto simbólica como fisicamente da sociedade pelos seus guardiões – a polícia e a magistratura” (Hall et al., cit. in, 1999a, p.237).

A acrescentar a este aspecto há a mencionar que a polícia, como uma força de segurança ao serviço do Estado e do cidadão, acaba por ser ela própria «policiada» pela sociedade, num ambiente de curiosidade que impera em torno da mesma, sendo as suas acções constantemente alvo de avaliação e escrutínio.

Posto isto, urge às Polícias em geral, da qual não se exclui a nossa Polícia de Segurança Pública, desenvolver uma imagem institucional positiva junto dos OCS e, por conseguinte, junto da comunidade. Para tal, deve a PSP desenvolver uma uniformização profunda, com vista à criação de uma imagem cuidada e unificada dos seus elementos e, em segundo plano, de toda a instituição policial. A boa imagem institucional, embora seja um papel cuja responsabilidade está repartida por todos aqueles que a esta instituição pertencem, acaba por ser uma responsabilidade especialmente direccionada para o GIRP, que, de acordo com o artigo 18º nº2 da Lei Orgânica da PSP, se encontra na dependência do Director Nacional da PSP. Este Gabinete tem como principais missões gerir a comunicação institucional da PSP, fomentar e consolidar o relacionamento com os OCS e assegurar a visibilidade externa desta Polícia. Além disso, deve ter em vista a

criação e manutenção de uma imagem positiva da instituição policial, cabendo-lhes também a função de gestão e envio de toda a informação, sob a forma de comunicados e notas de imprensa, esclarecimentos, artigos de opinião ou outros que veiculem a posição oficial da PSP para os meios de comunicação social, escolhendo, consoante os casos, os instrumentos mais adequados.

No que toca em especial a este envio de informação aos OCS, embora ele seja sempre importante, torna-se crucial aquando da realização de determinados eventos que cabe à PSP policiar. Para o caso aqui em estudo, as manifestações adivinham-se um bom exemplo. Assim, durante as manifestações a PSP deve recorrer aos OCS para seu benefício e do policiamento que aí desenvolve, transmitindo através dos mesmos informações importantes para a comunidade, informando-a dos procedimentos policiais adoptados, o que acontecerá em caso de desordem, quais os limites de tolerância e tentando simultaneamente transmitir alguma empatia e segurança para a comunidade.

Ao mesmo tempo deve a polícia “alimentar” a curiosidade dos OCS (dentro das matérias não vinculadas a segredos) fornecendo-lhes informação não só quando a mesma é solicitada mas também quando não o é, o que contribui igualmente para fomentar a boa imagem da polícia, assim como estreitar ligações entre a polícia e os diversos OCS. Como se percebe, nem sempre as relações entre a polícia e os OCS são as mais salutareis e saudáveis, principalmente porque, por vezes, a informação que é transmitida pelos OCS não facilita a actuação da Polícia. A este propósito Gorringer e Rosie (in Waddington, 2007) referem o que aconteceu na manifestação a propósito da reunião do G8 que teve lugar na Escócia em 2005, em que os OCS alarmaram a comunidade ao darem conta da possibilidade de existirem actos de vandalismo e violência por parte dos manifestantes, actos esses que nunca vieram a ocorrer. Desta feita, se a Polícia tivesse levado em consideração esta possibilidade avançada pelos OCS poderia ter organizado o policiamento de maneira diferente, recorrendo a mais força policial que poderia ter agudizado os confrontos entre os manifestantes e a polícia e ter levado a uma escalada desnecessária de violência. Segundo Santos (2005, p.67) nada impede que “a realidade «construída» pelos *media* seja feita de verdades seleccionadas, podendo haver, por conseguinte, múltiplas «descrições» correctas da realidade”, pelo que a PSP deve conseguir, nestes fragmentos da realidade, passar uma imagem positiva da instituição policial e do serviço por ela prestado ao cidadão em todas as frentes, para assim conquistar a credibilidade e a confiança da comunidade que diariamente serve.

3. Formulação do Problema de Investigação

Vivemos actualmente numa sociedade da informação e da comunicação, em que as distâncias tendem a ser reduzidas ou mesmo anuladas por força da tecnologia e das notícias divulgadas pelos órgãos de comunicação social. Os mesmos assumem uma importância estrutural no nosso quotidiano de tal forma que para Luhmann (cit. in Santos, 2005, p.71) estes transmitem “descrições do mundo e da sociedade pelas quais se orienta a sociedade moderna”. Os estudos acerca da importância e influência dos OCS têm gerado desde o início posições diferentes que se traduzem na existência de diversas teorias da comunicação.

Contudo, de acordo com o entendimento de Mesquita (2004, p.78) não se deverá, por não ser correcto nem aceitável, “interpretar as teorias da comunicação numa óptica de determinismo historicista, visto que possuem valor explicativo próprio e autónomo perante a conjuntura existente aquando da sua elaboração”. Ainda assim, é inegável que “há uma espécie de carácter cíclico na existência e no retorno de alguns «climas de opinião» (e respectivas tendências de pesquisa) sobre o tema da capacidade que os *mass media* possuem para influenciar o público” (Wolf, 2003, p.61). Estas teorias sobre a capacidade de influência dos *mass media* iniciam-se com uma atribuição de grande capacidade influenciadora, seguindo posteriormente para uma fase intermédia onde o poder de influência é limitado e voltando novamente, nos anos mais recentes, a adoptar o entendimento que atribui aos *mass media* uma enorme capacidade de influência, embora distinta daquela que havia sido avançada nos primeiros anos de estudo (Wolf, 2003). Ora se os OCS detêm influência e poder ele deve-se, essencialmente, ao facto de “apontar o que, em cada momento, em cada dia, é notícia” (Fontcuberta, 1999, p.8). A este propósito acrescenta Fontcuberta (1999, p.14) que o conjunto das notícias deveria ser visto como o reflexo da realidade que havia para relatar, mas que os meios de comunicação “não tardaram a ser criticados por oferecerem uma realidade parcial ou deformada, não se limitando a transmitir um simples reflexo do que se passava. Foram acusados de falsearem a realidade e de oferecerem interpretações erradas”.

De entre os OCS existentes, a televisão assume uma importância estrutural como veículo de difusão de informação, entretenimento e cultura. Aliás, segundo Torres (2011, p.55), “a esmagadora maioria dos portugueses [são] quase totalmente dependentes da televisão para a obtenção de informação e de parte dos indicadores socioculturais que os orientam na vida em comum”, razão pela qual se mostrou pertinente explorar este OCS no nosso estudo.

Assim, o problema de investigação desta dissertação prende-se com a avaliação de qual a percepção que a comunicação social, especificamente através do papel da

televisão, apresenta à comunidade acerca da PSP e da sua actuação em concreto durante os grandes eventos de cariz político. Para tal levaremos em linha de conta o conceito de grande evento que corresponde ao do projecto EU-SEC II (*Coordinating National Research Programmes on Security during Major Events in Europe*, 2007), desenvolvido pelo consórcio internacional liderado pela UNICRI (*United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute*). Deste conceito, atendendo ao panorama português e ao nosso objecto de estudo, foram destacadas as seguintes características: o grande evento tem um grande significado histórico, político ou de popularidade; grande cobertura dos OCS; risco de apoiantes/manifestantes; dispersão/concentração de outros eventos que possam ocorrer durante a realização do grande evento; grande presença de *VIP* (políticos, atletas, artistas, etc) e participação de grande número de pessoas. Observe-se que, porém, não é necessária a reunião simultânea de todas estas características para que possamos classificar um acontecimento de grande evento (EU-SEC II; *Coordinating National Research Programmes on Security during Major Events in Europe*, 2007)

Perante estes critérios foram seleccionados os eventos: manifestação CGTP de 11 de Fevereiro, a greve geral de 22 de Março, a manifestação "Que se lixe a troika! Queremos as nossas vidas!" de 15 de Setembro, o "Terreiro do povo" de 29 de Setembro, a greve geral europeia de 14 de Novembro e a manifestação CGTP de 27 de Novembro.

Assim, tendo em conta que não existem hipóteses para posterior confirmação ou infirmação, uma vez que o estudo proposto terá um carácter exploratório, e não é expectável nem previsível qualquer tipo de resultado em concreto, o problema de investigação foi formulado através das questões de investigação que surgiram da pesquisa bibliográfica realizada, e que possibilitaram um enquadramento do estudo a realizar. Ainda assim, surge desde logo uma questão acerca do teor das notícias televisivas: atendendo a Oliveira (cit. in Rebelo, p.670) quando o mesmo refere que "só existe o que passa na televisão. E o que existe só existe como passa na televisão" quais são os conteúdos que são transmitidos nos discursos acerca da PSP e a sua actuação em grandes eventos? Será que Luhmann (cit. in Santos, 2005, p.70) tem razão quando afirma que a função específica dos *media* não é um "acréscimo do conhecimento ou a produção de verdades, mas a constante produção de excitação (*Irritation*) através de uma informação ligada ao momento temporal"?

II – Método

1. Abordagem Qualitativa

Atendendo a que o nosso estudo possui uma índole exploratória, usar-se-á uma abordagem qualitativa, procurando-se uma descrição e análise interpretativa das notícias com a intenção de produção de inferências. Como explicita Liebscher (1998) a abordagem qualitativa é a ideal quando o fenómeno em estudo é complexo, de cariz social, de difícil quantificação e quando o entendimento do contexto social e cultural é um elemento importante para a pesquisa.

Contrariamente à abordagem quantitativa que é um “processo sistemático de colheita de dados observáveis e quantificáveis” (Freixo, 2011, p.144), onde se obtêm “dados descritivos através de um método estatístico” (Bardin, 1977, p.115), a abordagem qualitativa visa incidir em “dados não métricos (palavras, textos, imagens, gráficos) utilizando procedimentos indutivo-exploratórios visando a conceptualização” (Cunha, 2004, p.8) para “descrever ou interpretar, mais do que avaliar” (Freixo, 2011, p.146).

Este tipo de abordagem qualitativa constitui, segundo Bardin (1977, p.115), um procedimento mais intuitivo, mas também mais maleável e mais adaptável, a índices não previstos, ou à evolução das hipóteses(...) [de tal forma] que deve ser então utilizado nas fases de lançamento das hipóteses, já que permite sugerir possíveis relações entre um índice da mensagem e uma ou várias variáveis do locutor (ou da situação da comunicação).

No entendimento de Miles e Huberman (1984) a análise dos dados em pesquisas qualitativas passa por três fases distintas. A primeira é a redução dos dados, em que há uma selecção, simplificação, abstracção e transformação contínua dos dados originais. Segue-se a apresentação dos dados (através de textos narrativos, gráficos, matrizes, esquemas, entre outros) organizados de forma que o pesquisador consiga tomar decisões e tirar conclusões a partir dos mesmos. Por fim há a fase de delineação e verificação da conclusão, em que se procede à identificação de padrões, possíveis explicações, estabelecimento de relações causa-efeito, seguindo-se a verificação, recorrendo-se para tal à literatura existente.

2. Corpus

Segundo Cunha (2004, p.7) a vastidão dos objectos a analisar e a dimensão dos dados a recolher “exige que haja necessidade de proceder à segmentação do universo potencial e, por conseguinte, à construção de *corpora* e, ou, amostras representativas desse universo, sobre os quais incidirá a pesquisa”. Assim, atendendo que o *corpus* é

definido por Bardin (1977, p.96) como sendo “o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos”.

O *corpus* da nossa pesquisa é constituído pelas notícias transmitidas em horário nobre (telejornais das 13h e das 20h) pelos canais televisivos RTP1, SIC e TVI, durante o hiato temporal do ano civil de 2012, acerca do policiamento realizado nos eventos de cariz político (eventos esses seleccionados atendendo ao conceito de grande evento anteriormente definido). Como tal, foram seleccionados os eventos de: 11 de Fevereiro - “manifestação CGTP”; 22 de Março – “Greve geral”; 15 de Setembro – “Que se lixe a troika! Queremos as nossas vidas!”; 29 de Setembro – “Terreiro do Povo”; 14 de Novembro – “Greve geral europeia”; 27 de Novembro – “manifestação CGTP”.

De entre estes eventos, recolhemos um total de 87 notícias, que constituem o *corpus* deste estudo. Estas notícias foram recolhidas utilizando a conta do Ministério da Administração Interna na base de dados da empresa Cision, que se dedica à recolha de todas as notícias nacionais e internacionais que saem em todos os OCS nacionais.

Definido o nosso *corpus*, importa referir que o mesmo, para ser válido deve na sua constituição obedecer a determinadas regras (Bardin, 1977). A regra da exaustividade define que não é possível deixar de fora um ou mais elementos que constituem o *corpus*, o que aconteceu na nossa pesquisa pois não deixámos de fora qualquer notícia; a regra da representatividade estabelece que a amostra é rigorosa se for uma parte representativa do universo inicial, o que se aplica por maioria de razão ao nosso estudo uma vez que foi analisado o universo das notícias; a regra da homogeneidade obriga a que os documentos sejam homogéneos, obedecendo todos aos mesmos critérios de escolha, o que também se aplica ao nosso estudo, pois além de só terem sido seleccionadas notícias, todas foram obtidas da mesma forma obedecendo aos mesmos critérios de selecção. Por fim a regra da pertinência estabelece que os documentos contidos no *corpus* sejam os adequados aos objectivos da investigação, regra que foi também seguida uma vez que as notícias se relacionam com o tema por nós estudado.

3. Instrumento: Análise de conteúdo

Na sua obra *Content analysis in communication research*, Berelson (1952, p.18) apresenta a primeira definição clássica de análise de conteúdo, afirmando que a mesma é “uma técnica de investigação que procura uma descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto de uma comunicação”. As diferentes definições de análise de conteúdo que se seguiram tentaram, segundo Santo (2010, p.67) “apresentar-se como mais consensuais e integrantes face à necessidade de conciliação das abordagens ou perspectivas quantitativa e qualitativa em análise de conteúdo”.

Para Bardin (1977, p.42) a análise de conteúdo consiste num conjunto de “técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”. Krippendorff (1980, p.21) afirma, por sua vez, que “a análise de conteúdo é uma técnica de investigação que visa fazer inferências fiéis e válidas a partir dos dados para o seu contexto”.

Hodiernamente, a análise de conteúdo ocupa um lugar cada vez mais valorizado, uma vez que a mesma permite tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade (Quivy & Campenhoudt, 1998) acrescentando estes autores que a mesma permite “quando incide sobre um material rico e penetrante, satisfazer harmoniosamente as exigências do rigor metodológico e da profundidade inventiva, que nem sempre são facilmente conciliáveis” (1998, p.227). Aliás, uma das suas grandes vantagens deriva do facto de “nenhum dos intervenientes na produção e recepção da(s) mensagem(ns) sabe que estas estão a ser, ou vão ser, analisadas, havendo, portanto, um risco menor de a própria análise influenciar o processo comunicacional” (Pais, 2004, p.250), e que é possível aplicá-la a qualquer *corpus* ou material de análise (Santo, 2010).

A análise de conteúdo é uma ferramenta dotada de cientificidade, pelo que a sua utilização deve pautar-se por um conjunto de características que a tornem válida e replicável (Krippendorff, 2004). Assim, deve revestir-se de critérios que assegurem o seu rigor, para “fazer inferências válidas a partir do texto” (Webber, 1990, p.9).

Um desses critérios é a fiabilidade. Segundo Cazeneuve (1999, p.20) “um instrumento de medida é fiel se permite obter sempre os mesmos resultados, qualquer que seja o analista ou o momento da análise”. Assim, para Ghiglione e Matalon (2001, p.195) a “fidelidade do instrumento está ligada ao processo de codificação e, por consequência, ao codificador e ao instrumento de codificação de que ele dispõe”. Para se assegurar uma análise fiável “os resultados devem ser independentes daqueles que os produzem” (Ghiglione & Matalon, 2001, p.195), de tal forma que o analista ao codificar o mesmo texto em momentos distintos deve chegar aos mesmos resultados, o que se denomina de fiabilidade intra-codificador e, de igual modo, deve acautelar a fiabilidade inter-codificador, certificando que um conjunto de diferentes codificadores que analisem e codifiquem o mesmo conteúdo chegam aos mesmos resultados, o que corresponde ao critério da reprodutibilidade (Weber, 1990).

No que toca às categorias de análise, a fiabilidade é completa “na medida em que a categoria utilizada não é ambígua, quer dizer, permite classificar sem dificuldade a unidade de registo” (Ghiglione & Matalon, 2001, p.195), entendendo-se a unidade de

registo (doravante u.r.) como “o segmento do conteúdo que é preciso examinar, para o classificar e caracterizar. A palavra é a mais pequena unidade de registo utilizada na análise de conteúdo” (Cazeneuve, 1999, p.18).

Relativamente à validade, Cazeneuve (1999, p.20) refere que “a validade de um instrumento exprime o facto de que mede o objecto com exactidão”, de tal forma que para Krippendorff (1980, p.155) é tida como “a qualidade dos resultados de investigação que levam a que estes sejam aceites como factos incontestáveis”. Para Vala (1986) a validade é transversal a todas as etapas da análise de conteúdo desde a definição do *corpus* passando pelo processo de categorização e de definição das u.r. Assim, a validade do processo de categorização assentará em critérios de exclusividade (cada u.r. é codificada uma única vez numa única categoria); de pertinência (adaptabilidade da categoria ao material de análise escolhido); exaustividade (todas as u.r. devem ser colocadas numa das categorias) (Bardin, 1977; Krippendorff, 1980; Vala, 1986). Neste ponto, torna-se pertinente apresentar os procedimentos de criação de categorias que se usaram na realização deste trabalho. Segundo Ghiglione e Matalon (2001) existem dois procedimentos distintos de criação das categorias: os procedimentos fechados e os procedimentos abertos ou exploratórios. No que toca aos procedimentos fechados, são sustentados por um quadro teórico ou anteriores investigações de onde se definem à partida as categorias de análise. Já para os procedimentos abertos ou exploratórios não existem inicialmente quaisquer categorias de análise de tal forma que as categorias são definidas de acordo com o *corpus* em estudo. Assim, neste trabalho optou-se pela utilização dos dois tipos de procedimento em simultâneo, o que poderia ser designado como “procedimento misto” (Pais, 2004, p.254), onde contávamos com as categorias já previamente definidas (Machado, 2012; Pereira, 2012; Serra, 2012), mas ao mesmo tempo continuamos receptivos a qualquer categoria que pudesse emergir através na análise do nosso *corpus*.

4. Procedimento

De forma a garantir a qualidade do estudo e possível replicação do mesmo, o procedimento será descrito o mais detalhadamente possível (Pais, 2004; Weber, 1990).

No que é relativo à sua vertente empírica, este estudo assenta na exploração das notícias transmitidas pelos canais televisivos RTP1, SIC e TVI no hiato temporal do ano civil de 2012. Estas notícias foram recolhidas utilizando a conta do Ministério da Administração Interna na base de dados da empresa Cision, que se dedica à recolha de todas as notícias nacionais e internacionais que saem em todos os OCS nacionais. Tal conta foi cedida pelo GIRP da PSP (vd. Anexo 7) que diariamente utiliza as funcionalidades desta base de dados para a execução do seu serviço.

Tal base de dados revela-se uma ferramenta muito poderosa, uma vez que permite critérios de selecção e filtragem de elevado pormenor, como é o caso da data de publicação (foi definido o período relativo ao ano civil de 2012); do âmbito da notícia (escolheu-se o âmbito nacional), a tipologia do meio onde a aparece a notícia (televisão) e o canal de emissão (neste caso, RTP1, SIC e TVI).

Concretamente, mantendo-se as preferências acima indicadas, foram utilizados na pesquisa nove descritores distintos, a saber: manifestação, indignados, troika, greve geral, policiamento, protesto, psp, polícia e rasca.

Na primeira pesquisa, utilizando na “**pesquisa por texto: expressão**” o descritor “manifestação”, obtiveram-se 1766 notícias. Contudo, dessas 1766, apenas 353 pertencem aos OCS em observação e somente 111 são relativas aos eventos escolhidos: 30 da RTP1, 46 da SIC e 35 da TVI.

Na segunda pesquisa, utilizando na “**pesquisa por texto: expressão**” o descritor “indignados”, obtiveram-se 152 notícias. Contudo, apenas 36 pertencem aos OCS em observação e somente uma é relativa aos eventos escolhidos, sendo essa notícia da SIC e que aparece repetida no descritor “polícia” e “protesto”.

No que toca à terceira pesquisa, utilizando na “**pesquisa por texto: expressão**” o descritor “troika”, obtiveram-se 5386 notícias. Dessas, 971 pertencem aos OCS em observação, mas apenas 13 são relativas aos eventos escolhidos. Contudo, três dessas notícias eram repetidas com o descritor “manifestação”, e duas repetidas em vários descritores sobrando assim oito: quatro da RTP1, duas da SIC e duas da TVI.

Na quarta pesquisa, ao utilizar na “**pesquisa por texto: expressão**” o descritor “greve geral”, obtiveram-se 789 notícias. Contudo, apenas 147 pertencem aos OCS em observação e somente 98 são relativas aos eventos escolhidos. Ainda assim, 11 dessas notícias eram repetidas, uma delas com o descritor “troika” e as restantes quatro com o descritor “manifestação” e outras nove que se repetiam simultaneamente em diversos descritores, restando 84 notícias: 26 da RTP1, 25 da SIC e 33 da TVI.

Relativamente à quinta pesquisa, utilizando na “**pesquisa por texto: expressão**” o descritor “policiamento”, foram obtidas 57 notícias. Dessas, apenas nove pertencem aos OCS em observação, mas nenhuma delas se revelou relativa aos eventos escolhidos.

Foi realizada uma sexta pesquisa utilizando na “**pesquisa por texto: expressão**” o descritor “protesto” e foram obtidas 2329 notícias. Destas, apenas 569 notícias pertencem aos OCS em estudo e somente 64 são relativas aos eventos escolhidos. Ainda assim, dessas 64 notícias, quatro eram repetidas com o descritor “greve geral”, 26 com o descritor “manifestação”, uma com o descritor “troika”, uma com o descritor “psp”, uma com o descritor “polícia” e outras seis que se repetiam simultaneamente em diversos descritores. Assim, ficam apenas 25 notícias: nove da RTP1, sete da SIC e nove da TVI.

Relativamente à sétima pesquisa, utilizando na “**pesquisa por texto: expressão**” o descritor “psp”, foram obtidas 2437 notícias. Dessas, apenas 611 pertencem aos OCS em observação, mas somente 18 são relativas aos eventos escolhidos: seis da RTP1, sete da SIC e cinco da TVI.

Na oitava pesquisa utilizando na “**pesquisa por texto: expressão**” o descritor “polícia”, foram obtidas 1620 notícias. Desse conjunto, 451 pertencem aos OCS em observação, mas somente 64 são relativas aos eventos escolhidos. Neste âmbito há a referir que dessas 64 notícias, 11 eram repetidas com o descritor “greve geral”, 10 com o descritor “manifestação”, uma com o descritor “protesto”, 12 com o descritor “psp”, e outras 12 que se repetiam simultaneamente em diversos descritores. Assim, ficam apenas 18 notícias: cinco da RTP1, sete da SIC e seis da TVI.

Por último, utilizando na “**pesquisa por texto: expressão**” o descritor “rasca”, foram obtidas nove notícias. Desse total, duas pertencem aos OCS em estudo mas nenhuma é relativa aos eventos escolhidos, razão pela qual foram descartadas. Assim, foram apuradas no total 265 notícias. Porém, tendo em conta que apenas se pretendem analisar as notícias onde seja aludida a actuação policial, o nosso *corpus* passa a ser constituído por 87 notícias: 29 da RTP, 30 da SIC e 28 da TVI (vd. Anexo 8). Importa ressaltar que as restantes 178 notícias foram excluídas do nosso *corpus* final uma vez que não abordavam especificamente a actuação policial, mas sim outros temas tais como: a marcação e preparativos para o evento; descrições de como está a decorrer ou decorreu o evento; acontecimentos paralelos mas ainda assim relacionados com o evento, como por exemplo discursos políticos e comentários de especialistas sobre o acontecimento; e, acontecimentos posteriores ao evento, como é o caso de marcações de julgamentos das pessoas que foram detidas.

No que é respeitante ao quadro categorial, atendendo a que este nosso trabalho se insere numa linha de investigação, foi utilizada a grelha que já havia sido aplicada nas investigações que antecederam este nosso trabalho (Machado, 2012; Pereira, 2012; Serra, 2012). Essa grelha (vd. Anexo 9) teve a sua base construída por Fernandes (1997) e por Mealha (2009), à qual foram aplicadas as alterações necessárias, dado que os objectos em estudo são ligeiramente diferentes. Além desse facto, foi utilizado na definição de categorias um procedimento misto (Pais, 2004) uma vez que continuamos atentos à possível necessidade de adaptação das categorias face ao nosso *corpus*.

É igualmente relevante mencionar que durante o processo de análise de conteúdo, recorreu-se à colaboração de três juízes independentes, por forma a que, de modo consensual, se pudesse garantir a fidelidade e validade dos procedimentos. Assim, foram atendidas as regras da fidelidade, quer intra-codificador, pela análise em diferentes momentos, quer inter-codificador, através do auxílio dos restantes juízes, e da validade

em todas as etapas, de modo a garantir a qualidade de todo o processo (Bardin, 1977; Krippendorff, 2004; Weber, 1990).

Atendendo que o nosso *corpus* é constituído por notícias televisivas, a análise de conteúdo foi feita em três frentes, a saber: corpo principal da notícia, rodapés e imagens. Assim, após a codificação de todas as u.r. do corpo principal da notícia, procedeu-se à codificação da informação transmitida em rodapé numa grelha separada, mas utilizado as mesmas categorias. No final, todas as u.r. foram quantificadas (vd. Anexos 10 e 11) para posteriormente se proceder à análise e interpretação dos resultados. Além da informação transcrita, procedeu-se à contabilização das imagens apresentadas nas notícias, tendo em conta a sua mudança para um novo tipo (e.g.: mudança de apresentação de imagens de um manifestante para imagens de uma entrevista ao porta-voz da PSP). Para tal, houve necessidade de aplicação de diferentes categorias, construídas por Serra (2012), de acordo com o tipo de imagens apresentadas nas notícias (vd. Anexo 12). Assim, cada tipo de imagens foi contabilizado na respectiva categoria ou subcategoria em uma unidade, independentemente da sua duração, até mudarem novamente para outro tipo. A título de exemplo, quando era transmitida a imagem de um manifestante a manifestar-se pacificamente era contabilizada uma unidade na subcategoria “Imagens de manifestantes – pacíficos”, e quando a imagem alterava para um cordão policial, era contabilizada uma unidade na subcategoria “Imagens da polícia – cordão policial”.

III – Apresentação e Discussão dos Resultados

1. Corpo das notícias

1.1. Visão geral

Para se poder perceber melhor os resultados obtidos, convém ter uma percepção clara acerca do *corpus* que constitui este nosso estudo. No ano em análise (2012) ocorreram diversos eventos que correspondem à definição de grande evento por nós adoptada. Desses, apenas seis foram seleccionados para o nosso *corpus*, dado que eram aqueles que melhor integravam a referida definição. Contrariamente ao que seria expectável, e como pode ver-se no Anexo 8, após a aplicação de todos os descritores, desses seis eventos apenas três acabaram por ser objecto de análise: a greve geral de 22 de Março; a manifestação "Que se lixe a troika! Queremos as nossas vidas!" de 15 de Setembro; e, a greve geral europeia de 14 de Novembro. Tal ocorreu uma vez que as notícias relativas aos restantes eventos não abordaram a actuação policial nem a ela se referiram, dado que não houve nenhum acontecimento que tenha justificado uma intervenção policial mais "musculada". Esta razão parece justificar que apenas os três referidos eventos tenham tido relevância no nosso *corpus*. Ainda assim, mesmo nestes eventos que constituem o nosso *corpus* é importante fazerem-se distinções. Enquanto na greve geral de 22 de Março foram seleccionadas 49 notícias, no evento "Que se lixe a troika! Queremos as nossas vidas!" de 15 de Setembro foram seleccionadas oito notícias, sendo as restantes 30 relativas à greve geral europeia de 14 de Novembro. Tal diferença no número de notícias de cada um dos três eventos parece dever-se a factores distintos. Por um lado a existência dos confrontos entre a polícia e os manifestantes é um factor que pode explicar que o evento "Que se lixe a troika! Queremos as nossas vidas!" de 15 de Setembro tenha menos notícias seleccionadas do que a greve geral europeia de 14 de Novembro, uma vez que no primeiro ocorreram apenas quatro detenções e houve um ferido e no segundo verificaram-se nove detenções e 48 feridos. Contudo, este factor já não permite explicar que a greve geral de 22 de Março, com apenas um detido e quatro feridos, tenha sido o evento mais representativo do *corpus*. Não obstante, pode questionar-se se o facto de dois dos feridos nesse evento terem sido jornalistas que faziam a sua cobertura, em serviço, não constituiu, afinal, a razão de base para tal cobertura noticiosa. Esse facto gerou, até, uma onda de indignação junto dos OCS, de tal forma que chegou a haver uma concentração de algumas dezenas de jornalistas junto à Direcção Nacional da PSP, em solidariedade com os dois colegas atingidos pela polícia (e.g.: *"Junto à Direcção Nacional da PSP concentraram-se também cerca de oito dezenas de jornalistas em solidariedade com os dois repórteres agredidos pela polícia"*

enquanto faziam a cobertura jornalística da manifestação” – 75¹). Assim, poderemos ser levados a supor que os valores-notícia são os principais enformadores do nosso *corpus*. Efectivamente, percebemos que o valor-notícia da negatividade (que, como já foi abordado, dá conta da existência de mais notícias negativas do que positivas nos noticiários, pelo facto de estas satisfazerem melhor o critério de frequência, serem mais consensuais e inequívocas, mais consonantes com algumas pré-imagens dominantes e mais inesperadas do que as notícias positivas) é notório, dado que os eventos que pertencem ao nosso *corpus* são aqueles onde os acontecimentos negativos, como as agressões, os tumultos e outros actos de violência, se verificaram. De igual forma, também o valor-notícia do conflito ou controvérsia assume papel de destaque, atendendo a que o mesmo preconiza um critério com base na violência física e no escândalo, o que, de resto, foi possível verificar nos eventos mais representados no *corpus*.

Relativamente à análise do conteúdo das notícias transmitidas pelos canais televisivos RTP1, SIC e TVI (vd. Anexo 10), verifica-se que as 87 notícias do *corpus* geraram 2381 u.r. Atente-se que os dados serão apresentados em percentagens².

Ao analisar em linhas gerais o *corpus* (Figura 1), constata-se que as notícias transmitem essencialmente informações sobre a PSP (Categoria B=1012 u.r, 42,50%), seguindo-se o enquadramento/descrição do evento (Categoria F=478 u.r., 20,08%) e a apresentação do discurso directo dos actores que participaram ou de alguma forma estiveram envolvidos nos eventos, ou seja, todos aqueles a quem os OCS deram voz (Categoria C=376 u.r., 15,75%).

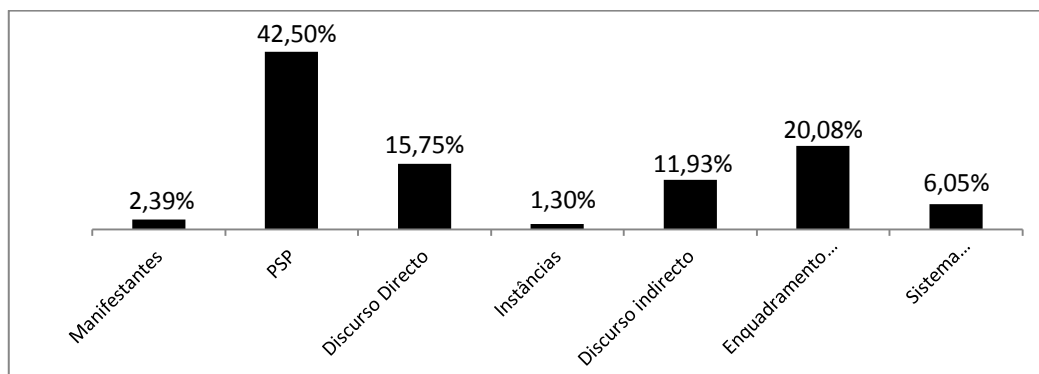


Figura 1. Distribuição do total percentual, por categorias, no corpo das notícias.

Posteriormente surge a categoria discurso indirecto que contém as declarações proferidas pelos diversos actores através das palavras dos OCS (Categoria E=283 u.r., 11,93%), e também as referências realizadas de forma subjectiva pelos OCS para descrever as diversas ocorrências nos diferentes eventos (Categoria G=144 u.r., 6,05%). Com uma expressão diminuta surge a informação relativa às características dos

¹ Entre parêntesis encontra-se o número da notícia da qual foi retirado o exemplo (cf. Anexo 8).

² Os dados foram arredondados às centésimas por excesso.

manifestantes presentes nos eventos bem como os circunstancialismos que os levaram à participação (Categoria A=57 u.r., 2,39%) e, por último, as alusões às diferentes instâncias mencionadas, isto é, aos diversos organismos em si e não aos seus membros (Categoria D=31 u.r., 1,30%).

Para melhor perceber estes resultados faça-se uma análise mais pormenorizada, procurando, simultaneamente, apresentar um retrato do que as notícias televisivas transmitiram sobre os eventos e a actuação policial durante eles desenvolvida.

1.2. Origem da informação

Para que possamos avaliar quanto à origem da informação que é difundida nas notícias, é de todo pertinente analisar as suas fontes, ou seja, as categorias “Discurso Directo” (C), “Instâncias” (D) e “Discurso Indirecto” (E).

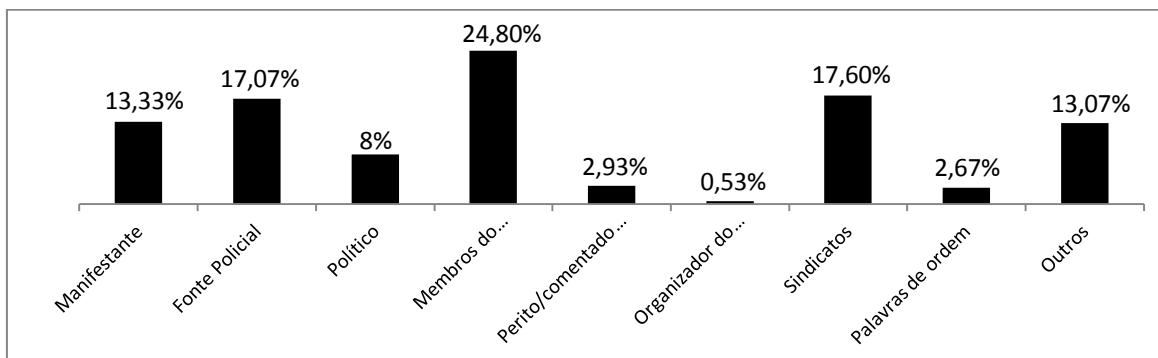


Figura 2. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Discurso Directo”, no corpo das notícias.

De acordo com o entendimento de Wemans (cit. in Santos 2006, p.78) “com frequência, os jornalistas operam mais no domínio da obtenção de declarações e opiniões de fontes poderosas e interessadas na sua divulgação e menos na busca de factos novos e correlação com outros factos”. Assim, não surpreende que os membros do Governo e os porta-vozes dos sindicatos (com 24,80% e 17,60% de u.r., respectivamente) sejam as fontes mais procuradas para falar, na primeira pessoa, acerca do evento. Por outro lado, atendendo a que, nas notícias televisivas, as entrevistas aos protagonistas dos acontecimentos são uma valiosa e imediata fonte de informações, não é de espantar que quem é também muito procurado para ter uma voz activa são as partes envolvidas nos acontecimentos, que entraram em cena, logo: a polícia e os manifestantes (17,07% e 13,33% de u.r., respectivamente). Quanto aos membros do governo, há a notar que em nenhuma intervenção são verificadas críticas negativas à actuação policial, o que deixa transparecer um apoio incondicional e generalizado. As fontes policiais, que são todas identificadas nas figuras dos Oficiais Luís Elias, Paulo Flôr, Carla Duarte e Jairo Campos, apresentam-se como a terceira categoria a obter uma

maior percentagem de u.r. (17,02%), o que parece mostrar a importância que os OCS dão à Polícia e que sentem necessidade de escutar o que a mesma tem a dizer sobre estes acontecimentos em concreto (e.g.: *“A Polícia de Segurança Pública utiliza polícias sem uniforme, pertencentes à estrutura de investigação criminal, no sentido de carear a prova para conseguirmos prova criminal”* – 21). No que toca aos manifestantes (C.1=13,33%), há a destacar que em 32% das intervenções os mesmos apontaram aspectos negativos à actuação policial (e.g.: *“houve polícias infiltrados que incitaram à violência”* – 79), sem nunca tecer qualquer tipo de elogio, dado que nos restantes 68% os manifestantes limitam-se a descrever factos relacionados com as manifestações. Uma expressão importante foi também observada na subcategoria “Outros” (C.9=13,07%), que foi preenchida quase exclusivamente pelas declarações dos jornalistas atingidos na greve geral de 22 de Março, razão pela qual se explica que em 22,45% das intervenções existam críticas à actuação policial (e.g.: *“Estava a fotografar quando um polícia vem directo a mim e me manda ao chão”* – 6).

Quando os políticos são ouvidos (C.3=8%), há a notar que em 10% das intervenções existem críticas à actuação policial (e.g.: *“Há uma violência desproporcionada”* – 7), mas também em 10% foi possível observar apreciações positivas à actuação policial (e.g.: *“A informação que tenho é que qualquer acusação desse tipo só pode ser um insulto à Polícia”* – 85). Ressalve-se que as críticas são provenientes das forças políticas menos próximas do governo (nomeadamente deputados de partidos com menor expressão na Assembleia), ao passo que os elogios são provenientes de forças políticas mais próximas do governo e do Presidente da República. Estes factos levam-nos a crer que os OCS televisivos estudados parecem procurar dar a palavra a ambos os lados, de forma relativamente equitativa.

As restantes três subcategorias, que se referem aos peritos/ comentadores/ especialistas/ líderes de opinião, às palavras de ordem e aos organizadores do evento/representantes do movimento/plataforma (C.5=2,93%; C.8=2,67%; C.6=0,53%, respectivamente), apresentam valores bastante reduzidos. Ainda assim a subcategoria “Perito/ comentador/ especialista/ líder de opinião” possui 11 u.r., o que pode mostrar, embora sem grande expressão, a intenção dos OCS procurarem opiniões mais especializadas e técnicas que possam corroborar o que é dito pelos mesmos ou, por outro lado, que melhor expliquem matérias sobre as quais os OCS não possuam conhecimentos suficientemente alargados (e.g.: *“Na perspectiva do manifestante, sendo do pacífico seja do instigador da violência qualquer reacção policial é sempre desproporcionada à acção manifestante”* – 69). Por outro lado, os organizadores do evento/ representantes do movimento/ plataforma apenas obtiveram duas u.r. em toda a análise, o que parece indicar que as televisões não estão interessadas em saber qual a

opinião desses elementos. Este aspecto é deveras estranho uma vez que, ao não darem voz aos organizadores do evento ou seus representantes, os OCS parecem pretender que não seja dado um enfoque na vertente reivindicativa associada a este tipo de eventos (greves, manifestações, protestos, etc.), suposição essa que ganha ainda mais força quando se percebe que as palavras de ordem (C.8) são igualmente pouco citadas.

Seguidamente passamos à análise do discurso indirecto, onde se apreciam todas as declarações efectuadas pelos diversos actores através das palavras dos OCS.

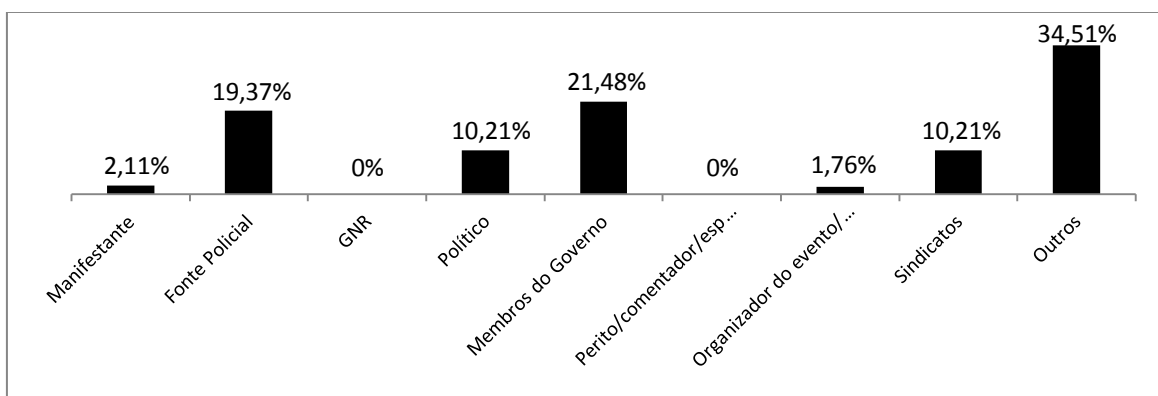


Figura 3. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Discurso Indirecto”, no corpo das notícias.

Como se depreende da observação do gráfico da figura 3, a subcategoria “Outros” (E.9=34,51%) é aquela que conta com maior número de u.r. Esta subcategoria apresenta um valor elevado, principalmente devido às constantes menções à Inspeção-Geral da Administração Interna, dada a abertura de processos disciplinares que resultaram da actuação policial no evento greve geral de 22 de Março (e.g.: “*A Inspeção-Geral da Administração Interna propôs ao Ministro Miguel Macedo a abertura de um processo disciplinar*” – 72). Nesta subcategoria 13,27% das u.r. referem apreciações negativas à actuação policial, existindo contudo 11,22 % das u.r. onde a mesma é elogiada.

Como havia acontecido com o discurso directo, onde os membros do governo aparecem em primeiro lugar, também aqui possuem uma importância elevada, figurando em segundo lugar (E.5=21,48%). Esta consistência permite perceber que os membros do governo, quer através das suas declarações em discurso directo quer sendo citados, possuem opiniões que são valorizadas pelos OCS, já que os mesmos preenchem o critério da credibilidade das fontes. Como refere Traquina (1999b, p.172) “as melhores fontes são aquelas que já demonstraram a sua credibilidade e nas quais o jornalista pode ter confiança”. À semelhança do que já havia acontecido no discurso directo, não são encontradas nesta subcategoria críticas à actuação policial, contabilizando-se até 18,03% das u.r. com elogios à mesma (e.g.: “*Miguel Macedo elogiou a actuação das forças policiais*” – 10; “*O Ministro da Administração Interna elogiou o trabalho da PSP*” – 74).

Verificamos também que os OCS utilizam com alguma frequência a PSP como fonte de informação (E.2=19,37%; e.g.: “O porta voz da PSP garante que todos os cenários foram previstos” – 51), superando claramente os políticos (E.4=10,21%; e.g.: “António José Seguro deixou ainda um apelo à calma em futuras manifestações” – 85) e os sindicatos (E.8=10,21%; e.g.: “A CGTP acusa o governo de querer intimidar os trabalhadores com este reforço policial” – 17). Já um número bastante reduzido de u.r. é obtido na subcategoria manifestantes (E.1=2,11%) se compararmos com os valores na subcategoria C.1, o que permite afirmar que os OCS tendem a dar voz aos manifestantes e não a citá-los (e.g.: “Os manifestantes, garantem no entanto que a violência só começou quando a polícia quis identificar um deles” – 40). Contudo verifica-se o contrário quanto ao organizador do evento/ representante de movimento/ plataforma (E.7=1,76% e C.6=0,53%). Existe pois pouca relevância dada aos organizadores e a tendência ligeira para os citar em vez de lhes dar voz na primeira pessoa. De referir que os peritos e comentadores (E.6) não foram nunca citados nas notícias analisadas.

Por último, resta mencionar que as instâncias que entram em cena quando se fala na actuação policial (D) foram pouco apontadas (conforme já antes referido).

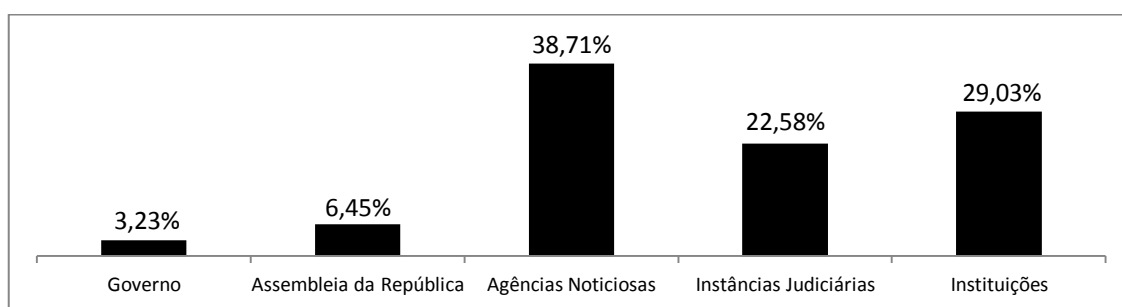


Figura 4. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Instâncias”, no corpo das notícias.

Nesta categoria pretende-se observar quais as instâncias mais referenciadas quando se fala da actividade policial em grandes eventos. Assim, de acordo com o que é possível perceber pelo gráfico da figura 4, a maior expressão obtém-se nas agências noticiosas (D.3=38,71%; e.g.: “em nota enviada pelo Ministério da Administração Interna à Agência Lusa” – 47). Seguem-se as instituições (D.5=29,03%), com uma especial incidência nas referências à Inspeção-Geral da Administração Interna (e.g.: “matéria já apurada no processo de inquérito da Inspeção Geral” – 47) e as instâncias judiciais (D.4=22,58%). Ao verificar as u.r. desta subcategoria percebemos que a sua totalidade diz respeito às menções aos detidos e a eventuais pronunciações dos tribunais (e.g.: “Foi absolvido pelo Tribunal de Pequena Instância dos crimes contra a autoridade” – 1).

1.3. O evento, os discursos relativos ao evento e os seus participantes.

Para podermos melhor compreender os relatos transmitidos dos eventos bem como os discursos a eles relativos observe-se a categoria F, relativa ao enquadramento/descrição dos acontecimentos. De igual modo, para perceber todos os circunstancialismos atinentes aos eventos, impõe-se-nos analisar de que forma os seus participantes são caracterizados: manifestantes (categoria A) e PSP (categoria B).

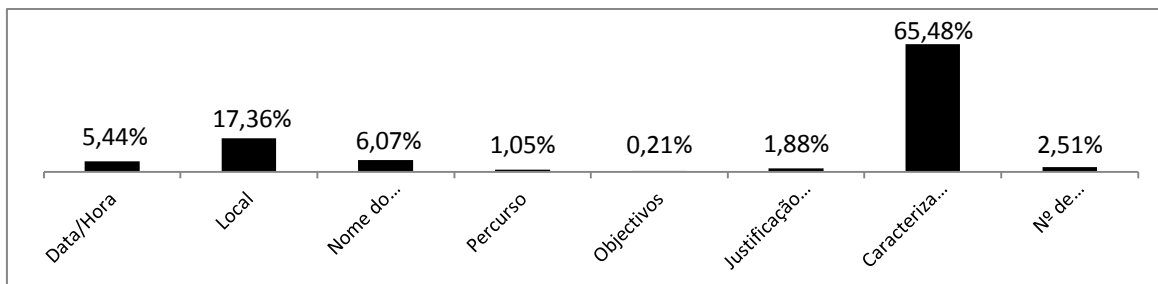


Figura 5. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Enquadramento/Descrição”, no corpo das notícias.

Conforme já foi referido, o enquadramento e a descrição dos eventos (F=20,08%) são conteúdos bastante importantes na construção das notícias televisivas analisadas, representando o segundo maior número de ocorrências de todo o estudo. Isto é perfeitamente compreensível uma vez que os OCS têm a necessidade de contextualizar e pormenorizar os acontecimentos que relatam, para que o público possa apreender toda a informação que julgar necessária. Por esse mesmo motivo, e atentando ao gráfico da figura 5, percebe-se que o que mais se destaca é a caracterização do evento (F.7=65,48%; e.g.: “*Durante várias horas vários polícias foram atingidos por diversos objectos*” – 5), seguindo-se as referências ao local (F.2=17,36%; e.g.: “*Em frente à escadaria da Assembleia da República*” – 17). De notar que a menção ao local, embora a segunda mais numerosa dentro da categoria, apresentou um número de u.r. relativamente modesto tendo em conta que deveria ser uma informação essencial para o telespectador. Ainda assim, esse facto poderá ser explicado pelas próprias características associadas à transmissão de uma notícia televisiva, nomeadamente, a imagem. Atendendo à velha expressão “uma imagem vale mais que mil palavras” compreende-se que o jornalista não tenha que estar continuamente a indicar acerca do local onde o evento decorre pois essa informação pode ser apreendida pelo espectador através das imagens difundidas pelos OCS.

Quanto à informação relativa ao nome do evento (F.3=6,07%) a data/hora (F.1=5,44%), o número de manifestantes (F.8=2,51%), as justificações ou motivos para a convocação do evento (F.6=1,88%), o percurso (F.4=1,05%) e os objectivos (F.5=0,21%), conheceu uma expressão superior ao esperado, apesar de se poder justificar. O tempo

de antena disponível aos noticiários é reduzido, levando a que as notícias sejam breves e sumárias. Estes aspectos, dados os condicionalismos de tempo, poderão ser vistos como secundários para os OCS, razão pela qual serão excluídos.



Figura 6. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Manifestante”, no corpo das notícias.

No que é relativo aos manifestantes percebemos imediatamente, observando a figura 6, que a principal prevalência da informação transmitida pelas notícias televisivas (analizadas) recai sobre a sua caracterização (A.3=87,72%; e.g.: “*peças de várias gerações*” – 80), seguindo-se as razões extrínsecas que os levam a participar no evento (A.2=12,28%; e.g.: “*o nosso objectivo que é ter um país melhor e lutar pelos nossos direitos de uma forma civilizada*” – 55). As razões pessoais, intrínsecas, que possam ter levados os manifestantes a participar nos eventos parecem não ter qualquer interesse noticioso (A.1=0).

No que toca à PSP (B=1012 u.r.) ela é, de longe, e conforme se pode observar na figura 1, a categoria mais prevalente. Tal facto não constitui uma surpresa, dado que todas as notícias seleccionadas para este estudo tinham como condição *sine qua non* a alusão à actividade policial, o que justifica o número de ocorrências que aqui se verifica. A esse propósito, atente-se no seguinte gráfico da figura 7.

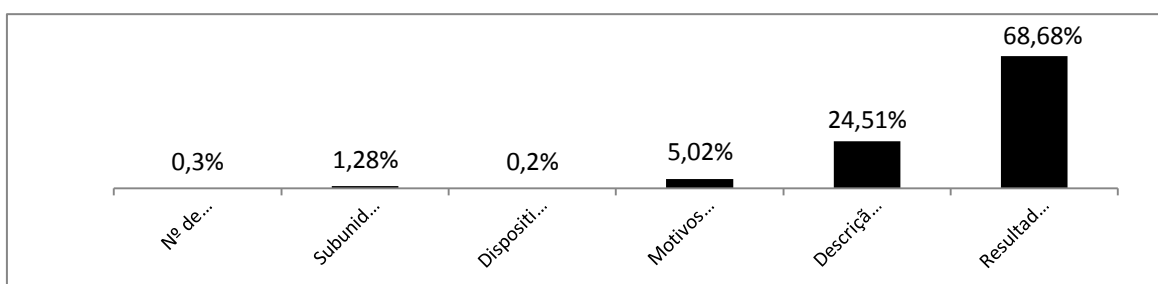


Figura 7. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “PSP”, no corpo das notícias.

Verifica-se que os resultados/consequências da actuação policial (B.6=68,68%) obtiveram o maior número de ocorrências, não só nesta categoria, assim como no universo de todo o restante estudo. Este resultado mostra que os OCS dão uma importância estrutural aos resultados ou consequências que advêm da actuação policial, aqui centrando o seu discurso. Além disso, constata-se que do total de u.r. contabilizadas nesta subcategoria, 4,17% reporta-se ao número de feridos e 6,33% ao número de

detidos resultantes da actividade policial (e.g.: “*dos confrontos resultaram 48 feridos*” – 18). Na descrição da actuação policial (B.5= 24,51%) há igualmente a tecer algumas observações pertinentes resultantes do processo de codificação. Efectivamente, das 248 u.r., em 21,77% delas observam-se críticas negativas à actuação policial e dessas, 11,29% foram feitas exclusivamente pelos jornalistas e todas elas relativas à greve geral de 22 de Março (e.g.: “*Na carga policial foram também agredidos dois fotojornalistas*” – 40). Contudo, são observáveis em 11,69% das u.r. apreciações positivas à actuação policial e dessas, 3,63% feitas por parte dos jornalistas, todas relativas à actuação policial na greve geral europeia de 14 de Novembro (e.g.: “*a polícia reagiu rapidamente e foi tentando estabilizar e controlar a situação*” – 84). Estes dados, permitem-nos, ainda que correndo o risco de se tomar partido da PSP, perceber uma aparente dualidade de critérios, numa via dupla. Por um lado, o facto de a greve geral de 22 de Março (onde dois fotojornalistas foram atingidos pela PSP) ter constituído 56,32% do nosso *corpus* demonstra que os próprios jornalistas deram mais importância à notícia quando foram alvo das agressões do que quando são apenas os manifestantes a serem agredidos. Por esse motivo talvez se justifique que até tenham feito uma concentração de algumas dezenas de jornalistas junto à Direcção Nacional da PSP, em solidariedade com os dois colegas atingidos.

Por outro lado, todas as críticas feitas pelos OCS surgiram relacionadas à greve geral de 22 de Março, quando dois fotojornalistas foram atingidos enquanto todos os elogios à mesma surgiram associados à greve geral europeia de 14 de Novembro, onde apenas os manifestantes foram alvo da vaga policial, e isto após os agentes da PSP terem sido atingidos por alguns manifestantes, durante largo tempo, com pedras e garrafas. Daqui se pode extrair que, para os OCS, quando a polícia tem necessidade de agir com recurso à força, e que por azar atinge jornalistas (independentemente de terem ou não justificação para tal) podem ser criticados, mas por outro lado quando são provocados, levam pedradas durante horas, mesmo que depois executem uma vaga de dispersão, já são elogiados. Este factor pode indicar-nos a presença de uma visão ou abordagem corporativa. Ou seja, os próprios OCS – neste caso, nos telejornais – não conseguem adoptar uma posição consistente, isenta o mais possível, procurando entender os motivos que estão subjacentes às intervenções policiais.

No que toca aos motivos da actuação” (B.4=5,02%) foram codificadas todas as u.r. onde estavam mencionados os motivos que levaram a polícia a actuar (e.g.: “*Petardos, pedras e garrafas arremessados contra o dispositivo policial por um pequeno grupo de manifestantes que estavam na primeira fila do protesto*” – 80). Efectivamente, a diferença do número de u.r. desta subcategoria para a subcategoria B.5 é bastante elevada, o que levanta uma questão pertinente. Uma vez que toda a actuação policial

tem de estar legitimada e justificada para poder ocorrer, deveria ser expectável que fosse dado um maior enfoque aos motivos pelos quais a polícia teve de actuar. Atendendo a que em apenas 5,02% das actuações policiais houve referência aos motivos pelos quais elas ocorreram, torna-se possível afirmar que os OCS se preocupam mais em descrever a actuação policial do que em expor as razões que forçaram a polícia a agir, focando-se mais na mera descrição e nos resultados, do que na justificação da actuação.

Quanto à subunidade/origem (B.2=1,28%) foi codificado um número de u.r. pouco expressivo, o que pressupõe um desconhecimento generalizado das diferentes valências policiais, ou a percepção para os OCS que esse aspecto não é relevante para o público, apostando mais na descrição da actuação e seus resultados. Para finalizar a categoria B as suas restantes duas subcategorias apresentam um número quase insignificante de u.r.. Possivelmente, para fundamentar este reduzido número servirão as mesmas justificações já avançadas para a subcategoria B.2. Assim, ou os OCS não estão familiarizados com os termos técnicos utilizados pela polícia em matéria de ordem pública, ou então não consideram ser um aspecto importante na descrição dos factos (e.g.: “o desfile decorreu dentro de uma caixa de segurança policial” – 17; “São ainda várias dezenas de polícias que aqui estão” – 84).

1.4. A subjectividade nas notícias

O sistema explicativo espontâneo é relativo às u.r. onde são realizadas referências, de forma subjectiva, que digam respeito a atribuições e causalidades implícitas para descrever as diversas ocorrências em grandes eventos, geradas pelos OCS ou reformuladas a partir das fontes. Verifica-se que é a terceira categoria com menor número de ocorrências (G=6,05%).

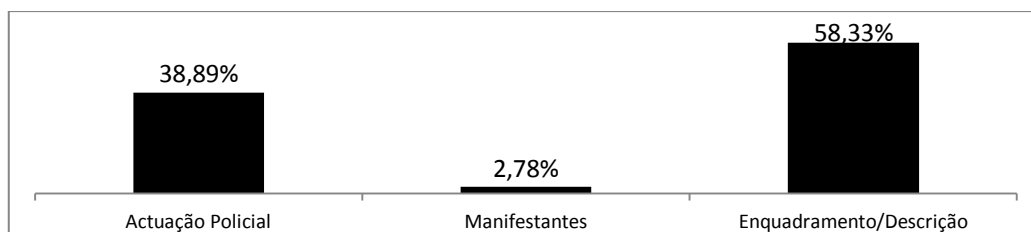


Figura 8. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Sistema Explicativo Espontâneo”, no corpo das notícias.

O valor aqui obtido, embora diminuto, possui ainda alguma expressão, o que permite perceber que os jornalistas realizam algumas referências subjectivas quando apresentam as variadas ocorrências relacionadas com os eventos. Como se explorou anteriormente no ponto 1.2.1, uma total objectividade das notícias chegou a ser defendida pela teoria do espelho. Segundo esta teoria, o jornalista é visto como “um comunicador desinteressado

que descreve os acontecimentos reproduzindo a realidade com objetividade” (Traquina, 2001, p.65). Contudo, é perceptível que esta teoria, tal como é aqui apresentada e com os dados que se extraem da análise do *corpus*, está longe de corresponder à realidade. Traquina (1999a) faz uma forte crítica ao explicitar que os jornalistas estão longe de ser simples observadores passivos e que na verdade são participantes activos no processo de construção da realidade, uma vez que, da mesma forma que o acontecimento cria a notícia, por sua vez a notícia também cria o acontecimento. No que toca aos dados, os relativos ao enquadramento/descrição do evento (G.3=58,33) são os que apresentam maior expressão (e.g.: “*Na Avenida da República enquanto os ânimos explodiam*” – 5), seguindo-se os da actuação policial” (G.1=38,89%; e.g.: “*a jornalista já a recuar, o agente de bastão com destino certo*” – 83), e os relativos aos manifestantes (G.2=2,78%; e.g.: “*manifestantes não fizeram crer*” – 84).

2. Rodapés

2.1. Visão geral

Tal como foi abordado no procedimento, além da informação presente no corpo das notícias, foi codificado também o texto apresentado em rodapé, o que resultou num total de 671 u.r. (vd. Anexo 11). Salienta-se que o rodapé é normalmente constituído por um pequeno título, o qual raramente muda ao longo da notícia (e.g.: “*Incidentes na greve geral*” – 11; “*Polícias na Manifestação*” – 5), o que acaba por limitar de certa forma os resultados obtidos, uma vez que o título é novamente codificado de cada vez que o texto principal altera. Por outro lado, isto também dá conta do número de vezes com que as pessoas são atingidas por estes títulos, ou seja, a informação lá colocada é fortemente “gravada” nos telespectadores. Pode ser vista no gráfico da figura 9 a distribuição percentual dos resultados obtidos.

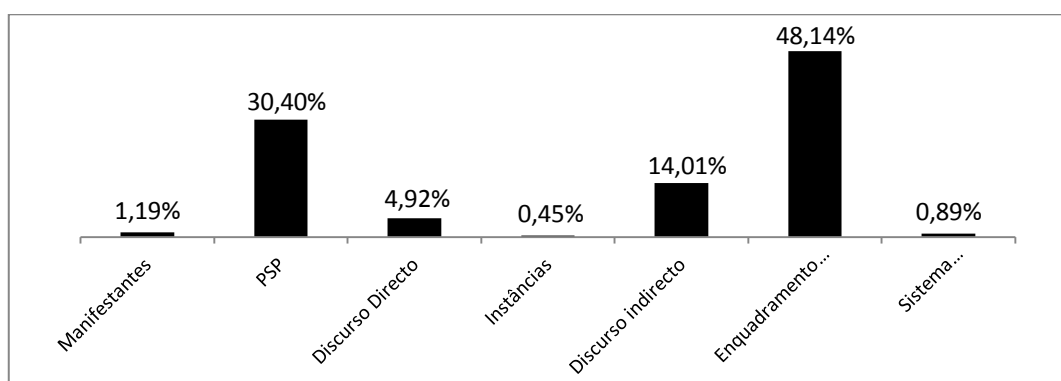


Figura 9. Distribuição do total percentual, por categorias, nos rodapés.

De referir que as explicações mais profundas sobre os valores obtidos já foram anteriormente realizadas aquando da análise do corpo das notícias, pelo que na análise

dos rodapés, seremos mais sucintos. De acordo com a figura 9, percebe-se que a categoria mais representada nos rodapés é o enquadramento/descrição do evento (F=48,14%), secundada pela categoria PSP (B=30,40%), seguindo-se o discurso indirecto (E=14,01%), o discurso directo (C=4,92%), os manifestantes (A=1,19%), o sistema explicativo espontâneo (G=0,89%) e, finalmente, a categoria menos representada – a das instâncias (D=0,45%). O predomínio das incidências nos rodapés das notícias analisadas revela-se na categoria enquadramento/descrição do evento. Esse facto pode explicar-se dado que este estudo se foca na actividade policial em grandes eventos de cariz político, de onde se aceita, sem surpresa, que a categoria mais representada seja a que descreve e caracteriza os eventos. Assim, somos levados a acreditar que os jornalistas atribuem grande importância à descrição dos eventos, omitindo as restantes questões adstritas aos acontecimentos políticos. Ainda assim, para melhor perceber e interpretar estes resultados passemos a uma análise das categorias.

2.2. Origem da informação

Para que possamos estimar quanto à origem da informação que é difundida nos rodapés das notícias, iremos analisar as suas fontes, ou seja, as categorias “Discurso Directo” (C), “Instâncias” (D) e “Discurso Indirecto” (E).

Tendo em conta a análise da figura plasmada no anexo 14 e atendendo ao que aqui já foi explicado acerca da credibilidade das fontes, percebe-se que são os políticos e os membros do governo (48,48% e 36,36%, respectivamente) os mais representativos. Além disso, durante o processo de codificação, constatou-se que sempre que era entrevistada uma figura conhecida, como o MAI ou o Presidente da República, Cavaco Silva, eram colocados excertos dos seus discursos no rodapé (e.g.: Miguel Macedo: *“Incidentes ocorreram bem depois do fim da manifestação da CGTP”* – 25; Cavaco Silva: *“Não há tolerância possível para desacatos deste tipo”* – 24). No que toca ao discurso indirecto, onde se percebem todas as declarações efectuadas pelos diversos actores através das palavras dos OCS, constatamos, pela análise da figura do anexo 15, que os membros do governo são os mais representativos, com 28,72%, seguidos pelas fontes policiais e a subcategoria “Outros”, ambas com 22,34%. Tal como já tinha sido avançado no ponto 1.2. a subcategoria “Outros” apresenta um valor anormalmente elevado, principalmente devido às constantes menções à Inspeção-Geral da Administração Interna, atendendo à necessidade de abertura de processos disciplinares que resultaram da actuação policial da greve geral de 22 de Março (e.g.: *“IGAI quer processos disciplinares para polícias que agrediram fotojornalistas no Chiado”* – 71; *“IGAI recomenda abertura de processos disciplinares a agentes da PSP”* – 3).

Por último, no que toca às instâncias, sabe-se da sua baixa frequência, uma vez que possui apenas três u.r., duas nas agências noticiosas e uma no que toca às instituições, conforme é visível na figura do anexo 16.

2.3. O evento, os discursos relativos ao evento e os seus participantes.

Conforme se percebe pela observação da figura constante no anexo 17, também aqui a caracterização do evento (F.7=69,35%) se encontra em destaque (e.g.: *“Manifestantes atearam fogo em várias ruas de Lisboa”* – 84; *“Manifestantes incendiaram caixotes do lixo”* – 78), seguido pela designação do local (F.2=21,05%; e.g.: *“No Chiado”* – 3), e o nome do evento (F.3=7,43%; e.g.: *“Que se lixe a troika”* – 68). Todas as restantes subcategorias apresentam valores bastante reduzidos. Assim, percebe-se que quer no corpo das notícias quer nos rodapés, existe uma consistência dos dados, dando conta do mesmo tipo de conteúdo noticioso.

No que é relativo aos manifestantes, percebemos, através da análise da figura constante no anexo 18, que a totalidade das u.r. recai sobre a sua caracterização (A.3=100%; e.g.: *“Esses comportamentos têm a ver com meia dúzia de profissionais da contestação”* – 63), dado que nem as razões extrínsecas (A.2) nem as intrínsecas (A.1) que poderão ter levados os manifestantes a participar nos eventos foram mencionadas.

Passando agora para a PSP, e conforme se pode observar a partir da figura constante do anexo 19, verifica-se que os resultados/consequências da actuação policial (B.6=67,65%) foram o tipo de informação mais prevalente. Este resultado mostra que os OCS dão igualmente importância, também nos rodapés, aos resultados ou consequências que advêm da actuação policial. Além disso, constata-se que do total de u.r. contabilizadas, 6,37% prendem-se com o número de feridos e 14,22% com o número de detidos resultantes da actividade policial (e.g.: *“Dois fotojornalistas ficaram feridos no protesto de ontem em Lisboa”* – 83; *“4 pessoas detidas”* – 80). Já no que concerne à descrição da actuação policial (B.5= 29,41%) podem-se retirar algumas notas pertinentes resultantes da análise. Efectivamente, em 6,37% delas observam-se críticas negativas constantes nos rodapés à actuação policial (e.g.: *“Carga policial sobre jornalistas”* – 12). Contudo, são observáveis em 9,31% de u.r. apreciações positivas à actuação policial constantes nos rodapés, e tal como já havia sido percepcionado no corpo das notícias, também aqui todas são relativas à actuação policial na greve geral europeia de 14 de Novembro (e.g.: *“Inspeção diz que a carga policial foi proporcional”* – 29).

Para finalizar há a referir as suas restantes quatro subcategorias apresentam um número quase insignificante de u.r. (B.4=2,45%; B.2= 0,49%; B.1=0%; B.3=0%). Tal como já se havia verificado no ponto 1.3, as poucas referências aos motivos da actuação policial são também verificadas nos rodapés (B.4=2,45%), assim como a menção à

subunidade/origem (B.2=0,49%), ao número de elementos (B.1=0%) e ao dispositivo (B.3=0%), o que faz transparecer novamente que: ou os OCS não estão familiarizados com os termos técnicos utilizados pela polícia em matéria de ordem pública ou, então, não consideram ser um aspecto importante para constar nos rodapés.

2.4. A subjectividade nas notícias

Como se percebe com a observação do gráfico constante na figura 9, o sistema explicativo espontâneo (G=0,89%) é a segunda categoria com menor número de ocorrências, no âmbito da análise dos rodapés. Contrariamente ao corpo das notícias, onde esta categoria ainda possuía alguma relevância, nos rodapés é praticamente inexistente, o que nos leva a supor que o conteúdo dos rodapés é menos subjectivo do que aquele que consta do corpo das notícias. De qualquer modo, observando a figura plasmada no anexo 20, observamos que a subjectividade se evidencia mais na actuação policial (G.1=66,67%), ainda que conte apenas com quatro u.r. (e.g.: “*PSP tenta apagar as imagens de violência da manifestação de Março*” – 70). Segue-se o enquadramento/descrição do evento (G.3=33,33%), apenas com duas u.r. (e.g.: “*Intifada*” – 53), e os manifestantes (G.2=0%), onde não se verificou a existência de nenhuma u.r..

3. Imagens

No que é relativo à análise das imagens, torna-se pertinente referir que foi aplicada uma outra grelha de análise (Serra, 2012), que fosse mais adaptada ao objecto de estudo em questão. Das imagens analisadas (vd. Anexo 13), percebe-se, de acordo com o gráfico para observação que se encontra no anexo 21, que 93,1% destas foram emitidas em diferido, e as restantes 6,9% em directo. No que é relativo especificamente às imagens das notícias, de acordo com a figura constante no anexo 22, é possível observar que 52,31% das u.r. mostram imagens da polícia. Nesta categoria, há pois conclusões muito pertinentes a observar. Como refere Erikson (cit. in Traquina, 1999, p.237) “os confrontos entre «transgressores marginais» e os agentes de controlo têm sempre atraído uma boa porção da atenção do público”, razão pela qual os OCS possam dar esta prevalência à actuação policial nas imagens que transmitem ao público. De acordo com o que é possível verificar na figura constante no anexo 23, percebemos que em grande parte das imagens, mais concretamente em 81,37%, os elementos policiais encontram-se em acção, nomeadamente: em plena utilização da força para dispersar os manifestantes mais violentos (G.3=47,79%); em confrontos com os manifestantes (G.2=20,1%), assim como a efectuar detenções de certos indivíduos (G.4=13,48%). Como tal, apenas nos restantes 18,63% das imagens é mostrada a polícia pacificamente disposta em cordão policial, ou seja, a impedir a passagem de manifestantes. Esta

enorme diferença de valores que aqui se observa permite igualmente supor que os OCS dão muito mais relevância às imagens da polícia quando esta se encontra em acções mais musculadas e directas sobre as pessoas, nomeadamente a efectuar vagas de dispersão, em confrontos com os manifestantes e a fazer detenções.

No caso dos manifestantes (F=27,56%) a tendência é muito semelhante, sendo mostradas mais imagens dos manifestantes violentos (F.3=52,09%) a derrubar as grades de segurança ou a empurrar as forças policiais, assim como um pouco agitados (F.2=26,98%), do que a manifestarem-se pacificamente (F.1=20,93%) (vd. Anexo 24). Para o elevado número de u.r. presentes na subcategoria F.3 “Imagens de manifestantes violentos”, contribuiu o evento da greve geral europeia de 14 de Novembro, onde as diversas imagens de manifestantes a atirar pedras, garrafas e outros objectos à polícia, permitiram a obtenção destes resultados tão expressivos.

Seguidamente, a terceira categoria com maior número de ocorrências é a categoria “Imagens de entrevistados” (E=113 u.r.). Este facto revela que os OCS reservam algum tempo de antena para os intervenientes nos acontecimentos, aqueles que na primeira pessoa podem exprimir a sua versão dos factos ocorridos. Ainda assim desconhece-se qual o critério utilizado para a selecção dos testemunhos que são incluídos nas notícias.

Outro aspecto pertinente que deve ser ressaltado prende-se com o número significativo de imagens amadoras (C=33 u.r.) utilizadas nas reportagens. De acordo com o entendimento de Greer e McLaughlin (2010) existe actualmente uma percepção generalizada que o jornalismo realizado pelo cidadão possui um potencial de tal ordem elevado que é do interesse das organizações noticiosas que a comunidade partilhe as informações recolhidas. Deste modo, este número significativo de imagens amadoras só vem corroborar este entendimento, mostrando que cada vez mais o cidadão comum tem um papel relevante na partilha de informação para o resto da população. Não obstante, o cidadão parece assumir um papel preponderante não apenas na partilha, mas também na própria construção e produção da notícia. À luz dos ensinamentos da teoria dos efeitos limitados, era afirmado que a influência dos meios de comunicação de massa dependia mais do sistema social envolvente do que do conteúdo que difundem. Assim, no que concerne aos efeitos produzidos pelos *mass media*, estes “dependem das forças sociais que predominam num determinado período” (Lazarsfeld, 1940, p. 330). Deste modo, com as devidas adaptações e cuidados, poderemos arriscar dizer que é o cidadão que parece gerar efeitos sobre o jornalismo através das imagens às quais os OCS têm necessidade de recorrer, funcionando como uma verdadeira força social que tem cada vez mais influência nos dias que correm.

IV- Conclusões

Após o *terminus* do trabalho, torna-se de todo relevante indagar com algum pormenor acerca das conclusões que foram possíveis obter, atendendo a que o presente trabalho foi elaborado com vista a explorar que tipo de informação é veiculada pelos OCS, especificamente, pelos meios televisivos, sobre a actuação policial em grandes eventos de cariz político e perceber se existem enviesamentos ou deturpações da realidade que possam, eventualmente, condicionar a forma como os telespectadores irão construir o seu pensamento, no que toca à actuação da PSP.

É do entendimento de Colombo (cit. in Cardoso, 2006, p.29) que “uma das razões pela qual autolimitamos a nossa capacidade de compreensão do papel dos *media* na sociedade passa pelas escolhas teóricas de análise, demasiado apegadas a uma noção individualizada dos *media*”. Por esse mesmo motivo, este trabalho, embora focando um objecto de análise dos *media* muito particular, insere-se numa linha de investigação que pretende ser o mais ampla e profunda possível, por forma a respeitar os ensinamentos do mesmo autor (cit. in Cardoso, 2006, p.29) quando refere que “só a análise complexa das dietas de *media* nos pode mostrar a complexidade dos nossos usos e representações da sociedade *através de e com os media*”.

Com este estudo, pretendemos observar qual a percepção que os canais de televisão apresentam à sociedade sobre a PSP e a sua actividade, a qual poderá afectar o pensamento do seu público. O estudo foi desenvolvido tendo por base as notícias televisivas, dada a elevada importância que a mesma assume no nosso quotidiano. Aliás, segundo Santos (2000, p.39) “a televisão é o centro da vida moderna” acrescentando Cardoso et al. (2009, p.248) que “em todos os escalões etários, grupos socioprofissionais ou região de origem, a televisão é o *media* favorito, tanto para entretenimento como para informação”, funcionando como “a plataforma mestra na sociedade” Torres (2011, p.39).

De referir que à luz das teorias já mencionadas neste trabalho, percebe-se que os *media* produzem alterações na opinião pública, dependendo da forma como os acontecimentos são por eles apresentados e noticiados.

Um aspecto importante deste estudo foi observado aquando da constatação das notícias que iriam constituir o *corpus*. Durante o ano de 2012 ocorreram diversos eventos que correspondem à definição de grande evento por nós adoptada. Desses, apenas seis foram assimilados no nosso *corpus*, uma vez que eram aqueles que melhor integravam a referida definição, mas apenas três deles acabaram por integrá-lo: a greve geral de 22 de Março, a manifestação "Que se lixe a troika! Queremos as nossas vidas!" de 15 de Setembro e a greve geral europeia de 14 de Novembro. Tal facto ocorreu uma vez que os restantes eventos não abordaram a actuação policial nem possuíam sequer qualquer tipo

de referência à mesma. Mas como se poderá explicar esse facto? Após uma análise mais pormenorizada, a constatação torna-se evidente: apenas fazem parte do nosso *corpus* os eventos onde ocorreram confrontos entre a polícia e os manifestantes, o que nos leva a crer que os OCS sentem-se impelidos a abordar a actuação policial apenas e só quando se verificam desacatos. Com base nestes dados, somos levados a concluir que os valores-notícia, servindo de “«óculos» para ver o mundo e para o construir” (Traquina, 2002, p.203) são os principais enformadores do nosso *corpus*. Os valores-notícia da negatividade e do conflito são os que aqui se evidenciam dado que os eventos do *corpus* são aqueles onde os acontecimentos negativos e geradores de controvérsia, assumem um papel de destaque.

Este facto não constitui surpresa total. De acordo com a literatura existente sobre os critérios de noticiabilidade e os valores-notícias, percebe-se que “quando as notícias saem nos meios de comunicação social, como a televisão ou os jornais, elas foram previamente sujeitas a um processo de selecção” (Dias, 2005, p.11), realidade que se pode supor aplicar-se ao *corpus*, uma vez que apenas os acontecimentos que cumpram alguns critérios (neste caso em concreto, a existência de confrontos entre manifestantes e polícia) parecem poder ser transformados em notícias televisivas. Assim, torna-se necessário dar razão a Dias (2005, p.24) quando o mesmo refere que “os maus acontecimentos foram sempre e continuam a ser óptimas notícias, respeitando assim a máxima «*Bad News is Good News*»”. Perante esta realidade, impõe-se à PSP utilizar as estratégias de comunicação adequadas para que quando os *media* abordem a actividade policial em matéria de grandes eventos políticos, o façam não só explicitando o que corre mal, o *deficit* da actuação, mas, principalmente, o que foi bem feito, para que o âmagos não seja exclusivamente negativo.

Uma outra questão levantada estava relacionada com os conteúdos que são transmitidos nos discursos acerca da PSP e a sua actuação em grandes eventos. O que a análise do *corpus* nos permite perceber é que os OCS dedicam a maioria do tempo de antena à explicação, caracterização e descrição dos acontecimentos. Ainda que não se pretendesse uma tónica valorativa, seria interessante informar sobre as razões que estiveram na base dos manifestos. Verifica-se igualmente, como já havia sido atestado, uma crítica pontual à actuação da PSP, além de não ser dada a devida importância à apresentação dos motivos que levaram as forças policiais a actuar, o que pode condicionar a opinião do público face à legitimidade da actuação policial. Surge aqui a necessidade de se contrariar esta tendência, com vista a melhorar a imagem que a PSP tem junto da comunidade.

Outro aspecto a mencionar são as fontes. De acordo com Santos (2006, p.75), as mesmas são um “elemento fundamental na produção da notícia”, de tal forma que não

podem ser descuradas. Assim, percebe-se que a relevância que o discurso directo, ou seja, a quem é dada a possibilidade de se pronunciar durante a notícia, adquiriu. Sabendo pelo nosso estudo que numa parcela significativa desse discurso, é dada a voz aos elementos policiais, estes devem aproveitar esses momentos para realçar os motivos que levaram a polícia a agir, legitimando a actuação policial e colmatando a falha dos jornalistas por não referirem essa informação nas suas intervenções. Assim, quem falou em nome da PSP, em concreto os Oficiais a desempenhar funções de relações públicas, mostraram-se bem informados e capazes de produzir um discurso fluente, transmitindo as informações essenciais para o conhecimento do público.

Outro aspecto que merece ser realçado prende-se com a aposta contínua que a PSP deve desenvolver com vista à promoção da sua própria imagem. Quando no nosso trabalho se abordou a relação entre a PSP e os OCS, foi evidenciada a importância de ir sendo continuamente desenvolvida e apresentada uma boa imagem da instituição perante os OCS, para que, quando se verifiquem situações onde a instituição é criticada, essas críticas não tenham um efeito muito significativo, não maculando a sua imagem.

É possível concluir igualmente que, no que toca às fontes, os únicos membros do governo que se pronunciam sobre a actuação policial foram maioritariamente o Ministro da Administração Interna (MAI), e o Primeiro-Ministro (PM), pontualmente. Dado que foram os membros do governo as fontes mais utilizadas pelos OCS, acreditamos que os discursos do MAI e do PM sejam importantes para os OCS. Além disso, ambos fizeram elogios à actuação policial nas suas intervenções, contribuindo assim para boa imagem que a PSP pretende preservar. Pelo contrário, os manifestantes revelaram-se os principais críticos da actuação policial, não só por tecerem diversas críticas à actuação da polícia, como também por nunca fazerem qualquer tipo de elogio à mesma.

Findas que estão as conclusões acerca do corpo das notícias, apraz-nos tecer algumas considerações sobre os rodapés, que são também eles um elemento característico das notícias televisivas. Ser-lhe-ão dadas importâncias distintas consoante os diferentes espectadores, mas um aspecto é aqui consensual: o maior destaque que lhes é dado recai sobre o enquadramento e descrição do evento. Atendendo ao objecto em análise neste estudo aceita-se, sem surpresa, que a categoria mais representada, ou seja, aquela a que o jornalista presta mais atenção, é a que descreve e caracteriza os eventos, omitindo as restantes questões adstritas aos acontecimentos políticos, que acabarão por não chegar ao conhecimento do público, podendo levar a uma deturpação da realidade, daí Traquina (2001, p.28) afirmar que “as notícias ajudam a construir a própria realidade”.

Em segundo plano, aparecem as referências à PSP, principalmente no que toca aos resultados/consequências da actuação policial. Assim, estaremos nas condições de

afirmar que, tal como havia acontecido no corpo das notícias, também nos rodapés os resultados ou consequências que advêm da actuação policial constituem informação da mais elementar importância para os OCS. Por fim, não poderíamos deixar de abordar aquela que é a característica mais individualizadora da televisão e que mais nenhum OCS consegue oferecer: a imagem.

Verificou-se que a maioria das imagens que os canais televisivos passam nas notícias são imagens da polícia, e dessas, maioritariamente em acção na utilização da força. Isto leva-nos a supor que as notícias sobre a polícia e a sua actividade tendem a ser deturpadas para provocar a adesão do público, onde o facto de maioritariamente serem vistas imagens dos elementos policiais em acção musculada se deve apenas a uma tentativa de responder “às pulsões inconscientes (...) do público” (Jespers, 1998, p.38). Tal parece indiciar um forte efeito de *framing* nas notícias que são emitidas pelos OCS analisados. Como é do entendimento de Colling (2001) há um enquadramento quando são seleccionados alguns aspectos da realidade percebida e lhes é dado um elevado destaque, gerando assim uma interpretação e avaliação moral, tal como se verifica na nossa análise. Por tal motivo poderemos estar perante uma verdadeira “«imposição» de um quadro interpretativo àquilo que foi intensivamente coberto” (Wolf, 2003, pp.175-176). Verificou-se igualmente que muitas destas imagens eram transmitidas em simultâneo com as entrevistas aos diversos participantes, sobretudo durante as emissões em directo. E aqui uma constatação importante urge ser feita. Atendendo à análise pormenorizada de todas as notícias que constituem o *corpus* verifica-se que a maioria das vezes em que os OCS emitem imagens em simultâneo com intervenções em directo, ocorre quando a PSP se encontra a justificar a sua intervenção e os procedimentos adoptados. Este facto merece ser ressaltado uma vez que as imagens poderão actuar como um factor de distração, por forma a desviar a atenção do público das justificações de actuação da PSP. Como refere Santos (2000, p.19) “as coisas representadas em imagens contam e pesam mais do que as coisas ditas com palavras”.

Por último, importa ainda salientar o grande número de vezes em que são passadas imagens provenientes de vídeos amadores, filmados durante os acontecimentos. Poderemos ser levados a concluir que o cidadão parece assumir um papel preponderante não apenas na partilha mas, também, na construção e produção noticiosa. Assim, parece corroborar-se a afirmação de Loureiro (2008) quando o mesmo declara que estamos na presença de uma nova fase de modernidade em que a televisão tende a integrar características dos vários meios interactivos (onde se inclui a internet) e onde o indivíduo se transforma em produtor, receptor e utilizador.

Como é do entendimento de Vieira (2007, p.183), esta informação não possui critérios de comprovação de veracidade mas, “apesar das sérias reservas com que é

necessário encarar a fiabilidade do material informativo assim recebido, esta é uma tendência que se generaliza”. Acreditamos que esta deverá ser uma preocupação emergente da PSP atendendo que facilmente, numa actuação onde haja necessidade de recorrer à força, a mesma possa ser gravada e rapidamente difundida pelos diferentes OCS. Lembre-se que, como já foi aqui concluído, mesmo que tenha existido justificação motivadora daquela actuação, a apresentação dos motivos que levaram as forças policiais a actuar raramente consta das notícias.

Importa mencionar igualmente que, apesar de terem sido analisadas as notícias de três canais televisivos (RTP1, SIC e TVI), não foi elaborada nenhuma análise comparativa entre as características das suas notícias, como tal, não foi possível perceber se a actuação policial é noticiada diferentemente nesses três canais. Encontrase padronizado que a televisão pública pretende funcionar como um serviço de utilidade pública, não visando o lucro pois obtém o seu financiamento junto do Estado. Pelo contrário, sabe-se que as televisões privadas obtêm uma parte significativa do seu financiamento recorrendo aos anúncios publicitários, pelo que é expectável que as mesmas objectivem que a notícia seja elaborada e transmitida de forma a manter o telespectador atento. Ainda assim, não há possibilidade de provar no nosso estudo que as notícias são apresentadas de forma a manter o telespectador atento, para que este preste atenção aos anúncios que seguem o telejornal, por forma a corroborar as palavras de Cardoso e Neto (2010, p.39) quando os mesmos referem que todo o telejornal é construído de forma a “captar a atenção dos espectadores desde o primeiro [ao último] momento de transmissão” e o entendimento de Jespers (1998, p. 38) ao referir que a veracidade e a qualidade da notícia poderão ser alteradas na procura contínua “de maximizar o impacto dos anúncios publicitários que são a principal fonte de rendimento desse media”. Diga-se que tal poderá constituir um desenvolvimento futuro deste tipo de investigação.

Para findar este trabalho convém explicitar que o *corpus* analisado apresenta resultados interessantes e fornece os pontos que são mais focados pelos OCS nas notícias sobre a actuação policial. Ainda assim, deve-se aludir que as conclusões dele retiradas devem ser consideradas com a devida cautela e ponderação, atendendo ao facto que este estudo apenas se cingiu aos grandes eventos de cariz político no ano de 2012 estando longe de ser uma investigação terminada. De todo o modo, este trabalho dá continuidade à linha de investigação no qual se insere e deixa em aberto possibilidades de investigação em diferentes contextos, atendendo que o estudo da percepção que os OCS possuem sobre a actuação policial é uma área, dir-se-ia até, pouco explorada em Portugal.

Referências

- Almeida, A. M. C., Cézar, G. T. V., Assis, I. R., Valente, M. M., Pereira, M. G., Oliveira, P. C., Martinelli, R., Boarim, R. R., & Oliveira, R. M. (2009). Sistema policial português. In M. M. Valente (Coord.), *Estudos comemorativos dos 25 anos do ISCPSI em homenagem ao Superintendente-chefe Afonso de Almeida* (pp. 109-123). Coimbra: Almedina.
- Almeida, V. C. (2010). *Comunicação e pós-modernidade: Parâmetro para reflexão*. Retirado de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/almeida-verbena-comunicacao-e-pos-modernidade.pdf>
- Aureliano, S. (2004). *O papel dos media na mobilização da sociedade civil para a ajuda humanitária*. (Tese de Licenciatura, não publicada). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Baltazar, N. (2006). *Weblogs: Um novo instrumento para a promoção da comunicação entre televisão e telespectadores*. Retirado de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/baltazar-neusa-weblogs-um-novo-instrumento.pdf>
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Beltrão, L., & Quirino, N. O. (1986). *Subsídios para uma teoria da comunicação de massa* (3ª ed.). São Paulo: Summus Editorial.
- Berelson, B. (1952). *Content analysis in communications research*. New York: Free Press.
- Betti, M. (1998). *A Janela de vidro: Esporte, televisão e educação física*. Campinas: Papyrus.
- Botelho, R. M. (2004). *Pesquisa Administrativa X Teorias Críticas: Contrastes entre duas tendências*. Retirado de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/botelho-ronaldo-duas-teorias.pdf>
- Brandão, N. G. (2002). *O espectáculo das notícias. A televisão generalista e a abertura dos telejornais*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Breed, W. (1999). Controlo social na redacção. Uma análise funcional. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"* (2ª ed., pp. 152-166). Lisboa: Vega.
- Caetano, M. (1990). *Manual de direito administrativo* (Vol. 1, 10ª ed.). Coimbra: Almedina.

- Campos, J. (1994). *A caixa negra: Discurso de um jornalista sobre o discurso da televisão*. Porto: Edições Fernando Pessoa.
- Canavilhas, J. (2001). *O domínio da informação-espectáculo na televisão*. Retirado de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-o-dominio-da-informacao-espectaculo-na-televisao.pdf>
- Canotilho, J., & Moreira, V. (1993). *Constituição da República Portuguesa anotada* (3ª ed. rev.). Coimbra: Coimbra Editora.
- Cardoso, G. (2006). *Os media na sociedade em rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Cardoso, G., & Neto, P. P. (2010). A mediação do serviço público: Notícias e telejornal da RTP1. In J. F. Silveira, G. Cardoso, & A. Belo (Orgs.), *Telejornais no início do século XXI* (pp. 33-70). Lisboa: Edições Colibri.
- Cardoso, G., Espanha, R., & Araújo, V. (Orgs.) (2009). *Da comunicação de massa à comunicação em rede*. Porto: Porto Editora.
- Cardoso, G., Vieira, J., & Mendonça, S. (2011). *Ecrãs em rede – televisão: Tendências e prospectivas*. Lisboa: Obercom.
- Cascais, F. (2001). *Dicionário de jornalismo: As palavras dos media*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Cazeneuve, J. (1999). *Guia alfabético das comunicações de massas*. Lisboa: Edições 70.
- Clemente, P. (2000). *A polícia em Portugal: Da dimensão política contemporânea da segurança pública* (Dissertação de doutoramento, não publicada, Vol. I). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.
- Colling, L. (2001) Agenda-setting e framing: reafirmando os efeitos limitados. *Revista Famecos*, Porto Alegre, (14), 88-101.
- Correia (Orgs.), *Teorias da comunicação* (pp. 29-51). Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Correia, F. (1997). *Os jornalistas e as notícias*. (2ª ed.). Lisboa: Editorial Caminho.
- Correia, F. (2006). *Jornalismo, grupos económicos e democracia*. Lisboa: Editorial Caminho.

- Correia, J. C. (2004a). Elementos para uma teoria da comunicação: Os contributos de Schutz e Luhmann para a “construção social da realidade”. In J. M. Santos, & J. C. Schutz e Luhmann para a “construção social da realidade”.
- Correia, J. C. (2004b). O jornalismo e o sistema político: Audiências e manipulação. In J. C. Correia (Org.), *Comunicação e política* (pp. 45-59). Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Correia, J. M. S. (1994). Polícia. In *Dicionário jurídico da administração pública* (Vol. 6, pp.393-408). Lisboa: Edição do Autor.
- Cruz, J. C. (2002). *Introdução ao estudo da comunicação: Imprensa, cinema, rádio, televisão e redes multimédia*. Lisboa: Dislivro.
- Cunha, I. F. (2004). Repensar a investigação empírica sobre os media e o jornalismo. Retirado de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/cunha-isabel-ferin-metodologias.pdf>
- DeFleur, M. L., & Rokeach, S. B. (1993). *Teorias da comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- Della Porta, D. (1996). Social movements and the state: Thoughts on the policing of protest. In D. McAdam, J. D. McCarthy, & M. N. Zald (Eds.), *Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings* (pp. 62-92). New York: Cambridge University Press.
- Demétrio, S. R. (2003). *A tecnologia como mediação fundante da comunicação na pós-modernidade*. Retirado de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/demetrio-silvio-tecnologia-como-mediacao.pdf>
- Dias, J. S.C. (2005). *Os critérios de noticiabilidade dos noticiários televisivos - Estudo de caso comparativo: RTP1 e TVI* (Monografia de Licenciatura, não publicada). Universidade do Porto, Porto.
- Eco, U. (1984a). *Apocalípticos e Integrados* (7ªed.). Spain: Editorial Lumen
- Eco, U. (1984b). Tevê: A transparência perdida. In *Viagem na irrealidade cotidiana* (182-204). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Entman, R. M. (1993). Framing: toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication* 43 (4), Autumn, New York: Oxford University, 1-8
- Esteves, J. P. (Org.) (2002). *Comunicação e sociedade: Os efeitos sociais dos meios de comunicação de massa*. Lisboa: Livros Horizonte.

- Estrela, E. (2004). O quarto poder. In O. Magalhães, & F. Costa, *Entre margens: Português, 11º ano* (pp.47-48). Porto: Porto Editora.
- Fernandes, L. F. (2005). SunTzu: A arte (e a ciência) da polícia. In G. M. da Silva, & M. Valente (Eds.), *Volume comemorativo dos 20 anos do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna* (pp. 329-356). Coimbra: Almedina.
- Fontcuberta, M. D. (2002). *A notícia: Pistas para compreender o mundo*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Frazier, P., & Gaziano, C. (1979). Robert Ezra Park theory of the news and public opinion and social control. *Journalism Monographs*, (64), 1-47.
- Freixo, M. J. V. (2011). *Metodologia científica: Fundamentos, métodos e técnicas* (3ª ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Gaillard, P. (1971). *O jornalismo*. Mem Martins: Publicações Europa-América
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (1992). *O inquérito: Teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.
- Gitlin, T. (1978). Media sociology: the dominant paradigm, *Theory and Society*, n. ° 6, Amsterdam. Retirado de http://ftp.emu.edu.tr/fcms/fcms/fcms_moodledata/80/dominant_paradigm._todd_gitlin.pdf
- Gomes, M. B. (2009). *O Encantador de Serpentes: Ciência, Arte e Política na Comunicação*. Retirado de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-bolshaw-encantador2.pdf>
- Greer, C., & McLaughlin, E. (2010). We predict a riot? Public order policing, new media environments and the rise of the citizen journalist. *British Journal of Criminology*, 50, 1041-1059.
- Hall, S., Critcher, C., Jefferson, T., Clarke, J., & Roberts, B. (1999). A produção das notícias: O mugging nos media. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"* (2ª ed., pp. 224-248). Lisboa: Vega.
- International Permanent Observatory on Security during Major Events (2007). *IPO Security planning model*. Torino: UNICRI.
- Jambeiro, O. (1998). Gestão e tratamento da informação na sociedade tecnológica. *Revista da Fundação Seade*, 12 (4), 3-10.
- Jespers, J. (1998). *Jornalismo televisivo: Princípios e métodos*. Coimbra: Minerva.

- Junqueiro, R. (2002). *A idade do conhecimento: A nova era digital*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Krippendorff, K. (1980). *Content analysis: An introduction to its methodology*. Newbury Park, CA: Sage.
- Lang, G., & Lang, K. (1981). Watergate: An exploration of the agenda-building process. In G. Wilhoit (Ed.), *Mass communication review yearbook*, 2 (pp.447-465). Beverly Hills: Sage.
- Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de Agosto, Diário da República, Iª Série - A, n.º 155.
- Lei n.º 2/99 de 13 de Janeiro, Diário da República, Iª Série - A, n.º 10, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 9/99 de 4 de Março, Diário da República, Iª Série - A, n.º 53, e alterada pelo artigo 57.º da Lei n.º 18/2003 de 11 de Junho, Diário da República, Iª Série - A, n.º 134.
- Lei n.º 53/2007 de 31 de Agosto, Diário da República, Iª Série, n.º 168.
- Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto. *Diário da República*, Iª Série, n.º 167.
- Liebscher, P. (1998). Quantity with quality ? Teaching quantitative and qualitative methods in a LIS Master's program. *Library Trends*, 46 (4), 668-680.
- Lippman, W. (1992). *Public opinion*. New York: Free Press.
- Lopes, F. (2007). *A TV das elites: Estudo dos programas de informação semanal dos canais generalistas (1993-2005)*. Porto: Campo das Letras.
- Lopes, V. S. (1981). *Iniciação ao jornalismo* (2ª ed.). Lisboa: Centro do Livro Brasileiro.
- Loureiro, L. M. (2008). Convergência e hipernormatividade: Emerge a TV do ego. *Revista PRISMA.COM*, (7), 315-338.
- Machado, H. J. D. (2012). A comunicação social e a polícia: A percepção da imprensa escrita sobre a actuação policial nos grandes eventos de cariz político. (Tese de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Mander, J. (1999). *Quatro argumentos para acabar com a televisão*. Lisboa: Antígona.
- Matterlart, A., & Matterlart, M. (1997). *História das teorias da comunicação*. Porto: Campo das Letras.

- Maxwell, E. M. & Shaw, D. L. (1993). The Evolution of Agenda-Setting Research: Twenty-Five Years in the Marketplace of Ideas. *Journal of Communication* 43 (2), 58-67.
- McCarthy, J. D., Smith, J., & Zald, M. N. (1996). Accessing public, media, electoral, and governmental agendas. In D. McAdam, J. D. McCarthy, & M. N. Zald (Eds.), *Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings* (pp. 291-311). New York: Cambridge University Press.
- Mealha, T. I. M. (2009). *“Exclusão ou reintegração?”: Um estudo qualitativo sobre a reintegração social de reclusos.* (Tese de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.
- Mendonça, R. (2011). *Jornalismo opinativo: Uma revisão histórica sobre o gênero.* Rio Grande do Sul: Fundação Universidade Federal do Pampa – Unipampa.
- Mesquita, M. (2004). *O quarto equívoco: O poder dos media na sociedade contemporânea* (2ª ed. rev.). Coimbra: Minerva.
- Miles, M. B., & Huberman, A. M. (1984). *Qualitative data analysis: A sourcebook of new methods.* Beverly Hills, CA: Sage.
- Molotch, H., & Lester, M. (1999). As notícias como procedimento intencional: Acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”* (2ª ed., pp. 34-51). Lisboa: Vega.
- Noelle-Neumann, E. (1973). Return to the concept of powerfull mass media. *Studies of Broadcasting*, 9, 67-112.
- Oliveira, J. F. (2000). *A manutenção da ordem pública em Portugal.* Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Oliveira, J. F. (2002). *As políticas de segurança e os modelos de policiamento* (Vol. I). (Dissertação de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa: Lisboa
- Pais, L. G. (2004). *Uma história das ligações entre a psicologia e o direito em Portugal: Perícias psiquiátricas médico-legais e perícias sobre a personalidade como analisadores.* (Tese de doutoramento, não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.
- Peltzer, G. (1991). *Jornalismo iconográfico.* Lisboa: Planeta.

- Pena, F. (2005). *Teoria do jornalismo*. São Paulo: Contexto.
- Pereira, H. F. S. (2012). Grandes eventos de cariz político: A percepção da Agência Lusa sobre a actuação policial. (Tese de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Perles, J. B. (2007). *Comunicação: Conceitos, fundamentos e história*. Retirado de www.bocc.uff.br/pag/perles-joao-comunicacao-conceitos-fundamentos-historia.pdf
- Pichel, P. P. (2005). *A perspectiva sistémica da teoria dos imaxinarios sociais aplicada á comunicaci3n política*. Retirado de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/pichel-paloma-prado-perspectiva-sistemica-teoria-imaxinarios-sociais-aplicada-comunicacion-politica.pdf>
- Pinto, R. J. (2000). Telejornal. In W. J. Szymaniak (Coord.), *Dicionário de ciências da comunicação* (pp. 231-233) Porto: Porto Editora.
- Poster, M. (1990) *The mode of information: Poststructuralism and social context*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Postman, N., & Powers, S. (1992). *How to watch tv news*. London: Penguin Books.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. (2ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Ramonet, I. (1999). *A tirania da comunicação*. Porto: Campo das Letras.
- Raposo, J. (2006). *Direito policial I*. Coimbra: Almedina.
- Rebelo, J. (1993). No primeiro aniversário da televisão privada em Portugal. *Análise Social*, (122), 653-677.
- Robinson, G. (1981). *News agencies and world news*. Fribourg: University Press.
- Rodrigues, A. D. (1988) - O acontecimento. *Comunicação e Linguagens*, 8, 9-15.
- Rodrigues, A. D. (2000). *Dicionário breve da informação e da comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.
- Ross, S. M. (2008). *Beyond the box: Television and the internet*. Malden: Blackwell
- Sá, A. (2002). *Media, Mass media, Novos Media e a crise da cidadania*. Retirado de <http://bocc.ubi.pt/pag/sa-alexandre-media-crise-cidadania.pdf>

- Santo, P. E. (2010). *Introdução à metodologia das ciências sociais: Génese, fundamentos e problemas*. Lisboa: Edições Sílabo
- Santos, J. A. (2000). *Homo Zappiens: O feitiço da televisão*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Santos, J. M. (2005). *O tempo dos média e a generalização do estético*. Retirado de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/santos-jose-manuel-tempo-media-generalizacao-estetico.pdf>
- Santos, J. R. (1992). *O que é comunicação*. Lisboa: Difusão Cultural.
- Santos, R. (2006). *A fonte não quis revelar: Um estudo sobre a produção das notícias*. Porto: Campo das Letras.
- Santos, T. C. (2005). *Nas trilhas da história da comunicação: principais teorias e intersecções*. Retirado de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/santos-tarcyane-cajueiro-nas-trilhas-da-historia-da-comunicacao-principais-teorias-e-interseccoes.pdf>
- Serra, A. O. (2012). *A comunicação social e a actividade policial: As notícias televisivas dos grandes eventos de cariz político*. (Tese de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Serra, J. P. (2007). *Manual de teoria da comunicação*. Covilhã: Livros Labcom.
- Serra, P. (2006a). *Comunicação e utopia*. Retirado de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/serra-paulo-comunicacao-utopia.pdf>
- Serra, P. (2006b). *Contributos para uma teoria neo-darwiniana da Comunicação*. Retirado de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/serra-paulo-teoria-neo-darwiniana.pdf>
- Shaw, E. (1979). Agenda-Setting and Mass Communication Theory, *Gazette (International Journal for Mass Communication Studies)*, vol.XXV, nº2, 96-105.
- Silva, C. L. D. & Júnior, W.M. (2009). *Comunicação televisiva: reflexões e considerações sobre o telejornalismo esportivo*. Retirado de <http://www.razonypalabra.org.mx/rypant/COMUNICACAO%20TELEVISIVA%20%20REFLEXOES%20E%20CONSIDERACOES%20SOBRE%20O%20TELEJORNALISMO%20ESPORTIVO.pdf>
- Silva, M. J. L. (2005). *Temas filosóficos da comunicação na contemporaneidade*. Retirado de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/lopes-da-silva-temas-filosoficos.pdf>

- Sousa, J. P. (2002). *Por que as notícias são como são? Construindo uma teoria da notícia*. Retirado de <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-construindo-teoria-da-noticia.pdf>
- Sousa, J. P. (2006). *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Stamm, K. R. (1976). The nature of newsnews concepts. In M. McCombs, D. L. Shaw, & D. Grey (Orgs.), *Handbook of reporting methods*. Londres: Houtghton Mifflin Company.
- Stephens, M. (1988). *A history of news*. New York: Penguin Books.
- Szymaniak, W. J. (Coord.) (2000). *Dicionário de ciências da comunicação*. Porto: Porto Editora.
- Torres, E. (2004). Televisão do nós e televisão do eu: A encruzilhada da televisão generalista. *Análise Social*, 38 (169), 1011-1042.
- Torres, N. C. (2011). *Televisão, o nosso medium preferido: Ensaios, memórias e história*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Traquina, N. (1999b). As notícias. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"* (2ª ed., pp. 167-176). Lisboa: Vega.
- Traquina, N. (2000). A redescoberta do poder do jornalismo: Análise da teoria do agendamento. In N. Traquina, *O poder do jornalismo: Análise e textos da teoria do agendamento* (pp. 13-46). Coimbra: Edições Minerva.
- Traquina, N. (2001). *O estudo do jornalismo no século XX*. Porto Alegre: Unisinos.
- Traquina, N. (2002). *Jornalismo*. Lisboa: Quimera Editores.
- Traquina, N. (2004). A tribo jornalística: Uma comunidade transnacional. Lisboa: Editorial Notícias.
- Traquina, N. (Org.) (1999a). *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"* (2ª ed.). Lisboa: Vega.
- Traquina, N., Cabrera, A., Ponte, C., & Santos, R. (2001). *O jornalismo português em análise de casos*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Uggla, Y. (2008). Strategies to create risk awareness and legitimacy: The swedish climate campaign. *Journal of Risk Research*, 11 (6), 719-734.

- Valente, M. M. G. (2009). *Teoria geral do direito policial* (2ª ed.). Coimbra: Almedina.
- Vieira, J. (2007). *Jornalismo contemporâneo: Os media entre a era de Gutenberg e o paradigma digital*. Lisboa: Edeline.
- Vizeu, A. (2002a). *O Jornalismo e as "teorias intermediárias": cultura profissional, rotinas de trabalho, constrangimentos organizacionais e as perspectivas da Análise do discurso (AD)*. Retirado de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/vizeu-alfredo-jornalismo-teorias-intermediarias.pdf>
- Vizeu, A. (2002b). *A produção de sentidos no jornalismo: da teoria da enunciação a enunciação jornalística*. Retirado de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/vizeu-alfredo-producao-sentidos-enunciacao.pdf>
- Waddington, D. P. (2007). *Policing public disorder*. Cullompton: Willan.
- Watzlawick, P. (1996). *Pragmática da comunicação humana*. São Paulo: Editora Cultrix.
- White, D. M. (1999). O gatekeeper: Uma análise de caso na selecção de notícias. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"* (2ª ed., pp. 142-151). Lisboa: Vega.
- Wolf, M. (2003). *Teorias da comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.

Anexos

ANEXO 1. Pesquisa administrativa e teoria crítica

Wolf (2003, p.16) resume extraordinariamente estas duas vertentes, ao explicar que a pesquisa administrativa “é a pesquisa americana (...) acentuadamente empírica e caracterizada por objectivos cognoscitivos inerentes ao sistema dos *mass media*”, que se contrapõe à teoria crítica, que é uma “pesquisa europeia (...) teoricamente orientada e atenta às relações gerais existentes entre o sistema social e os meios de comunicação de massa”. Aliás, as duas são igualmente distintas na própria concepção dos *mass media*. Para a teoria crítica trata-se de “instrumentos de reprodução de massa que, na liberdade aparente dos indivíduos, reproduzem as relações de força do aparelho económico e social” (Wolf, 2003, p.94). Já a pesquisa administrativa interpreta os *mass media* como sendo “instrumentos utilizados para atingir determinados objectivos: vender mercadorias, elevar o nível intelectual da população ou melhorar a sua compreensão das políticas governativas” (Wolf, 2003, p.95).

McQuail (cit. in Botelho, 2004, pp.1-2) refere que a pesquisa administrativa no âmbito da comunicação se divide sumariamente em três fases: a teoria dos efeitos ilimitados ou poderosos (desde início dos séculos até os anos 40); a teoria dos efeitos limitados (dos anos 40 até os 60) e a revalorização dos efeitos dos *media* por meio de influências mais intrincadas e imperceptíveis (dos anos 70 até à actualidade). Como se poderá ver, variados aspectos essenciais da pesquisa administrativa estarão expostos no desenrolar deste trabalho, dada a sua importância para os estudos em comunicação.

Acerca da teoria crítica, na opinião de Wolf (2003, p.82) a mesma representa a “contracorrente de muita *communication research* (...) que vinha penosamente elaborando-se no âmbito «administrativo»”. A mesma está intimamente ligada à Escola de Frankfurt, com tradição de pesquisa iniciada nas primeiras décadas do século XX, fundamentalmente a partir da elaboração crítica de pensadores como Theodor W. Adorno, Walter Benjamin, Herbert Marcuse e Max Horkheimer. “A ideia impulsionadora dos frankfurtianos, em linhas gerais, era a de fundir o comportamento crítico com a proposta política, de modo a superar a crise da razão”, expõe Botelho (2004, p.3).

Concluindo Santos (1999, p.12) narra que “a história das teorias da comunicação resume-se, afinal, a uma incessante busca dos investigadores da medida exacta dos efeitos produzidos pela comunicação social”, sendo de todo perceptível que a oposição entre estas duas vertentes se mantém bem enraizada, mantendo uma separação até aos dias de hoje no domínio dos estudos de comunicação (Wolf, 2003).

Ainda assim, segundo Wolf (2003, p.100), “a realidade global da pesquisa em matéria de comunicações de massa apresenta-se, hoje, com a perspectiva concreta de abordagens disciplinares cada vez mais articuladas, variadas e em vias de integração”.

ANEXO 2. A Abordagem empírico-experimental ou «da persuasão»: diferenças psicológicas individuais do público e os factores relativos à mensagem

No que é relativo ao interesse em obter informação, é perceptível que cada pessoa, dotada que é de interesses próprios, vise buscar informações que a satisfaça e lhe interessem particularmente. Neste âmbito, uma eventual falta de interesse/motivação pode ser resultante da escassez de informação, uma vez que, segundo Wolf (2003, p.37), “quanto mais expostas as pessoas são a um determinado assunto, mais o seu interesse aumenta e, à medida que o interesse aumenta, mais as pessoas se sentem motivadas para saber acerca dele”. Assim, percebe-se que se uma pessoa não demonstra interesse por um determinado assunto, pode tal desinteresse dever-se à reduzida ou nula exposição que a mesma teve a esse assunto. A este propósito Wolf (2003, p.37) refere que “se aqueles que manifestam interesse por determinado assunto, o fazem depois de a ele terem sido expostos, aqueles que se mostram desinteressados e desinformados, fazem-no porque nunca foram expostos à informação referente a esse mesmo assunto”. Contudo, há que perceber que isto é uma visão simplista da motivação humana, pois se a posição de Wolf se verificasse sempre, nunca procuraríamos informação, ficaríamos, passivamente, à espera que ela se nos apresentasse.

No que toca à exposição selectiva, percebe-se que o público/audiência só tende a expôr-se e a receber a informação que está de acordo com as suas atitudes, tendendo a evitar as mensagens com que está em desacordo (Wolf, 2003). De acordo com Klapper (cit. in Wolf, 2003, p.38-39):

se as pessoas tendem a expor-se, sobretudo, às comunicações de massa de acordo com as suas próprias atitudes e os seus interesses próprios, devem evitar-se outros conteúdos; se, ainda por cima, tendem a esquecer esses outros conteúdos mal lhe aparecem à frente dos olhos e, finalmente, se tendem a adulterá-los mesmo que os recordem, então é evidente que, muito provavelmente, a comunicação de massa não modificará os seus pontos de vista. É muito mais provável que vá reforçar opiniões pré-existentes.

Contudo, é do entendimento de Wolf (2003) que os estudos não confirmam na totalidade dos casos que a selectividade da exposição se deva somente à concordância existente entre as opiniões do indivíduo e o conteúdo das mensagens. O que se sabe é que esta concordância é meramente uma das causas, que somada às demais, tais como o nível de instrução, profissão, grau de consumo de *mass media* ou utilidade da comunicação, entre outras, irá estabelecer a selectividade do consumo. Assim, cada uma destas variáveis estabelece um grau de relação com a exposição selectiva. Tal conclusão, embora não demonstre a total interdependência entre as atitudes subjectivas

do indivíduo e o teor das comunicações, tem o seu relevo pois demonstrou “a complexidade da relação comunicativa, ao contrário do esquematismo da anterior teoria hipodérmica” (Wolf, 2003, p.39).

Outro aspecto é a percepção selectiva. Segundo Klapper (cit in Wolf, 2003, p.39) “os elementos do público não se expõem à rádio, à televisão ou ao jornal num estado de nudez psicológica; pelo contrário, apresentam-se revestidos e protegidos por predisposições já existentes, por processos selectivos e por outros factores”. Por conseguinte, o sentido da mensagem poderá ser deturpado através da interpretação que lhe é dada pelo receptor, que a pode transfigurar completamente, de acordo com as suas atitudes e valores intrínsecos. A este propósito refere Wolf (2003, pp.39-40) que a “interpretação transforma e adapta o significado da mensagem recebida, fixando-a às atitudes e aos valores do destinatário até mudar, por vezes, o sentido da própria mensagem”. De facto, a percepção selectiva é a característica que explica que o público só percebe aquilo a que está habituado, ou então “o que for mais conveniente em termos da obtenção de alguma gratificação social ou física” (Correia, 2011, p. 179). O estudo de Cooper e Jahoda (in Wolf, 2003) fala de dissonância cognitiva com mais propriedade. Este fenómeno é denominado de “descodificação aberrante” (Wolf, 2003, p. 40) e trata-se da não compreensão da mensagem, funcionando esta como um meio do indivíduo se escapular às fontes de tensão ou de dissonância cognitiva para com os seus valores e atitudes.

Existe, ainda, um outro mecanismo concernente à percepção selectiva que consiste nos denominados efeitos de assimilação ou contraste. Segundo Wolf (2003, p.40) “existe um efeito de assimilação quando o destinatário considera as opiniões expressas na mensagem como mais análogas às suas do que são na realidade”. É igualmente de referir que nesta escolha selectiva está implícita a memorização selectiva. A mesma define que as atitudes e opiniões pessoais são memorizadas num grau mais profundo do que a opinião dos outros (Wolf, 2003). De igual modo, e segundo Papageoris (cit. in Wolf, 2003, p.41) “se, numa mensagem, a par dos argumentos mais importantes a favor de um determinado assunto, forem também apresentados os argumentos que são contra, a recordação destes últimos desvanece-se mais rapidamente do que a dos argumentos principais.

No que é relativo aos factores adstritos à mensagem, iremos mencionar a credibilidade do comunicador, a ordem da argumentação, a integralidade das argumentações e a explicitação das conclusões.

É perceptível que a credibilidade do comunicador seja um factor de importante relevo. Segundo Sousa (2006, p.497) “a mesma mensagem, consoante o emissor seja mais ou menos credível aos olhos do receptor, tende a ser mais ou menos persuasiva”.

Deste modo, se o público considerar a fonte credível “o material atribuído a uma fonte credível provoca uma mudança de opinião significativamente maior do que o atribuído a uma fonte pouco credível” (Wolf, 2003, p. 43).

Outro dos factores ligados à mensagem é a ordem de argumentação. De acordo com Wolf (2003) as pesquisas relativas a este aspecto visam perceber se a ordem de apresentação dos argumentos (independentemente dos mesmos serem a favor ou contra) acarreta algum tipo de influência na sua eficácia. Neste âmbito, fala-se em “*efeito primacy*” se os argumentos iniciais tiverem uma maior eficácia e em “*efeito recency*” quando os argumentos apresentados no fim da mensagem são os mais eficazes.

Ainda que este tipo de resultados possa indicar que a ordem das mensagens pareça influir na eficácia da absorção das mensagens, os mesmos não são conclusivos. Segundo Sousa (2006, p.498) “as respostas a esta questão não têm sido totalmente esclarecedoras” ao que Wolf (2003, p.44) acrescenta que “essa influência correlaciona-se com numerosas outras variáveis que, por vezes, é difícil conseguir explicar devidamente”.

Quanto à integralidade das argumentações, a mesma, segundo Wolf (2003, p.44), visa “estudar o impacto que provoca a apresentação de um único aspecto ou, pelo contrário, de ambos os aspectos de um tema controverso, com o objectivo de modificar a opinião da audiência”. A mesma foi estudada por Hovland, Lumsdaine e Sheffield (in Wolf, 2003) e os mesmos chegaram à conclusão de que, dependendo do tema, nuns casos é melhor apenas expôr uma perspectiva enquanto noutros as pessoas são mais facilmente atraídas se lhes forem apresentadas mais perspectivas.

Por fim, o último factor da mensagem é a explicitação das conclusões. Segundo Sousa (2006, p.498) pretende-se saber se “a explicitação das conclusões torna uma mensagem argumentativa mais persuasiva”. A resposta obtida não é conclusiva, pois há que ter em conta determinadas relações que influenciam o resultado conseguido, nomeadamente o grau de envolvimento do indivíduo com o assunto tratado (Wolf, 2003). Ainda assim, segundo Sousa (2006) existe, grosso modo, evidência suficiente para afirmar que quanto mais cultos, instruídos e familiarizados com o tema são e estão os receptores, menos necessário se torna explicitar as conclusões de uma mensagem para que esta seja apreendida. Pelo contrário, quando os temas são complexos ou pouco familiares e os receptores são pouco cultos e instruídos, uma mensagem argumentativa tende a persuadir mais se as conclusões forem devidamente sistematizadas e explicitadas. Posto isto, poder-se-á concordar com a reflexão de Sousa (2006, p.498) quando o mesmo refere que “o perfil psicológico e a educação tornam as pessoas mais ou menos resistentes à persuasão”.

ANEXO 3. A estrutura da organização e o *newsmaking*

Gieber (in Traquina, 1999a) concluiu que o factor predominante sobre o serviço jornalístico era o fardo da estrutura burocrática da organização e não as apreciações pessoais do jornalista, as quais ele considerava que raramente entravam no processo de selecção, sendo o *gatekeeper* “apanhado num colete-de-forças organizacional que relega para segundo plano a sua subjectividade pessoal(...) [em que] os elementos mais importantes na selecção de histórias são o número de notícias disponível, o seu tamanho e as pressões do tempo” (Santos, 1992, p.82). A este propósito refere Robinson (1981, p.97) que “as decisões do *gatekeeper* são tomadas, menos a partir de uma avaliação individual da noticiabilidade do que em relação a um conjunto de valores que incluem critérios, quer profissionais, quer organizacionais, tais como a eficiência, a produção de notícias, a rapidez”.

Como tal, Gieber (in Traquina, 1999a) concluiu que o elemento essencial no trabalho jornalístico é a estrutura burocrática da organização, premissa essa que se enquadra perfeitamente na teoria organizacional, que se encontra pormenorizada no ponto 1.2.2, e que, em linhas gerais, defende que o produto jornalístico ganha forma consoante a estrutura da organização e os constrangimentos que lhe são inerentes.

Outro aspecto que ganha aqui uma enorme relevância é o processo de produção de notícias (*newsmaking*). De acordo com Wolf (2003), o *newsmaking*, ou seja, a produção de informação de massas é um processo bastante complexo, uma vez que é constituído pela cultura profissional relativa aos códigos, estereótipos, tácticas, rituais e convenções dos *mass media* e dos jornalistas. E, por outro lado, é composto pelas restrições ligadas à organização do trabalho, que acabam por criar convénios profissionais que ajudam na definição do que é ou não notícia. Como tal, é aqui que se formam um conjunto de critérios de noticiabilidade: “estabelece-se, assim, um conjunto de critérios, de relevância que definem a *noticiabilidade* (*newsworthiness*) de cada acontecimento, isto é, a sua «aptidão» para ser transformado em notícia” (Wolf, 2003, p.189). Segundo o mesmo autor (Wolf, 2003, p.190) “a noticiabilidade é constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem aos acontecimentos (...) para adquirirem a existência pública de notícias. Tudo o que não corresponde a esses requisitos é «excluído», por não ser adequado às rotinas produtivas e aos cânones da cultura profissional”. Como tal, “a percepção do que é tido por noticiável e a produção da notícia implicam o recurso a quadros de experiência, assentes em modos de tipificar rotineiramente reproduzidos” (Correia, 2004a, p.32). Sobre essa matéria, uma abordagem mais aprofundada terá lugar no ponto 1.2.5.

ANEXO 4. Valores-notícia

Galtung e Ruge (1999) foram os primeiros a avançar a primeira reflexão teórica acerca dos valores-notícia, em 1965, e enumeraram doze critérios, nomeadamente: a frequência; a amplitude do evento; a clareza; a significância; a consonância; o inesperado; a continuidade; a composição; a referência a nações de elite; a referência a pessoas de elite; a personalização; e, finalmente, a negatividade.

Sumariamente, o critério da frequência refere que quanto mais a frequência do acontecimento se assemelhar à frequência do meio noticioso, mais hipóteses existem de os acontecimentos serem registados como notícias por esse mesmo meio noticioso. O critério da amplitude prevê que quanto maior e mais intenso for um acontecimento, maiores serão as probabilidades de este ser noticiado. A clareza refere que é preferível noticiar um acontecimento dotado de uma interpretação clara e livre de ambiguidades, do que um acontecimento que suscita algumas dúvidas quanto ao seu conteúdo. No que toca à significância é um critério que resulta da junção de duas variáveis, a relevância e a proximidade. Nesse sentido, para que os acontecimentos tenham significância, têm de ter uma proximidade cultural com a audiência e têm de ser relevantes. A consonância indica que um acontecimento que esteja em conformidade com as expectativas e preconceitos existentes é potencialmente mais noticiável. O critério do inesperado poderá parecer que transmite o oposto do critério da consonância, sendo certo que apenas o complementa, uma vez que um acontecimento pode ser inesperado e estar em consonância com uma notícia já divulgada, atendendo que os acontecimentos se querem inesperados e raros. O critério da continuidade consiste no facto de que desde que algum acontecimento seja definido como notícia, ele possa continuar a ser seleccionado como tal durante algum tempo. No que toca ao critério da composição o mesmo refere que os acontecimentos têm tendência a serem escolhidos de forma a contribuir para um todo equilibrado. O critério da referência a nações / pessoas de elite plasma que as acções das elites são geralmente mais importantes do que as actividades dos outros, e que esse factor se aplica tanto às nações como às pessoas. Quanto ao critério da personalização menciona que as notícias têm tendência para apresentar acontecimentos em que existe um sujeito, portanto o acontecimento é visto como consequência das acções desta(s) pessoa(s). Por último encontra-se o critério da negatividade que refere que existem mais notícias negativas do que positivas nos noticiários. Isto deve-se ao facto de as notícias negativas satisfazerem melhor o critério de frequência, são consensuais e inequívocas, são mais consonantes com algumas pré-imagens dominantes do nosso tempo e são mais inesperadas do que as notícias positivas.

Já Ericson, Baranek e Chan (in Santos, 2001), consideram que os valores notícia são apenas sete (quatro deles coincidentes com a anterior lista de Galtung e Ruge), e são a simplificação, a dramatização, a personalização, a continuidade, a consonância, o inesperado, e a infracção.

Também Wolf (2003) aprofundou estudos sobre esta temática, chegando a uma divisão em quatro critérios: as características substantivas das notícias, no que é relativo ao conteúdo do acontecimento a transformar em notícia; a disponibilidade do material e os critérios relativos ao produto informativo, no que é respeitante ao conjunto dos processos de produção e realização; o público, no que toca à imagem que os jornalistas têm dos seus destinatários; e, a concorrência, no que concerne às relações concorrenciais entre os diversos OCS.

Traquina (2002) interessou-se igualmente por esta matéria e elaborou uma lista de valores-notícia um pouco mais vasta, que divide em duas categorias distintas: os valores-notícia de selecção; e, os valores-notícia de construção. Os primeiros possuem critérios substantivos (morte, notoriedade, proximidade, relevância, novidade, tempo, notabilidade, inesperado e conflito/controvérsia), assim como critérios contextuais (disponibilidade, equilíbrio, visualidade, concorrência e dia noticioso).

Já no que toca aos valores-notícia de construção, os mesmos são: a ampliação, a relevância, a personalização, a dramatização e a consonância.

ANEXO 5. Características do telejornal

Para Ramonet (1999), o telejornal desenvolve-se de maneira irreversível, razão pela qual, a não ser que o grave e reveja não pode o espectador impor a sua ordem e velocidade de avanço. Considera igualmente a existência de uma correspondência entre audiência/rentabilidade que impõe uma duração máxima ao telejornal, não ultrapassando normalmente três ou quatro partes com cerca de 12 minutos cada e com intervalos entre cada uma delas. Além disso, Ramonet (1999) considera necessário existir variedade temática por forma a não aborrecer o telespectador, especificando que, num telejornal de 30 minutos, podem abordar-se 20 a 25 temas, excepto quando um único tema tem suficiente impacto para romper com o anterior modelo e manter o telespectador colado ao ecrã (como aconteceu nos atentados de 11 de Setembro de 2001 nos Estados Unidos, ou com a morte de Sua Santidade o Papa João Paulo II a 2 de Abril de 2005). Ramonet (1999) fala também da existência de sumários, que têm uma função apelativa e de eclosão das expectativas do telespectador, com o objectivo de levar as pessoas a manterem-se sintonizadas enquanto não chega aquilo que querem efectivamente ver. Por último, outra característica ressaltada por este autor é a figura do pivô, que confere unidade ao programa, através da sua presença constante e familiar, que credibiliza a informação, pois parece sentado ao mesmo nível do telespectador e olha-o directamente. Quanto à figura do pivô, um aprofundamento merece ser feito. Segundo Merhabian (cit. in Canavilhas, 2001, p.6) “em televisão, o que a pessoa diz representa 7% do que realmente comunica: 38% da mensagem é transmitida pela sua maneira de se exprimir (voz, vocabulário, ritmo do discurso) e 55% pelas expressões da face e movimentos do corpo”. Por este motivo Canavilhas (2001, p.6) refere que “o pivô tem assim um papel importante em todo o processo informativo, apresentando-se como um actor cujo objectivo é conseguir que os telespectadores acreditem na informação por ele transmitida”, recorrendo para isso a uma fachada ao nível do cenário e ao nível pessoal.

No que toca ao cenário Canavilhas (2001) refere que o local de onde é transmitido o telejornal tem muita influência no telespectador, dado que os cenários dos telejornais “são constituídos por elementos que recordam uma ligação em tempo real a várias partes do mundo. Um cenário onde sobressaem vários monitores ou um mapa-mundo são exemplos dessa tentativa de transmitir a sensação de globalização” (2001, p.6). Para a fachada pessoal, o mesmo autor refere que é criada com base na capacidade expressiva do pivô, constituída pelo ritmo e modulação da voz, gesticulação, reacções às próprias notícias que divulga e pela maneira de expressão. Deste modo, “o riso após uma notícia engraçada ou um ar afectado depois de um acidente são algumas das expressões de um bom actor e, portanto, de um bom pivô” (Canavilhas, 2001, p.7).

ANEXO 6. Diferentes conceitos de Polícia

Segundo Correia (1994) o conceito de Polícia pode ser analisado mediante duas perspectivas: a institucional/orgânica e a funcional. A primeira corresponde a “todo o serviço administrativo que, nos termos da lei, tenha como tarefa exclusiva ou predominante o exercício de uma actividade policial” (Correia, 1994, p.393). Já a segunda é relativa à actividade da Administração Pública, consistindo na emissão de regulamentos, assim como na “prática de actos administrativos e materiais que controlam condutas perigosas dos particulares com o fim de evitar que estas venham ou continuem a lesar bens sociais cuja defesa preventiva através de actos de autoridade seja consentida pela ordem jurídica” (Correia, 1994, p.393).

No que é relativo à actividade administrativa, é pertinente fazer-se a distinção entre as funções de polícia administrativa em sentido restrito e as funções de polícia judiciária. Para tal iremos recorrer aos ensinamentos de Raposo (2006, p.29) que refere que a polícia administrativa é aquela que “tem por objectivo garantir a segurança de pessoas e bens, a ordem pública e os direitos dos cidadãos”. Como tal, aquando do exercício destas funções, a actuação policial visa o propósito de evitar o delito, numa perspectiva claramente preventiva. Já no que é relativo à actividade da polícia como polícia judiciária, esta “tem por objectivo a prevenção dos crimes e a investigação daqueles que, não obstante, foram cometidos, com vista à repressão da criminalidade” (Raposo, 2006, p.29).

Para Almeida (2009, p.118) a polícia administrativa é tida como “aquela que se prende com a actividade preventiva de estudo, de licenciamento, de fiscalização, de processamento e de sancionamento das normas jurídicas protectoras de bens jurídicos indignos de tutela penal”. Já a polícia judiciária encaixa nas polícias que

desenvolvem actos pré-processuais próprios nos termos da legislação penal (...) ou determinados pela autoridade judiciária para a prossecução das finalidades do processo penal: descoberta da verdade material juridicamente válida, realização de justiça, garantia de direitos fundamentais de todos os cidadãos e alcance da paz jurídica (Almeida, 2009, p.118).

Torna-se igualmente importante ressaltar a posição de Hauriou (cit. in Oliveira, 2002, p.69), para o qual a polícia administrativa “tem por objectivo a manutenção da ordem pública, prevenindo os possíveis danos sociais, através de uma correcta regulamentação e reprimindo-os através da coerção, isto é, por via do emprego da força”, enquanto a polícia judiciária, é, para o mesmo autor, aquela que “tem por fim a investigação dos delitos e infracções e a entrega dos autores aos tribunais encarregues de os punir, ela é assim um auxiliar da justiça repressiva” (cit. in Oliveira, 2002, p.69).

Embora seja do entendimento de Raposo (2006) que a noção de polícia e a essência das suas funções tenham sofrido alterações ao longo do tempo, Gleizal, Domenach e Journès (cit. in Oliveira 2002, p.70) referem a existência de um conceito de polícia fundamental e que se mantém imutável: “como uma função específica do Estado e como uma actividade de manutenção da ordem pública necessária à existência de qualquer sociedade”.

ANEXO 7. Pedido de autorização da consulta da base CISION



MINISTERIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E
SEGURANÇA INTERNA
DIRECÇÃO DE ENSINO
SECRETARIA ESCOLAR

C/C:
Gabinete de Imprensa e
Relações Públicas da PSP

Exmo. Senhor
Diretor Nacional Adjunto para a Unidade
Orgânica de Recursos Humanos
(Departamento de Formação)
DN/PSP - Largo da Penha de França, 1
1199 - 010 Lisboa

S/Referência

S/Comunicação

N/Referência

Data

358/SECDE/2012

2012-11-08

Processo:

Classificador: 080.10.02

Assunto: PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP), no ano de estágio, compreende a elaboração de um estudo que deverá obrigatoriamente incidir sobre um tema das áreas científicas de Ciências Policiais, Ciências Jurídicas, Ciências Sociais e Humanas e/ou Ciências de Desenvolvimento e Adaptação Motora. Aos alunos finalistas, o Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna confere a possibilidade de escolherem livremente o assunto a abordar.

Um dos alunos do 5.º ano do CMICP, Aspirante André Filipe Ferreira Martins Rodrigues, no âmbito do trabalho de dissertação a realizar, subordinado ao tema "A percepção da comunicação social sobre a atividade policial: As notícias televisivas dos grandes eventos de cariz político", do qual é Orientadora a Professora Doutora Lúcia Pais, vem solicitar a V. Exa. que requeira, ao Gabinete de Imprensa e Relações Públicas da PSP, autorização para a consulta da base CISION. A necessidade da consulta prende-se com o facto da mesma conter todas as notícias relativas à atuação policial.

Mais se informa V. Ex.ª que o referido Aspirante se compromete a manter a confidencialidade dos dados consultados, fora do âmbito da elaboração e discussão da dissertação.

O Diretor

Pedro José Lopes Clemente
Superintendente

ANEXO 8. Quadro de distribuição de notícias

Nº	Grande Evento	Canal	Data	Hora emissão	Duração	Título	Fonte
1	22 de Março – Greve geral	SIC	31-03-2012	20:03:00	00:01:43	Ação da polícia na greve nacional	Sic - Jornal Da Noite
2	22 de Março – Greve geral	TVI	03-04-2012	13:04:00	00:00:30	Agentes da PSP envolvidos nas agressões devem ser punidos	Tvi - Jornal Da Uma
3	22 de Março – Greve geral	TVI	04-04-2012	13:06:00	00:02:00	Agentes da PSP envolvidos nas agressões deverão ser alvo de	Tvi - Jornal Da Uma
4	22 de Março – Greve geral	TVI	03-04-2012	20:08:00	00:02:03	Agentes da PSP envolvidos nas agressões deverão ser alvo de	Tvi - Jornal Das 8
5	15 de Setembro – “Que se lixe a troika!	SIC	17-09-2012	13:14:00	00:02:35	Agentes da PSP evitaram recurso à violência	Sic - Primeiro Jornal
6	22 de Março – Greve geral	TVI	23-03-2012	20:18:00	00:02:21	Agressões entre manifestantes, jornalistas e polícia na greve geral	Tvi - Jornal Das 8
7	22 de Março – Greve geral	SIC	23-03-2012	13:06:00	00:01:15	BE fala em violência desproporcionada por parte da PSP	Sic - Primeiro Jornal
8	22 de Março – Greve geral	RTP 1	23-03-2012	13:10:00	00:01:01	BE quer esclarecimentos do Ministro da Administração Interna	Rtp 1 - Jornal Da Tarde
9	22 de Março – Greve geral	SIC	26-03-2012	13:11:00	00:00:59	Carga policial do dia da greve geral.	Sic - Primeiro Jornal
10	14 de Novembro – Greve geral europeia	RTP 1	14-11-2012	21:39:00	00:01:17	Carga policial: Reação de Miguel Macedo	Rtp 1 - Telejornal
11	22 de Março – Greve geral	TVI	26-03-2012	20:09:00	00:01:57	Cavaco aguarda conclusão do inquérito à atuação das forças policiais	Tvi - Jornal Das 8
12	22 de Março – Greve geral	RTP 1	26-03-2012	20:45:00	00:01:00	Cavaco lamenta carga policial sobre jornalistas	Rtp 1 - Telejornal
13	22 de Março – Greve geral	RTP 1	26-03-2012	13:12:00	00:01:11	Cavaco lamenta carga policial sobre jornalistas	Rtp 1 - Jornal Da Tarde
14	22 de Março – Greve geral	TVI	26-03-2012	13:56:00	00:01:06	Cavaco Silva lamenta as agressões da polícia a dois fotojornalistas	Tvi - Jornal Da Uma
15	22 de Março – Greve geral	TVI	26-03-2012	13:13:00	00:01:03	Cavaco Silva lamenta as agressões da polícia a dois fotojornalistas	Tvi - Jornal Da Uma
16	14 de Novembro – Greve geral europeia	SIC	15-11-2012	20:04:00	00:03:44	Cavaco Silva, Passos Coelho e Seguro condenam violência na AR	Sic - Jornal Da Noite
17	22 de Março – Greve geral	RTP 1	21-03-2012	20:11:00	00:02:40	CGTP acusa Governo de querer intimidar trabalhadores com reforço	Rtp 1 - Telejornal
18	14 de Novembro – Greve geral europeia	RTP 1	15-11-2012	13:19:00	00:04:35	Conferência de imprensa da PSP - Direto	Rtp 1 - Jornal Da Tarde
19	14 de Novembro – Greve geral europeia	TVI	15-11-2012	13:17:00	00:07:28	Conferência de imprensa da PSP - Direto	Tvi - Jornal Da Uma
20	14 de Novembro – Greve geral europeia	SIC	16-11-2012	13:09:00	00:02:17	Confrontos em Lisboa	Sic - Primeiro Jornal
21	14 de Novembro – Greve geral europeia	TVI	16-11-2012	13:00:00	00:02:25	Confrontos em Lisboa: Polícia está a identificar manifestantes	Tvi - Jornal Da Uma
22	22 de Março – Greve geral	RTP 1	24-03-2012	20:00:00	00:02:30	Confrontos no Chiado: Miguel Macedo lamenta agressões	Rtp 1 - Telejornal
23	14 de Novembro – Greve geral europeia	SIC	15-11-2012	13:16:00	00:05:44	Confrontos no Parlamento: Balanço da PSP	Sic - Primeiro Jornal
24	14 de Novembro – Greve geral europeia	SIC	15-11-2012	13:06:00	00:02:48	Confrontos no Parlamento: Cavaco elogia atuação da polícia	Sic - Primeiro Jornal
25	14 de Novembro – Greve geral europeia	SIC	15-11-2012	13:22:00	00:01:05	Confrontos no Parlamento: Miguel Macedo elogia PSP	Sic - Primeiro Jornal
26	14 de Novembro – Greve geral europeia	SIC	15-11-2012	13:29:00	00:01:28	Confrontos no Parlamento: Passos Coelho comenta atuação da	Sic - Primeiro Jornal
27	14 de Novembro – Greve geral europeia	TVI	15-11-2012	13:00:00	00:03:13	Confrontos sem precedentes frente à Assembleia da República	Tvi - Jornal Da Uma
28	14 de Novembro – Greve geral europeia	RTP 1	17-11-2012	20:29:00	00:02:16	Detenções em São Bento	Rtp 1 - Telejornal
29	14 de Novembro – Greve geral europeia	SIC	05-12-2012	20:01:00	00:00:33	Detenções ilegais? Inspeção-geral da Administração Interna investiga	Sic - Jornal Da Noite
30	14 de Novembro – Greve geral europeia	RTP 1	15-11-2012	13:00:00	00:02:21	Detidos em manifestação junto ao Parlamento	Rtp 1 - Jornal Da Tarde

Nº	Grande Evento	Canal	Data	Hora emissão	Duração	Título	Fonte
31	14 de Novembro – Greve geral europeia	SIC	16-11-2012	13:07:00	00:01:58	Detidos na manifestação	Sic - Primeiro Jornal
32	15 de Setembro – “Que se lixe a troika!	SIC	17-09-2012	20:16:00	00:00:57	Detidos na manifestação na AR	Sic - Jornal Da Noite
33	22 de Março – Greve geral	RTP 1	22-03-2012	20:11:00	00:02:04	Greve geral: Ao longo do dia foram registados alguns incidentes	Rtp 1 - Telejornal
34	22 de Março – Greve geral	RTP 1	22-03-2012	20:00:00	00:01:01	Greve geral: Confrontos	Rtp 1 - Telejornal
35	22 de Março – Greve geral	RTP 1	22-03-2012	20:29:00	00:02:36	Greve geral: Confrontos em Lisboa	Rtp 1 - Telejornal
36	22 de Março – Greve geral	RTP 1	14-07-2012	20:28:00	00:00:39	IGAI abre processos disciplinares a dois agentes	Rtp 1 - Telejornal
37	14 de Novembro – Greve geral europeia	RTP 1	05-12-2012	20:10:00	00:00:34	IGAI abriu processo sobre intervenção da PSP no dia 14 de	Rtp 1 - Telejornal
38	14 de Novembro – Greve geral europeia	SIC	15-11-2012	21:01:00	00:02:11	Imagens da RR mostram polícia a identificar e deter alguns	Sic - Jornal Da Noite
39	22 de Março – Greve geral	RTP 1	01-04-2012	20:11:00	00:00:50	Incidentes no Chiado: Macedo recebe amanhã relatório	Rtp 1 - Telejornal
40	22 de Março – Greve geral	RTP 1	31-03-2012	13:07:00	00:01:51	Inquérito à carga policial do Chiado quase pronto	Rtp 1 - Jornal Da Tarde
41	14 de Novembro – Greve geral europeia	SIC	21-12-2012	13:17:00	00:00:36	Inquérito à manifestação de 14/11	Sic - Primeiro Jornal
42	22 de Março – Greve geral	RTP 1	23-03-2012	13:04:00	00:02:25	Intervenção policial na zona do Chiado	Rtp 1 - Jornal Da Tarde
43	22 de Março – Greve geral	TVI	04-04-2012	20:11:00	00:02:27	MAI abre processo disciplinar a agente da PSP	Tvi - Jornal Das 8
44	22 de Março – Greve geral	RTP 1	04-04-2012	21:47:00	00:02:13	MAI abre processo disciplinar contra agente da PSP	Rtp 1 - Telejornal
45	22 de Março – Greve geral	RTP 1	04-04-2012	20:39:00	00:00:43	MAI abre processo disciplinar contra agente da PSP	Rtp 1 - Telejornal
46	22 de Março – Greve geral	RTP 1	04-04-2012	19:13:00	00:02:27	MAI abre processo disciplinar contra agente da PSP	Rtp 1 - Telejornal
47	22 de Março – Greve geral	TVI	14-07-2012	20:28:00	00:01:12	MAI instaurou processos disciplinares a dois agentes da PSP	Tvi - Jornal Das 8
48	22 de Março – Greve geral	RTP 1	03-04-2012	20:10:00	00:01:45	MAI já tem relatório sobre agressões policiais do dia 22 de março	Rtp 1 - Telejornal
49	22 de Março – Greve geral	TVI	02-04-2012	20:34:00	00:00:37	MAI já recebeu relatório dos incidentes da greve geral	Tvi - Jornal Das 8
50	22 de Março – Greve geral	TVI	01-04-2012	20:27:00	00:00:31	MAI recebe manhã relatório dos incidentes da greve geral	Tvi - Jornal Das 8
51	15 de Setembro – “Que se lixe a troika!	RTP 1	15-09-2012	13:17:00	00:01:22	Manifestação contra a troika e a austeridade - PSP	Rtp 1 - Jornal Da Tarde
52	14 de Novembro – Greve geral europeia	TVI	14-11-2012	20:58:00	00:01:22	Manifestação de protesto culminou em violência	Tvi - Jornal Das 8
53	14 de Novembro – Greve geral europeia	TVI	14-11-2012	20:14:00	00:02:15	Manifestação de protesto culminou em violência	Tvi - Jornal Das 8
54	22 de Março – Greve geral	TVI	23-03-2012	13:03:00	00:02:34	Manifestação em Lisboa marcada por confrontos	Tvi - Jornal Da Uma
55	15 de Setembro – “Que se lixe a troika!	SIC	16-09-2012	13:08:00	00:03:30	Manifestação em Lisboa: AR foi palco dos protestos mais intensos	Sic - Primeiro Jornal
56	14 de Novembro – Greve geral europeia	RTP 1	14-11-2012	21:37:00	00:02:46	Manifestação em Lisboa: Rasto de destruição	Rtp 1 - Telejornal
57	14 de Novembro – Greve geral europeia	RTP 1	14-11-2012	21:34:00	00:02:33	Manifestação frente à AR: Carga policial	Rtp 1 - Telejornal
58	14 de Novembro – Greve geral europeia	RTP 1	15-11-2012	13:05:00	00:02:32	Manifestação frente à Assembleia da República	Rtp 1 - Jornal Da Tarde
59	22 de Março – Greve geral	TVI	22-03-2012	20:12:00	00:00:59	Manifestantes e PSP envolveram-se em confrontos em Lisboa	Tvi - Jornal Das 8

Nº	Grande Evento	Canal	Data	Hora emissão	Duração	Título	Fonte
60	22 de Março – Greve geral	TVI	22-03-2012	20:00:00	00:01:18	Manifestantes e PSP envolveram-se em Lisboa	Tvi - Jornal Das 8
61	22 de Março – Greve geral	TVI	25-03-2012	13:08:00	00:01:42	Miguel Macedo apela à sensatez quando se fala dos confrontos na	Tvi - Jornal Da Uma
62	22 de Março – Greve geral	TVI	24-03-2012	20:03:00	00:01:42	Miguel Macedo apela à sensatez quando se fala dos confrontos na	Tvi - Jornal Das 8
63	14 de Novembro – Greve geral europeia	SIC	14-11-2012	20:29:00	00:05:28	Miguel Macedo fala sobre os incidentes frente à AR	Sic - Jornal Da Noite
64	22 de Março – Greve geral	TVI	28-03-2012	13:07:00	00:00:36	Miguel Macedo vai à Assembleia da República	Tvi - Jornal Da Uma
65	22 de Março – Greve geral	SIC	28-03-2012	20:55:00	00:00:57	Miguel Macedo vai ser ouvido sobre incidentes na greve geral	Sic - Jornal Da Noite
66	22 de Março – Greve geral	SIC	25-03-2012	13:34:00	00:02:44	Ministro da Administração Interna diz que carga policial foi causada	Sic - Primeiro Jornal
67	22 de Março – Greve geral	SIC	24-03-2012	20:00:00	00:02:43	Ministro da Administração Interna diz que carga policial foi causada	Sic - Jornal Da Noite
68	15 de Setembro – “Que se lixe a troika!	RTP 1	14-09-2012	20:38:00	00:02:09	Operação de segurança para a manifestação de sábado	Rtp 1 - Telejornal
69	14 de Novembro – Greve geral europeia	TVI	15-11-2012	20:09:00	00:00:53	OSCOT considera que a PSP agiu corretamente	Tvi - Jornal Das 8
70	15 de Setembro – “Que se lixe a troika!	SIC	17-09-2012	20:17:00	00:03:15	Polícias na manifestação	Sic - Jornal Da Noite
71	22 de Março – Greve geral	SIC	03-04-2012	13:44:00	00:01:29	Processos disciplinares para polícias envolvidos nos incidentes do	Sic - Primeiro Jornal
72	22 de Março – Greve geral	SIC	03-04-2012	13:00:00	00:01:10	Processos disciplinares para polícias envolvidos nos incidentes do	Sic - Primeiro Jornal
73	22 de Março – Greve geral	SIC	22-03-2012	20:00:00	00:01:15	Protesto dos indignados marcado por violência	Sic - Jornal Da Noite
74	15 de Setembro – “Que se lixe a troika!	TVI	16-09-2012	20:22:00	00:02:37	Protestos contra a austeridade acabaram em confrontos junto à AR	Tvi - Jornal Das 8
75	22 de Março – Greve geral	SIC	24-03-2012	13:26:00	00:01:52	PSP abre inquérito e uma auditoria para averiguar atuação dos	Sic - Primeiro Jornal
76	22 de Março – Greve geral	RTP 1	12-04-2012	13:54:00	00:00:35	PSP admite erro na avaliação do risco no dia da greve geral	Rtp 1 - Jornal Da Tarde
77	22 de Março – Greve geral	SIC	11-04-2012	20:30:00	00:00:35	PSP defende que intervenção policial na greve geral foi necessária	Sic - Jornal Da Noite
78	14 de Novembro – Greve geral europeia	SIC	15-11-2012	20:00:00	00:04:01	PSP lamenta incidentes de ontem junto à Assembleia da República	Sic - Jornal Da Noite
79	22 de Março – Greve geral	RTP 1	23-03-2012	20:03:00	00:02:20	PSP lamentou os incidentes no Chiado	Rtp 1 - Telejornal
80	15 de Setembro – “Que se lixe a troika!	TVI	16-09-2012	13:03:00	00:02:04	Quatro pessoas foram detidas na manifestação de ontem	Tvi - Jornal Da Uma
81	22 de Março – Greve geral	TVI	25-03-2012	13:10:00	00:01:58	Rui Cardoso: "Direitos de liberdade de expressão limitados na greve	Tvi - Jornal Da Uma
82	22 de Março – Greve geral	TVI	24-03-2012	20:32:00	00:01:56	Rui Cardoso: "Direitos de liberdade de expressão limitados na greve	Tvi - Jornal Das 8
83	22 de Março – Greve geral	SIC	23-03-2012	20:03:00	00:04:03	Violência em manifestação: 2 fotojornalistas ficaram feridos	Sic - Jornal Da Noite
84	14 de Novembro – Greve geral europeia	TVI	14-11-2012	20:00:00	00:13:35	Violência marcou o final da tarde frente à Assembleia da República	Tvi - Jornal Das 8
85	14 de Novembro – Greve geral europeia	RTP 1	15-11-2012	20:09:00	00:01:38	Violência na greve geral: Reação de Cavaco, Passos, PSD e Seguro	Rtp 1 - Telejornal
86	14 de Novembro – Greve geral europeia	SIC	16-11-2012	21:10:00	00:01:19	Violência na manifestação	Sic - Jornal Da Noite
87	14 de Novembro – Greve geral europeia	SIC	16-11-2012	13:06:00	00:01:29	Violência na manifestação	Sic - Primeiro Jornal

ANEXO 9. Quadro categorial

A – Categoria “Manifestantes” - Inclui-se nesta categoria toda a informação acerca das características dos manifestantes presentes nos eventos bem como acerca dos circunstancialismos que os levaram à participação.

A.1 – Subcategoria “Razões intrínsecas” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito aos motivos pessoais ou relativos à sua família apresentados como justificativos para a participação nos eventos.

A.2 – Subcategoria “Razões extrínsecas” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes aos motivos de ordem social, política e/ou ideológica apresentados como justificativos para a participação nos eventos.

Ex. (55)³: “o nosso objectivo que é ter um país melhor”.

A.3 – Subcategoria “Caracterização” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que caracterizem os manifestantes e a sua participação no evento.

Ex. (80): “pessoas de várias gerações”.

B – Categoria “PSP” - Codifica-se nesta categoria toda a informação relacionada com a Polícia, proferidas por qualquer um dos actores. Pretende-se aceder ao modo como é caracterizada a Polícia pelos OCS, no contexto da sua actuação em grandes eventos.

B.1 – Subcategoria “N.º de elementos” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas à informação relacionada com o número de elementos policiais envolvidos no policiamento do evento.

Ex. (84): “São ainda várias dezenas de polícias que aqui estão”.

B.2 – Subcategoria “Subunidade/origem” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes à informação relacionada com a subunidade a que pertencem os elementos policiais envolvidos no policiamento do evento.

Ex. (53): “O Corpo de Intervenção da PSP”.

B.3 – Subcategoria “Dispositivo” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes à informação relacionada com o dispositivo utilizado pelos elementos policiais, entenda-se, como se encontram enquadrados no terreno.

³ Entre parênteses encontra-se o número da notícia, cf. Anexo 1, da qual se retirou o exemplo.

Ex. (17): *“o desfile decorreu dentro de uma caixa de segurança policial”*.

B.4 – Subcategoria “Motivos da actuação” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que fundamentam ou justificam a actuação policial.

Ex. (30): *“Estão indiciadas do crime de desobediência que terá provocado a carga policial”*.

B.5 – Subcategoria “Descrição da actuação” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que descrevam e caracterizem a actuação policial.

Ex. (38): *“Os detidos foram algemados, sentados no chão e depois transportados em carrinhas da PSP”*.

B.6 – Subcategoria “Resultados/Consequências da actuação” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito à informação relacionada com os resultados ou consequências da actuação policial (detenções, feridos, etc).

Ex. (17): *“7 pessoas ficaram feridas”*.

C – Categoria “Discurso Directo” – Codificam-se nesta categoria todas as declarações proferidas por quaisquer actores em discurso directo. Pretende-se aceder a quem é que o OCS dá voz, quem fala.

C.1 – Subcategoria “Manifestante” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às declarações proferidas por manifestantes e/ou participantes no evento.

Ex. (35): *“É importante que as pessoas percebam que nestas condições a polícia não esta ao lado dos cidadãos”*.

C.2 – Subcategoria “Fonte policial” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas por qualquer membro da instituição PSP.

Ex. (58): *“Demos outra voz de advertência, e informamos novamente que tinham mais cinco minutos para dispersar do local e cessar com aquela atitude”*.

C.3 – Subcategoria “Político” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. referentes às declarações proferidas por políticos, excepto membros do Governo.

Ex. (24): *“Não há tolerância possível para desacatos deste tipo, para esta violência”*

C.4 – Subcategoria “Membros do Governo” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas às declarações proferidas exclusivamente por membros do Governo.

Ex. (22): *“Eu vi mais imagens do que aquelas que passaram na Comunicação Social”*.

C.5 – Subcategoria “Perito/comentador/especialista” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às declarações proferidas por peritos, comentadores, especialistas.

Ex. (69): *“Na perspectiva do manifestante, qualquer reacção policial é sempre desproporcionada à acção manifestante”*.

C.6 – Subcategoria “Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. concernentes às declarações proferidas pelos organizadores do evento e representantes de movimentos/plataformas.

Ex. (79): *“houve policias infiltrados que incitaram à violência”*.

C.7 – Subcategoria “Sindicatos” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às declarações proferidas por elementos dos sindicatos.

Ex. (17): *“O que se esta a tentar passar é uma imagem de amedrontamento”*.

C.8 – Subcategoria “Palavras de ordem” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas às palavras de ordem proferidas pelos manifestantes.

Ex. (80): *“O povo unido, jamais será vencido”*.

C.9 – Subcategoria “Outros” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas por outras pessoas que não se enquadrem em qualquer outra das anteriores subcategorias.

D – Categoria “Instâncias” – Inclui-se nesta categoria todas as menções a instâncias diversas, e não aos seus membros, por qualquer actor. Pretende-se perceber quais as instâncias que entram em cena quando se fala da actuação policial em grandes eventos, quais as mais e menos referenciadas.

D.1 – Subcategoria “Governo” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. onde seja referido o Governo e/ou os Governos das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Ex. (74): *“o governo tem que cumprir a sua legislatura, mas tem que governar com justiça”*.

D.2 – Subcategoria “Assembleia da República” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. onde seja referida a Assembleia da República.

Ex. (23): *“(…) Assembleia da República”*.

D.3 – Subcategoria “Agências Noticiosas” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. onde sejam mencionadas agências noticiosas, como por exemplo a agência LUSA.

Ex. (47): *“em nota enviada pelo Ministério da Administração Interna à Agência Lusa”*.

D.4 – Subcategoria “Instâncias Judiciárias” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. às instituições adstritas ao sistema judiciário.

Ex. (1): *“(…) Tribunal de Pequena Instância”*.

D.5 – Subcategoria “Instituições” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. acerca das Instituições Públicas ou Privadas, e demais entidades que não se enquadrem nas subcategorias anteriores.

Ex. (44): *“(…) IGA”*.

E – Categoria “Discurso Indirecto” - Codificam-se nesta categoria todas as declarações proferidas por quaisquer actores em discurso indirecto, ou seja, todas as declarações efectuadas pelos diversos actores através das palavras dos OCS.

E.1 – Subcategoria “Manifestante” – Incluem-se nesta subcategoria todas as menções sobre os manifestantes e/ou participantes no evento.

Ex. (40): *“Os manifestantes, garantem no entanto que a violência só começou quando a polícia quis identificar um deles”*.

E.2 – Subcategoria “Fonte Policial” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre a PSP ou sobre os seus elementos policiais, que não se enquadrem na categoria B.

Ex. (6): *“A PSP lamenta o que aconteceu”*.

E.3 – Subcategoria “GNR” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre a GNR ou sobre os seus elementos policiais.

E.4 – Subcategoria “Político” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. referentes às declarações emitidas sobre políticos, excepto Membros do Governo.

Ex. (24): *“O Presidente da República exclui qualquer acusação de excessos na actuação da polícia”*.

E.5 – Subcategoria “Membros do Governo” – Incluem-se nesta subcategoria exclusivamente, as referências sobre Membros do Governo.

Ex. (66): *“O Ministro da Administração Interna diz que a carga policial na manifestação de quinta-feira foi provocada por agressões à polícia”*.

E.6 – Subcategoria “Perito/comentador/especialista” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às referências feitas sobre peritos, comentadores, especialistas.

E.7 – Subcategoria “Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. concernentes às declarações proferidas sobre os organizadores do evento e representantes e/ou membros de movimentos/plataformas.

Ex. (79): *“A plataforma 15 de Outubro tem uma explicação, fala em polícias infiltrados”*.

E.8 – Subcategoria “Sindicatos” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às afirmações emitidas acerca de elementos dos sindicatos.

Ex. (54): *“o sindicato quer um inquérito para apurar o que realmente se passou”*.

E.9 – Subcategoria “Outros” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre outras pessoas que não se enquadrem em qualquer outra das anteriores subcategorias.

Ex. (28): *“Os jornalistas afirmam que se identificaram varias vezes como jornalistas”*.

F – Categoria “Enquadramento/Descrição” - Incluem-se nesta categoria todas as u.r. que digam respeito à descrição ou à caracterização do evento proferidas por qualquer um dos actores. Pretende-se aceder ao modo como são caracterizados os eventos.

F.1 – Subcategoria “Data/hora” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito ao hiato temporal em que decorre o evento.

Ex. (4): *“durante a greve geral de 22 de Março”*.

F.2 – Subcategoria “Local” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes ao espaço físico em que se realiza o evento.

Ex. (5): *“nas escadarias da Assembleia da República”*.

F.3 – Subcategoria “Nome do evento” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às designações associadas ao evento.

Ex. (22): *“greve geral da CGTP”*.

F.4 – Subcategoria “Percurso” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que informam sobre o trajecto utilizado pelos manifestantes durante o evento.

Ex. (17): *“percurso a começar no Rossio e a terminar na Assembleia da República”*.

F.5 – Subcategoria “Objectivos” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes aos fins do evento, ou seja, o que se pretende atingir com a sua realização.

F.6 – Subcategoria “Justificação/Motivos” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que expressem os motivos que levaram à convocação do evento.

Ex. (80): *“o descontentamento perante as medidas de austeridade”*.

F.7 – Subcategoria “Caracterização” - Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que caracterizem, descrevam o evento.

Ex. (5): *“durante várias horas vários polícias foram atingidos por diversos objectos”*.

F.8 – Subcategoria “N.º de manifestantes” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que informam sobre o número de participantes/manifestantes no evento.

Ex. (55): *“centenas arrumados a alguns milhares”*.

G – Categoria “Sistema Explicativo Espontâneo” - São contabilizadas nesta categoria todas as u.r. onde são realizadas referências, de forma subjectiva, que digam respeito a atribuições e causalidades implícitas para descrever as diversas ocorrências em grandes eventos, geradas pelos OCS ou reformuladas a partir das fontes.

Pretendemos aceder ao que é referido subjectivamente para justificar actores e actos que acabam por corresponder a categorias e subcategorias já abordadas.

G.1 – Subcategoria “Actuação policial”

Ex. (83): *“a jornalista já a recuar, o agente de bastão com destino certo”*.

G.2 – Subcategoria “Manifestantes”

Ex. (84): *“os manifestantes não fizeram crer”*

G.3 – Subcategoria “Enquadramento/Descrição do Evento”

Ex. (5): *“Na Avenida da República enquanto os ânimos explodiam contra o símbolo da Troika”*

ANEXO 10. Resultados obtidos da codificação das notícias

Categorias		Σ u.r.	Subcategorias		Σ u.r.
A	Manifestantes	57	A.1	Razões intrínsecas	0
			A.2	Razões extrínsecas	7
			A.3	Caracterização	50
B	PSP	1012	B.1	Nº de elementos policiais	3
			B.2	Subunidade/origem	13
			B.3	Dispositivo	2
			B.4	Motivos da actuação	51
			B.5	Descrição da actuação	248
			B.6	Resultados/Consequências da actuação policial	695
C	Discurso Directo	375	C.1	Manifestante	50
			C.2	Fonte Policial	64
			C.3	Político	30
			C.4	Membros do Governo	93
			C.5	Perito/ comentador/ especialista	11
			C.6	Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma	2
			C.7	Sindicatos	66
			C.8	Palavras de ordem	10
			C.9	Outros	49
D	Instâncias	31	D.1	Governo	1
			D.2	Assembleia da República	2
			D.3	Agências Noticiosas	12
			D.7	Instituições judiciárias	7
			D.8	Instituições	9
E	Discurso Indirecto	284	E.1	Manifestante	6
			E.2	Fonte Policial	55
			E.3	GNR	0
			E.4	Político	30
			E.5	Membros do Governo	61
			E.6	Perito/ comentador/ especialista	0
			E.7	Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma	5
			E.8	Sindicatos	29
			E.9	Outros	98
F	Enquadramento/ Descrição	478	F.1	Data/ hora	26
			F.2	Local	83
			F.3	Nome do evento	29
			F.4	Percurso	5
			F.5	Objectivos	1
			F.6	Justificação	9
			F.7	Caracterização	313
			F.8	N.º Manifestantes	12
G	Sistema Explicativo Espontâneo	144	G.1	Actuação Policial	56
			G.2	Manifestantes	4
			G.3	Enquadramento/ Descrição do Evento	84
TOTAL		2381			2381

ANEXO 11. Resultados obtidos da codificação dos rodapés das notícias

Categorias		Σ u.r.	Subcategorias		Σ u.r.
A	Manifestantes	8	A.1	Razões intrínsecas	0
			A.2	Razões extrínsecas	0
			A.3	Caracterização	8
B	PSP	204	B.1	Nº de elementos policiais	0
			B.2	Subunidade/origem	1
			B.3	Dispositivo	0
			B.4	Motivos da actuação	5
			B.5	Descrição da actuação	60
			B.6	Resultados/Consequências da actuação policial	138
C	Discurso Directo	33	C.1	Manifestante	0
			C.2	Fonte Policial	2
			C.3	Político	16
			C.4	Membros do Governo	12
			C.5	Perito/ comentador/ especialista	0
			C.6	Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma	0
			C.7	Sindicatos	3
			C.8	Palavras de ordem	0
			C.9	Outros	0
D	Instâncias	3	D.1	Governo	0
			D.2	Assembleia da República	0
			D.3	Agências Noticiosas	2
			D.7	Instituições judiciais	0
			D.8	Instituições	1
E	Discurso Indirecto	94	E.1	Manifestante	1
			E.2	Fonte Policial	21
			E.3	GNR	0
			E.4	Político	16
			E.5	Membros do Governo	27
			E.6	Perito/ comentador/ especialista	0
			E.7	Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma	0
			E.8	Sindicatos	8
			E.9	Outros	21
F	Enquadramento/ Descrição	323	F.1	Data/ hora	1
			F.2	Local	68
			F.3	Nome do evento	24
			F.4	Percurso	0
			F.5	Objectivos	5
			F.6	Justificação	1
			F.7	Caracterização	224
			F.8	N.º Manifestantes	0
G	Sistema Explicativo Espontâneo	6	G.1	Actuação Policial	4
			G.2	Manifestantes	0
			G.3	Enquadramento/ Descrição do Evento	2
TOTAL		671			671

ANEXO 12. Tipos de imagens

A – Tipo “**Directo**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens que sejam transmitidas em directo.

B – Tipo “**Diferido**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens que sejam transmitidas em diferido, ou seja, que tenham sido gravadas previamente à sua transmissão.

C – Tipo “**Imagens amadoras**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens provenientes de filmagens amadoras, isto é, que tenham sido filmadas por outras pessoas que não os jornalistas ou profissionais na área da comunicação.

D – Tipo “**Imagens de jornalistas no terreno**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde seja focado o jornalista que noticia o acontecimento no terreno, ou seja, sempre que o jornalista fala para a câmara.

E – Tipo “**Imagens de entrevistados**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde seja focada a pessoa que está a ser entrevistada pelo jornalista.

F – Tipo “**Imagens de manifestantes**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde sejam mostrados os manifestantes, excepto quando estão a ser entrevistados.

F.1 – Tipo “**Pacíficos**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde sejam mostrados os manifestantes a manifestarem-se pacificamente, isto é, não causando distúrbios e seguindo as indicações da polícia.

F.2 – Tipo “**Agitados**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde sejam mostrados os manifestantes um pouco exaltados, por exemplo, a tentar passar as barreiras de segurança ou a provocar a polícia.

F.3 – Tipo “**Violentos**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde sejam mostrados os manifestantes a agir de forma violenta, como por exemplo, a derrubar as grades de segurança ou a empurrar as forças policiais.

G – Tipo “**Imagens da polícia**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde sejam focados os polícias, excepto quando estão a ser entrevistados.

G.1 – Tipo “Cordão policial” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde sejam mostrados os agentes policiais dispostos em linha a impedir a passagem dos manifestantes.

G.2 – Tipo “Confrontos com manifestantes” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde sejam mostrados os policias em confrontos com os manifestantes.

G.3 – Tipo “Utilização da força” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde sejam mostrados os agentes da autoridade a fazer o uso da força para restabelecer a ordem.

G.4 – Tipo “A efectuar detenções” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde sejam mostrados os agentes policiais a deter os prevaricadores.

ANEXO 13. Resultados obtidos da contabilização das imagens das notícias

Tipo	Σ	Subtipo	Σ
A Directo	6		
B Diferido	81		
C Imagens amadoras	33		
D Imagens de jornalistas no	11		
E Imagens de entrevistados	113		
		F.1 Pacíficos	45
F Imagens de manifestantes	215	F.2 Agitados	58
		F.3 Violentos	112
		G.1 Cordão Policial	76
G Imagens da polícia	408	G.2 Confrontos com manifestantes	82
		G.3 Utilização da força	195
		G.4 A efectuar detenções	55
TOTAL	780		780

ANEXO 14. Distribuição percentual das subcategorias da categoria Discurso Directo, nos rodapés

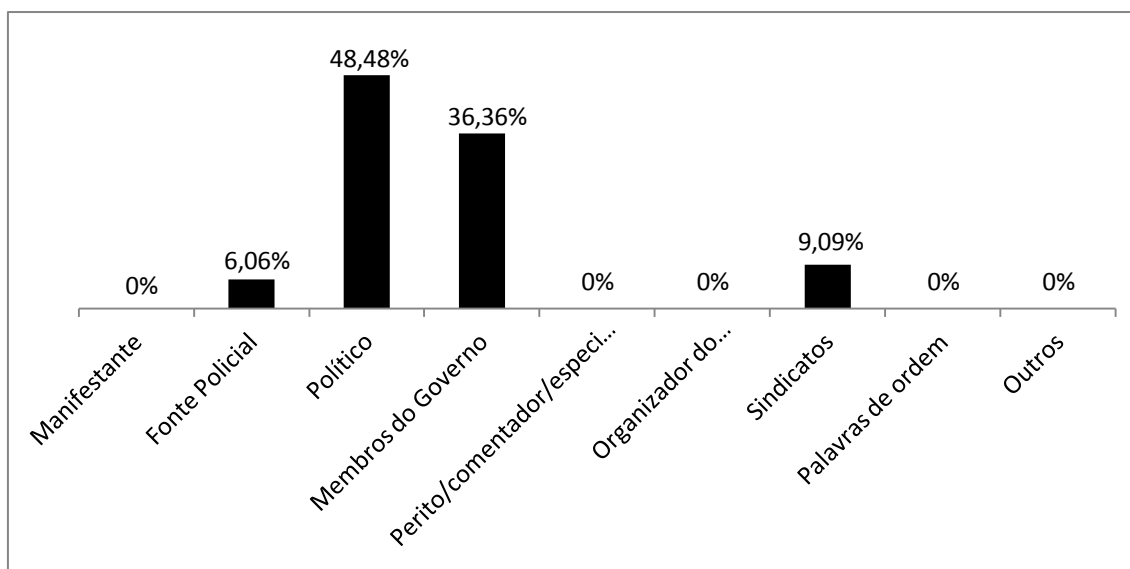


Figura 10. Distribuição percentual das subcategorias da categoria Discurso Directo, nos rodapés.

ANEXO 15. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Discurso Indirecto”, nos rodapés

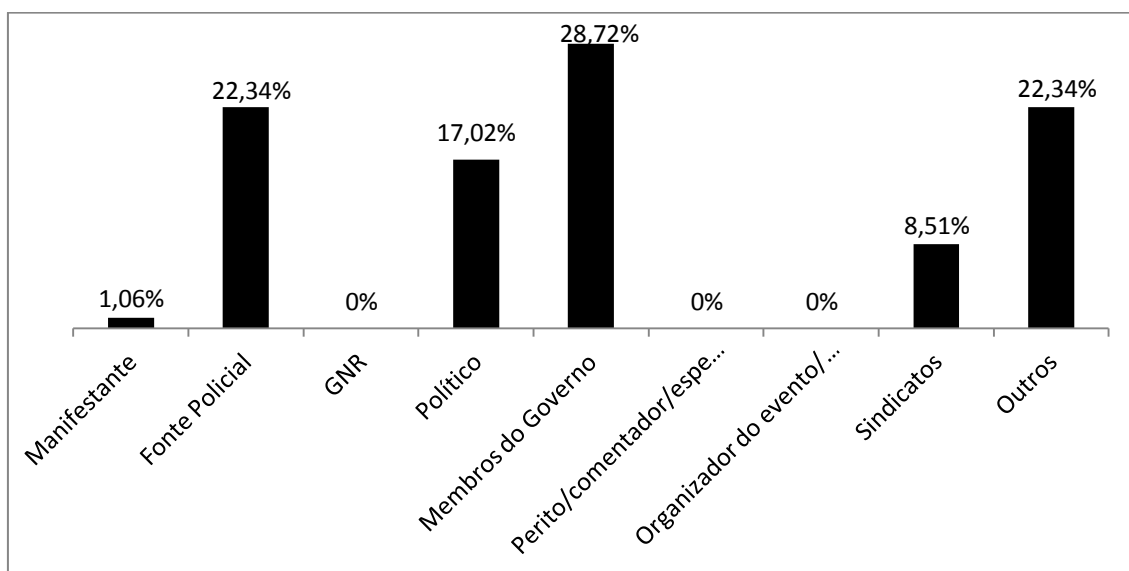


Figura 11. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Discurso Indirecto”, nos rodapés.

ANEXO 16. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Instâncias”, nos rodapés

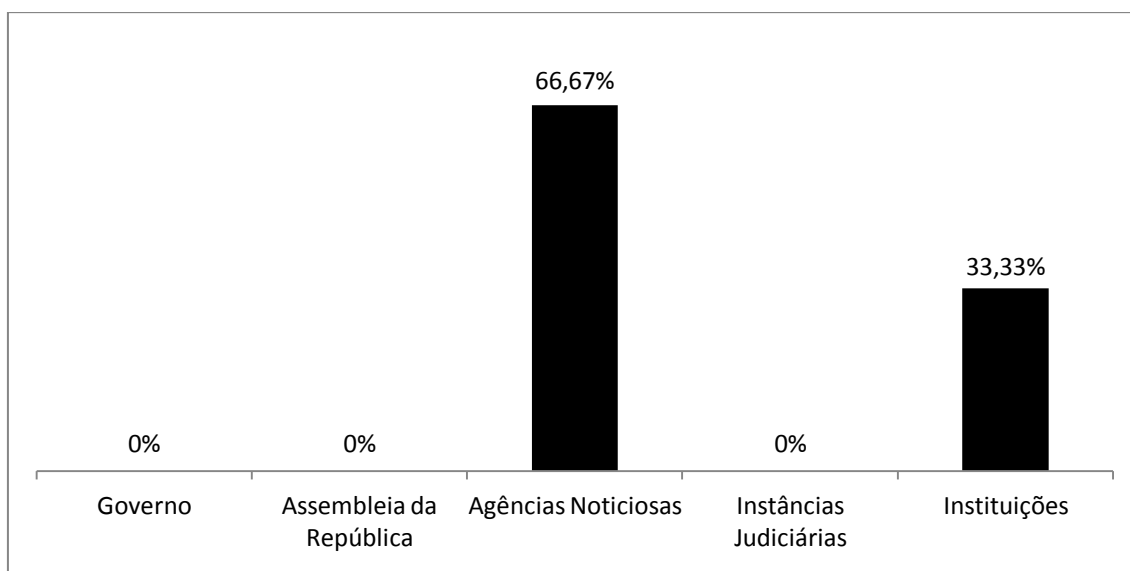


Figura 12. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Instâncias”, nos rodapés.

ANEXO 17. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Enquadramento/Descrição”, nos rodapés

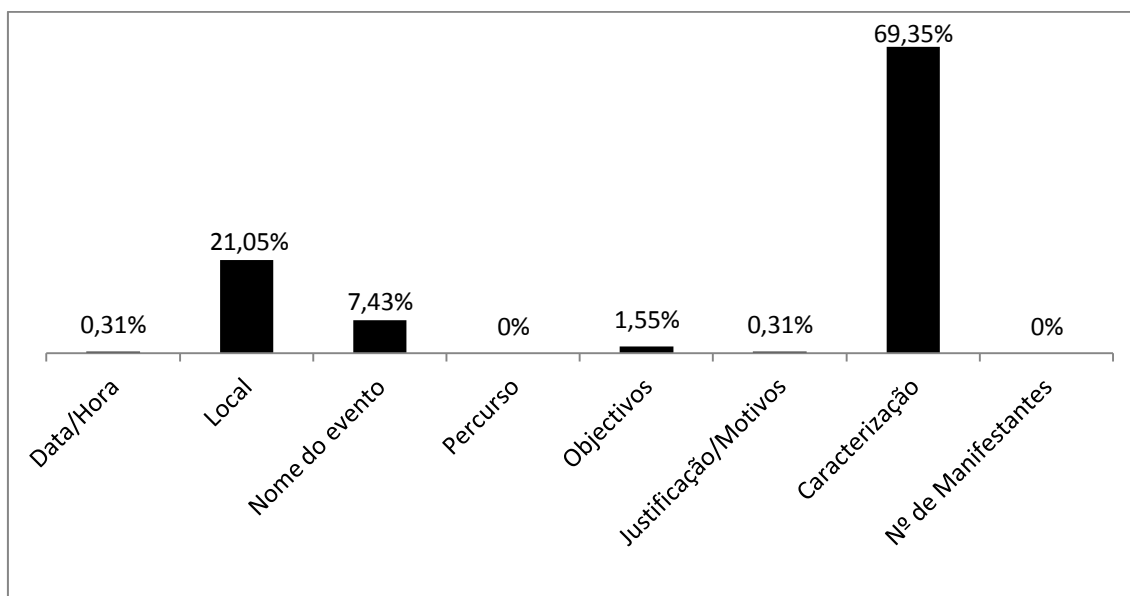


Figura 13. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Enquadramento/Descrição”, nos rodapés.

ANEXO 18. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Manifestante”, nos rodapés

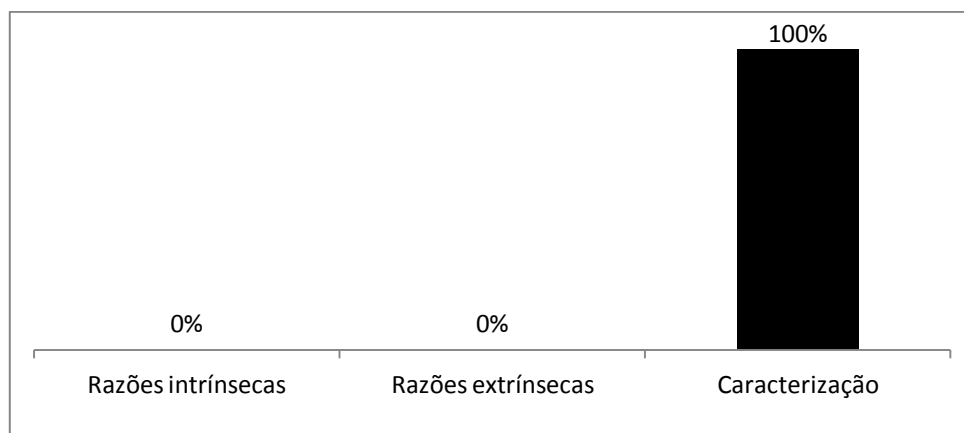


Figura 14. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Manifestante”, nos rodapés.

ANEXO 19. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “PSP”, nos rodapés

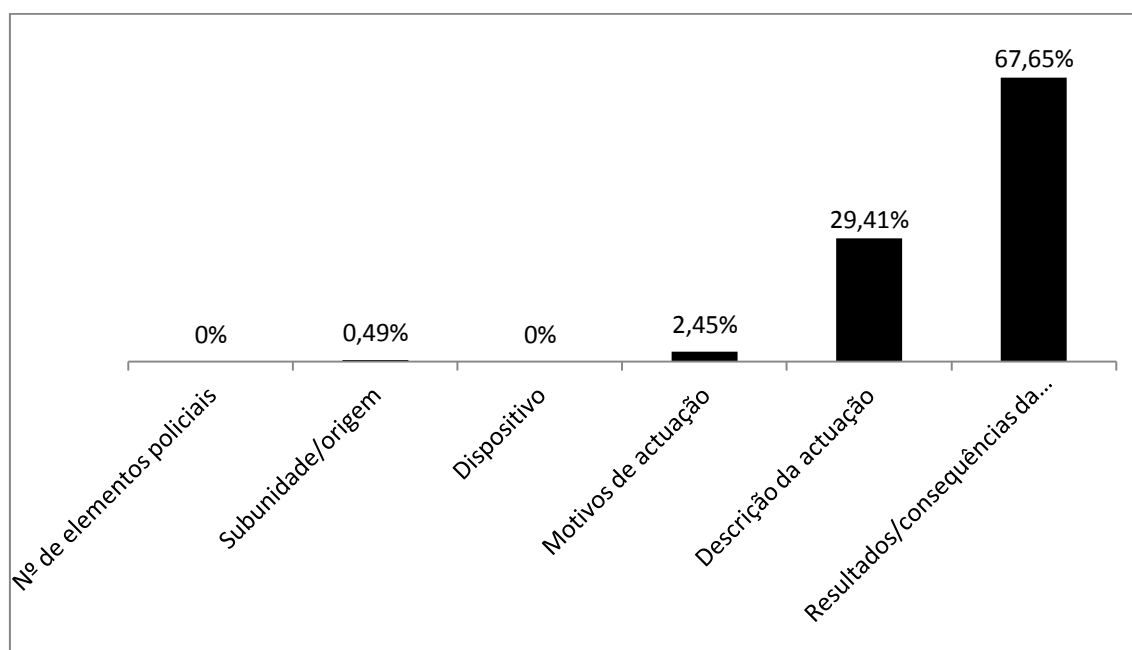


Figura 15. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “PSP”, nos rodapés.

ANEXO 20. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Sistema Explicativo Espontâneo”, nos rodapés

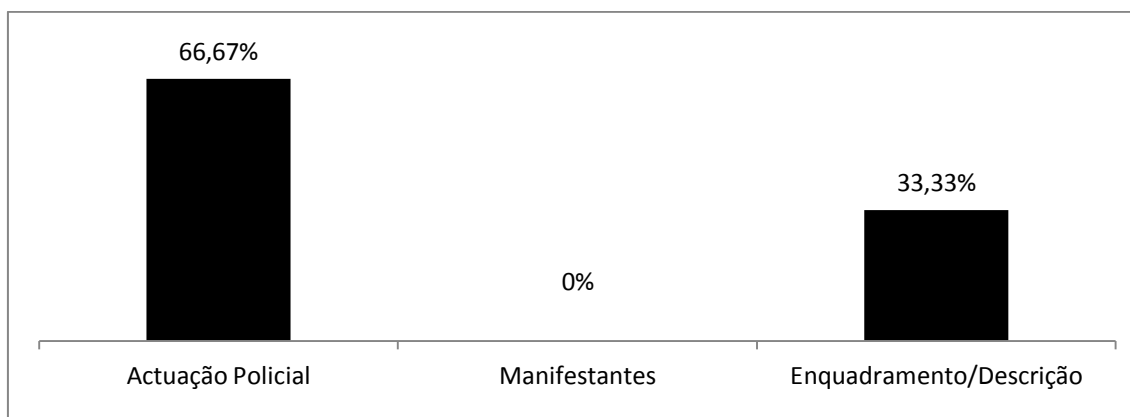


Figura 16. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Sistema Explicativo Espontâneo”, nos rodapés.

ANEXO 21. Distribuição percentual das notícias, de acordo com a sua emissão

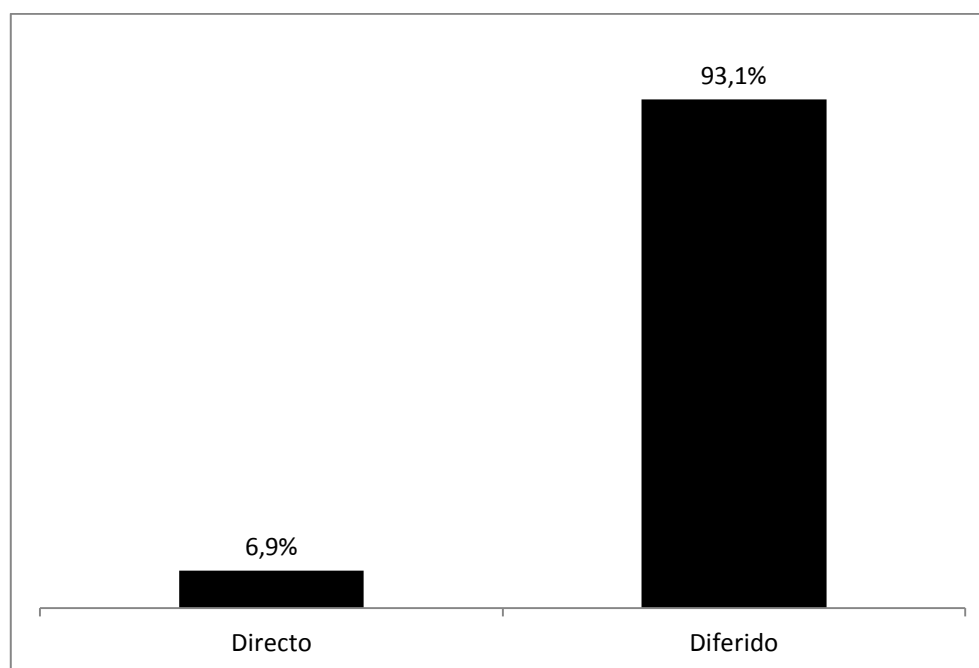


Figura 17. Distribuição percentual das notícias, de acordo com a sua emissão.

ANEXO 22. Distribuição do total percentual, por categorias, nas imagens

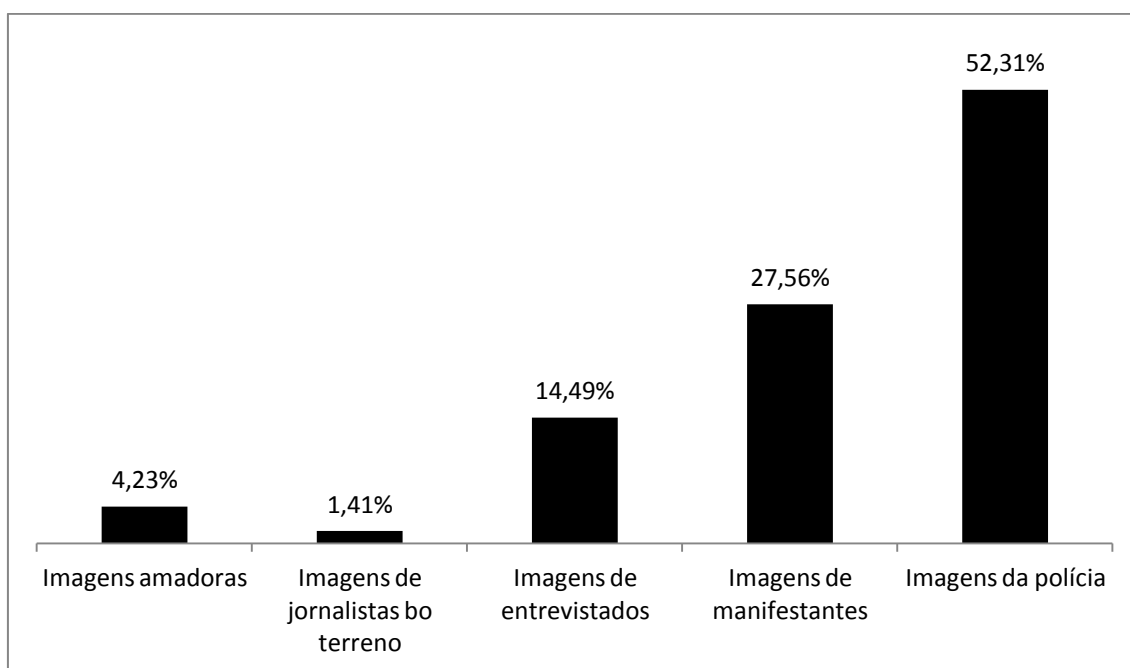


Figura 18. Distribuição do total percentual, por categorias, nas imagens.

ANEXO 23. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Imagens da Polícia”, nas imagens das notícias

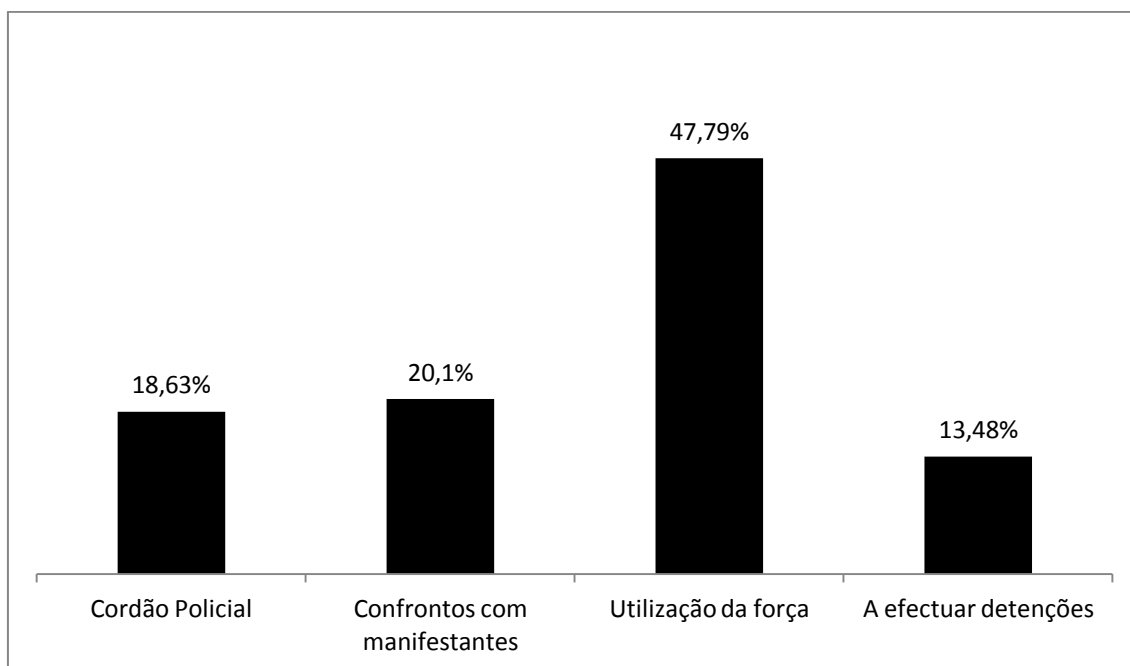


Figura 19. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Imagens da Polícia”, nas imagens das notícias.

ANEXO 24. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Imagens de manifestantes”, nas imagens das notícias

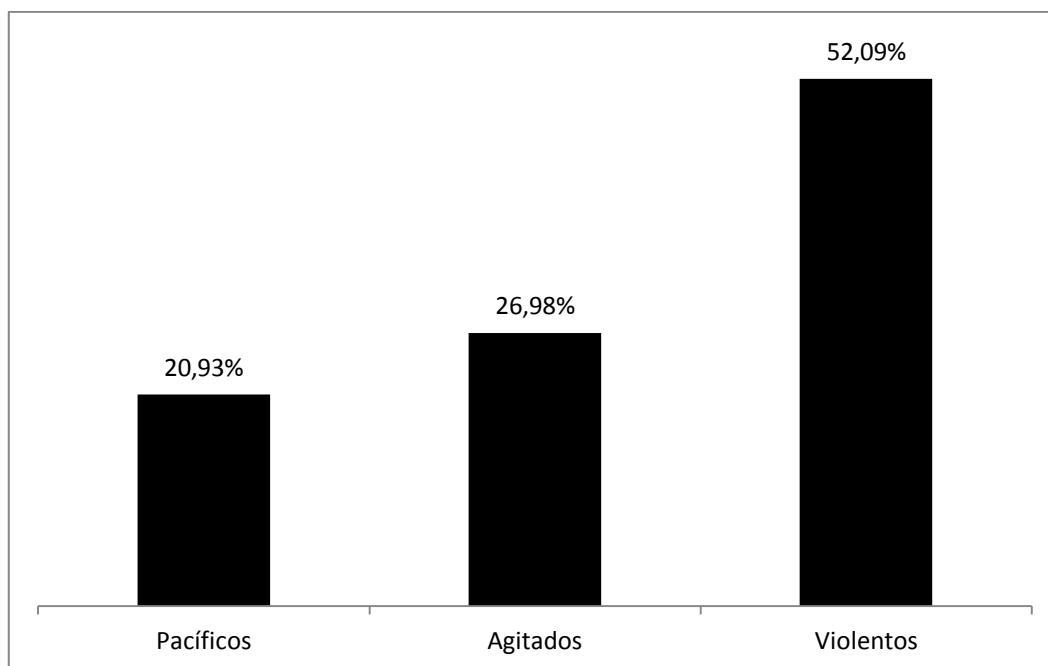


Figura 20. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Imagens de manifestantes”, nas imagens das notícias.